



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

FRANCISCO PERPETUO SANTOS DINIZ

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DE COMUNIDADES
EXTRATIVISTAS NA DINÂMICA DE APROPRIAÇÃO E USO DO
PATRIMÔNIO NATURAL NO INTERIOR E ENTORNO DO PARQUE
AMBIENTAL DE MOSQUEIRO-PA.

BELÉM-PARÁ

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

FRANCISCO PERPETUO SANTOS DINIZ

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DE COMUNIDADES
EXTRATIVISTAS NA DINÂMICA DE APROPRIAÇÃO E USO DO
PATRIMÔNIO NATURAL NO INTERIOR E ENTORNO DO PARQUE
AMBIENTAL DE MOSQUEIRO-PA.

Tese apresentada como requisito final para obtenção do título de
Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Pará.
Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares

BELÉM-PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D585t Diniz, Francisco Perpetuo Santos Diniz.
 Territórios e Territorialidades de Comunidades Extrativistas na
 Dinâmica de Apropriação e Uso do Patrimônio Natural no Interior
 e Entorno do Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro-Pa. /
 Francisco Perpetuo Santos Diniz Diniz. — 2022.
 167 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof^a. Dra. Maria Goretti da Costa Tavares
 Goretti
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
 Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
 Geografia, Belém, 2022.

 1. Patrimônio Natural. 2. Território. 3. Territorialidade. 4.
 Comunidades Tradicionais. 5. Práticas Sócio-espaciais. I.
 Título.

CDD 910.130811



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

FRANCISCO PERPETUO SANTOS DINIZ

TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES DE COMUNIDADES
EXTRATIVISTAS NA DINÂMICA DE APROPRIAÇÃO E USO DO
PATRIMÔNIO NATURAL NO INTERIOR E ENTORNO DO PARQUE
AMBIENTAL MUNICIPAL DE MOSQUEIRO-PA.

RESULTADO: _____

DATA: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Orientadora – Maria Goretti da Costa Tavares.
PPGEO/UFPA

Prof^ª. Dra. Marcia Aparecida da Silva Pimentel - PPGEO/UFPA

Prof^ª. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues Amaral - PPGEO/UFPA

Prof^ª. Dra. Maria Augusta Freitas Costa - FACTUR/UFPA

Prof^ª. Dra. Cristina do Socorro Fernandes de Senna – MPEG.

Suplente: Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto – PPGEO/UFPA

BELÉM-PARÁ

2022

DEDICATÓRIAS E AGRADECIMENTOS

Dedico esta Tese a Deus que é razão de toda a existência, à minha mãe Donina, ao meu pai José, à amiga e amada esposa Michelle Almeida Diniz que sempre esteve ao meu lado acompanhando e dando apoio as atividades acadêmicas que desenvolvia, aos meus filhos Davi Almeida Diniz e Sara Maria que tanto amo.

Aos ilhéus que participaram da pesquisa, em especial:

À ilhéu Rosa que mediou minha inserção nas comunidades.

À senhora Coló (localidade São João, Tucumandeua) e à sra. Débora, juntamente com o casal Deuzo e Fátima (Curuçá) que me acolherem.

Aos ilhéus Alfredo (morador do Parque), João Santos, Heloisa, Márcio, Naiana, Roberto e Santana que habitam sítios de “Frente ao Parque” por permitirem a realização da pesquisa.

Ao ilhéu sr. Fabiano (Caruarú).

Ao senhor “Mucura” entrevistado e importante guia na segunda etapa da pesquisa.

Ao sr. Paulo Porto técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente pela presteza em disponibilizar informações sobre o Parque de Mosqueiro.

À Professora Goretti, aos membros da Banca Prof^a Márcia Pimentel, Prof^o Jovenildo, Prof^a Maria Augusta, a Prof^a Simone Scifoni, Prof^o José Queiroz de Miranda Neto e a Prof^a Cristina Senna que deram excelentes contribuições visando à qualificação e construção desta pesquisa.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa que analisa as estratégias de controle territorial por diferentes sujeitos envolvidos na dinâmica de formação de territórios e territorialidades do patrimônio natural no contexto do interior e entorno do Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro. A relevância desta pesquisa está no fato de se constituir num trabalho pioneiro quanto à abordagem do patrimônio natural associado à perspectiva territorial na Amazônia, pois a maior parte da literatura sobre o assunto está voltada à problematização do patrimônio cultural em ambientes urbanos, por ser a primeira tese sobre o patrimônio natural que versa sobre contextos de comunidades tradicionais na região e por apresentar discussão dissonante das perspectivas oficiais e hegemônicas nos meios técnicos e acadêmicos. Esta pesquisa teve sustentação na dialética espacial por considerar conflitos e contradições socioespaciais que envolvem a apropriação e uso do patrimônio natural. Possui caráter qualitativo, envolveu pesquisa bibliográfica, documental e exploratória com a realização de trabalho de campo com acompanhamento de práticas culturais e manejo da natureza nas Comunidades Extrativistas Caruarú, Tucumandeu e localidades Tamanduá, Pratiqara e Rio Murubira. Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de entrevistas. A problemática da pesquisa teve sustentação na compreensão de tensões, conflitos e práticas socioespaciais que resultaram da institucionalização do Parque Ambiental de Mosqueiro. A questão central da pesquisa assentou-se na análise da formação de territórios e territorialidades de comunidades tradicionais vinculadas à apropriação e uso do patrimônio natural de forma multidimensional e os conflitos e tensões decorrentes da institucionalização do Parque Ambiental de Mosqueiro. As questões norteadoras indagaram quais eram os agentes envolvidos na apropriação e uso de patrimônios naturais, quais territorialidades se configuravam em práticas de reprodução do patrimônio natural como prática sócio-espacial e como se conflitavam. O objetivo geral buscou analisar a formação de territórios e territorialidades de comunidades tradicionais vinculadas à apropriação e ao uso do patrimônio natural de forma multidimensional e os conflitos e tensões decorrentes da institucionalização do Parque Ambiental de Mosqueiro. Os objetivos específicos pretenderam identificar e mapear quais agentes estavam envolvidos na apropriação e uso de patrimônios naturais, analisar como exerciam o controle territorial e como se conflitavam. A tese desta pesquisa se sustenta no entendimento de que o patrimônio natural, em espacialidades de comunidades tradicionais, não é fruto do acúmulo de elementos naturais, tampouco está destinado à turistificação como objetivo maior e não é referenciado num passado imexível, sendo o mesmo construído e ratificado por práticas sócio-espaciais multidimensionais ancestrais que se desenvolvem como processo de territorialização da natureza e inscritas em relações de poder. Logo, não possui inato valor e não expressa a reunião de elementos naturais dissociados do todo socioespacial. Assim, compreendemos que apesar de se constituir em unidade de conservação de uso sustentável, o Parque Ambiental de Mosqueiro, na prática, se configura como unidade de conservação de proteção integral porque não permite o acesso de moradores ao seu interior, o que reforça a ideia de natureza intocada, o que repercute na eclosão de conflitos socioambientais e espaciais. Assim, entende-se que o Parque Municipal foi imaginado como uma porção territorial com predominância de elementos naturais sem o reconhecimento de territorialidades de comunidades tradicionais, repercutindo no desajuste territorial, afetando relações socioespaciais que os ilhéus desenvolviam anteriormente. A situação se agrava com a falta de plano de manejo, dominância de única perspectiva de patrimônio natural inviolável e impedimento aos locais que se constituem sítios ancestrais de ilhéus (no interior e entorno do Parque). A pesquisa também revelou que em contextos de comunidades tradicionais amazônicas, patrimônios

naturais emergem de práticas sócio-espaciais que configuram territorialidades envoltas e movidas por relações de poder, controle, domínio, conflitos, projeções, apropriações e manejos da natureza e vão além da ideia de que representam aglomerados de elementos naturais de valores inatos, pois são sempre construídos localmente, apesar de estarem integrados a dinâmicas territoriais totalizantes se considerarmos o espaço social como um todo integrado.

Palavras-chave: patrimônio natural; território; territorialidade; comunidades tradicionais; práticas sócio-espaciais.

ABSTRACT

This is a research that analyzes the territorial control strategies by different subjects involved in the dynamics of the formation of territories and territorialities of the natural heritage in the context of the interior and surroundings of the Municipal Environmental Park of Mosqueiro. The relevance of this research lies in the fact that it constitutes a subaltern thesis as a result of the literature on the subject being mostly focused on the problematization of cultural heritage, as it is the first thesis on natural heritage that deals with the contexts of traditional populations in Amazonia and for presenting a dissonant discussion of official and hegemonic perspectives in technical and academic circles. This research was supported by the spatial dialectic of destructive construction by considering socio-spatial conflicts and contradictions that involve the appropriation and use of natural heritage. It has a qualitative character, involved bibliographical, documentary and exploratory research with the accomplishment of field work with monitoring of cultural practices and nature management in the Extractive Communities Caruarú, Tucumandeu and Tamanduá, Pratiqara and Rio Murubira localities. Data were analyzed using discourse and content analysis techniques. The research problem was supported by the understanding of tensions, conflicts and socio-spatial practices that resulted from the institutionalization of the Mosqueiro Environmental Park. The central question of the research revolved around the understanding of how islanders appropriated and used the natural heritage mediated by the promotion of territories and territorialities. The guiding questions asked which agents were involved in the appropriation and use of natural heritage within and around the Park and how did they exercise territorial control? What were the territorialities that were configured in natural heritage control practices and how were they related and conflicted? How did the appropriation of nature occur in the extractive communities and localities of Mosqueiro and how were they configured in alternative strategies for the possession of natural heritage in a utopian and territorial perspective? The general objective sought to analyze the dynamics of appropriation and use of nature in the non-urbanized part of Mosqueiro (Parque), which was configured as a process and formation of territories and territorialities of natural heritage. The specific objectives intended to identify and map which agents were involved in the appropriation and use of natural heritage inside and around the Park and analyzing how they exercised territorial control; Identify and discuss which territorialities were configured in natural heritage control practices and how they related and conflicted. To verify and analyze the appropriation and use of nature in the extractive communities and localities of Mosqueiro and how they were configured in alternative strategies of possession of the natural heritage in a utopian and territorial perspective. The central thesis of the research is based on the understanding that natural

heritage results from socio-spatial practices that involve the territorialization of power resulting from social, historical and spatial conditions permeated by the management of nature. Therefore, it has no innate value and does not express the gathering of natural elements dissociated from the socio-spatial whole.

Keywords: natural heritage; territory; territoriality; traditional populations; socio-spatial practices.

LISTA DE FIGURAS/MAPAS

Figura 1 - Localização das Comunidades e Localidades de Mosqueiro.....	27
Figura 2 – Uso da Terra em Mosqueiro, 1977.....	29
Figura 3 – Uso da Terra em Mosqueiro em 1989.....	31
Figura 4 - Parque Ambiental de Mosqueiro.....	32
Figura 5 - Alternativas de Expansão Urbana do PDGB.....	37
Figura 6 - Macrozoneamento Definido pelo Processo de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (PEM).....	38
Figura 7 - Áreas Ambientais Protegidas da Região Metropolitana de Belém.....	40
Figura 8 - Macrozonas do Ambiente Urbano e Macrozonas do Ambiente Natural.....	42
Figura 9 - Zonas do Ambiente Natural (ZAN) do Município de Belém: ZAN 2 Setor 1 – Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro.....	44
Figura 10 - Complexo de Conservação da Amazônia Central.....	65
Mapa dos Sítios Produtivos “de Frente” e Interior do Parque Ambiental.....	77
Mapa 2 - Localização dos Sítios e Localidades de Curuçá e São João, Tucumandeuá, Mosqueiro, Pa.....	78
Figura 11 - Cultivo do Camarão no Sítio do Sr. Mucura – Caruarú, Mosqueiro, Pa.....	84
Figura 12 - Engorda e Retirada do Camarão– Sítio do “Sr. Mucura”, Caruarú, Mosqueiro, Pa.....	84
Figura 13 - Tanque de Piscicultura – Sítio do Sr. Mucura em Caruarú Mosqueiro, Pa.....	84
Figura 14 - Confecção de Mastros – Tucumandeuá, Mosqueiro-Pa.....	89
Figura 15 - Levantamento de Mastros na Festa de São João, Tucumandeuá Mosqueiro/Pa.....	89
Figura 16 - Romaria Fluvial, Rio Tamanduá, Mosqueiro-Pa.....	90
Figura 17 - Festejo de Santa Rosa de Lima - Caruarú, Mosqueiro-Pa.....	91
Figura 18 - Colheita da Mandioca no Sítio Curuçá, Tucumandeuá.....	101
Figura 19 - Prática do Roçado, Sítio Curuçá – Tucumandeuá.....	102
Figura 20 - Sr. Deuso Produção de Farinha, Curuçá, Tucumandeuá-Mosqueiro/Pa.....	102
Figuras 21 - Extração e do Açaí – Sítio do Sr. Márcio Augusto – Localidade Rio Murubira, Mosqueiro, Pa.....	105
Figuras 22 - “Debulhamento” do Açaí – Sítio do Sr. Márcio Augusto – Localidade Rio Murubira, Mosqueiro, Pa.....	105

Figura 23 - “Debulhamento do Açaí”. Sítio do Sr. Roberto Cardoso -Localidade “Rio Murubira” –Mosqueiro,Pa.....	106
Figura 24 - Criação de Animais – Interior do Parque Municipal de Mosqueiro.....	107
Figura 25 - Tanque de Engorda Tradicional de Alevinos e Mudanças de Peixes – Parque Ambiental de Mosqueiro, Pa.....	108
Figura 26 - Tanque Escavado de Criação de Peixes no Interior do Parque Ambiental de Mosqueiro, Pa.....	108
Figura 27 - Criação de Porcos às Margens do Rio Tamanduá, Mosqueiro-Pa.....	112
Figura 28 - Moradia Ribeirinha e a Organização de “Quintais Produtivos” - Rio Tamanduá – Mosqueiro-Pa.....	112
Figura 29 - “Território Fragmentado da Pesca do Camarão” de <i>Frete</i> ao Parque e em Frente à Residência Ribeirinha – Rio Murubira, Mosqueiro-Pa.....	127
Figura 30 - Ocupações Espontâneas na Franja do Parque Ecológico Municipal.....	131
Mapa 3 – Atrativos Turísticos e Culturais – Ilha de Mosqueiro.....	146
Mapa 4 – Localização do Restaurante do Nonato e da Comunidade Caruarú, Mosqueiro-Pa.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Município de Belém.....	40
Tabela 2 – Distribuição do Patrimônio Natural no Mundo.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Unidades de Conservação de Uso Integral - Região Metropolitana de Belém.....	41
Quadro 2 – Bens Patrimonializados pela UNESCO no Brasil.....	62
Quadro 3 - Conflitos Socioespaciais.....	135
Quadro 4 - Quadro 4 - Projeção de Conflitos Socioespaciais	142
Quadro 5 - Quadro 5 – Proposta de Integração entre Políticas Patrimoniais e Sociais e suas Relações com o Desenvolvimento Sócio-Espacial.....	143
Quadro 6 - Proposta 1: Roteiros Patrimoniais em Caruaú.....	144
Quadro 7 - Proposta 2: Roteiros de Patrimoniais em Tucumandeua.....	144
Quadro 8 – Proposta 3: Roteiros Patrimoniais “em Frente” e Interior do Parque Ambiental de Mosqueiro.....	145

LISTA DE SIGLAS

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento

C.F – Constituição Federal

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CODEM - Companhia de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Belém

FMI - Fundo Monetário Internacional

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

ICCROM - Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IDSMM - Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MZAN - Macrozona do Ambiente Natural

MZAU - Macrozona do Ambiente Urbano

PDGB - Plano de Desenvolvimento da Grande Belém

PDTU - Plano Diretor de Transporte Urbano de Belém

PEM - Processo de Desenvolvimento Metropolitano de Belém

REVIS - Refúgio de Vida Silvestre

SEDOP - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento do Estado do Pará

SINUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura

ZAN - Zonas do Ambiente Natural

ZAU - Zonas do Ambiente Urbano

ZEIA - Zonas Especiais de Interesse Ambiental

ZEPA - Zonas Especiais de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
A TESE.....	24
CAPÍTULO 1 – CAPÍTULO 1 – OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA DINÂMICA DE APROPRIAÇÃO E USO DA NATUREZA COMO PATRIMÔNIO NO INTERIOR E ENTORNO DO PARQUE MUNICIPAL DE MOSQUEIRO.	25
1 - SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DAS COMUNIDADES INVESTIGADAS.....	25
1.2 - SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO PARQUE AMBIENTAL MUNICIPAL DE MOSQUEIRO.....	28
1.3 - O PARQUE MUNICIPAL DE MOSQUEIRO COMO EXPRESSÃO DO TERRITÓRIO POLÍTICO ESTATAL.....	33
1.4 - O Parque Municipal de Mosqueiro como Produto do Urbano.....	45
CAPÍTULO 2 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA NATUREZA COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL E SUA “GUARDA” EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.....	55
2.1 - O PATRIMÔNIO NATURAL NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA UNESCO.....	55
2.2 - A IDEIA DE NATUREZA NA PERSPECTIVA DO SNUC.....	67
CAPÍTULO 3 – CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIOS E PATRIMÔNIOS NATURAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	73
3.1 – TERRITÓRIOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS AMAZÔNICAS E SUAS RELAÇÕES COM A REPRODUÇÃO DE PATRIMÔNIOS NATURAIS.....	73
CAPÍTULO 4 – TERRITORIALIDADES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: CONFLITOS E TENSÕES SOCIOESPACIAIS.....	94
4.1 - TERRITORIALIDADES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM A NATUREZA.....	94

4.2 - CONFLITOS E TENSÕES TERRITORIAIS NO CONTEXTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE MOSQUEIRO.....	119
--	-----

CAPÍTULO 5 - UMA PROPOSTA SÓCIO-ESPACIAL DE APROPRIAÇÃO E USO DO PATRIMÔNIO NATURAL.....138

5.1 – UMA PROPOSTA SÓCIO-ESPACIAL DE USO DA NATUREZA COMO PATRIMÔNIO NATURAL.....	138
---	-----

5.2 - Integração entre Políticas Patrimoniais e Políticas Públicas Sociais.....	143
---	-----

5.3 – Práticas Sócio-espaciais e os Roteiros de Patrimônios Naturais.....	144
---	-----

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
-------------------------------------	------------

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	155
---	------------

8. APÊNDICE.....	167
-------------------------	------------

INTRODUÇÃO

O patrimônio natural se constitui como temática teórica periférica dentro dos debates patrimoniais por ter sido tratado ao longo do tempo como uma discussão pouco relevante se comparado às pesquisas que envolvem o patrimônio cultural em contextos urbanos, por permanecer como assunto secundário dentro de questões que envolvem a proteção da natureza e por ser objeto de controvérsias nos campos jurídico, conceitual e instrumental. Enquanto instrumento de ordenamento territorial, o patrimônio natural tem sido tratado como “anexo” de políticas públicas ambientais e preterido em relação às preferências dadas às unidades de conservação.

A discussão sobre a temática do patrimônio ganhou relevância internacional a ponto de ser traduzida pelo que Costa (2015) caracterizou de *patrimonialização global* como um brusco movimento de universalização de paisagens e lugares cooptados pela lógica patrimonial capitaneada pelos *arquitetos do mundo* que são: o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial; Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); Estados Nacionais; ONG’s; a Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO); entre outros.

Para Costa (2015), há uma lista estabelecida pela UNESCO que reforça a *geografia desigual do patrimônio cultural* ao impor bens de *valeur universelle exceptionnelle* concentrados em sua maioria nos países da Europa e nos Estados Unidos. A *Geografia do Patrimônio Mundial*, ao ser demarcada pela dialética espacial, apresenta luta de classes, desigualdades socioespaciais decorrentes da reprodução contraditória do capital e do espaço e divergências que envolvem atores locais e ações territoriais de agentes mundiais, sendo que todos estes fatores fazem parte da lógica da construção destrutiva, pois os espaços de reprodução do capital são edificados a partir de conflitos, tensões e revalorização de objetos projetados como patrimônios e que destoam dos reproduzidos socialmente.

Choay (2017) discute o processo de universalização do patrimônio como resultante da intensificação da indústria cultural, em que os bens patrimoniais adquirem valor de mercado e consumo pelas suas inscrições na lista do patrimônio mundial, o que gera disputas e conflitos turísticos, comerciais e de investimentos entre países, regiões e lugares. Este processo implica na reprodução do patrimônio como importante vetor de valorização do espaço, à medida que tem atuado na atração de investimentos em termos de infraestrutura, serviços e equipamentos

urbanos, o que tem repercutido na valorização do uso e comercialização do solo como produto de consumo.

Quanto ao patrimônio natural, percebe-se que na atualidade o mesmo tem sido atrelado à ideia de que deve estar distante das ações humanas e quando utilizado, deve estar assentado na promoção do turismo de base sustentável. Tratam-se de noções ambientais amarradas nos princípios de: conservação (desenvolvimento sustentável) e preservação (natureza intocada, cujo exemplo maior é o Parque de Yellowstone nos Estados Unidos) construído como mito moderno de natureza intocada, conforme assevera Diegues (1996); representado como objeto frágil, que sofre agressões humanas, singular e bem material a ser repassado as gerações atuais e futuras; coisa de inato valor, excepcional, monumental e rara a ser cuidada, por demonstrar exemplo da evolução natural da história da Terra e local significativo para a reprodução da biodiversidade. Logo, deve ser mantido, preferencialmente, longe da presença humana.

Dissonantemente da perspectiva dominante, comunidades tradicionais¹ amazônicas constroem seus patrimônios a partir de práticas territoriais que configuram territórios e territorialidades culturais e que estão assentadas na apropriação e uso da natureza, sem que esta represente uma faceta inferior da dinâmica de reprodução da vida dos sujeitos.

A faceta territorial do patrimônio natural em ambientidades de comunidades tradicionais amazônicas margeia a existência comunitária, sendo os processos naturais e sociais fundantes de territórios e territorialidades multidimensionais, pois a natureza, a política, a cultura e a economia se imbricam, se amalgamam e se relacionam.

A partir de tal prisma, a presente pesquisa centrou-se na investigação de processos socioespaciais que configuravam a reprodução de patrimônios naturais em comunidades amazônicas e que se constituíam a partir de conflitos e tensões territoriais.

Assim, a tese desta pesquisa se sustenta no entendimento de que o patrimônio natural, em espacialidades de comunidades tradicionais, não é fruto do acúmulo de elementos naturais que possuem inato valor, tampouco está destinado à turistificação como objetivo maior e não é referenciado num passado imexível, sendo o mesmo construído e ratificado por práticas sócio-espaciais multidimensionais ancestrais que se desenvolvem como processo de territorialização da natureza e inscritas em relações de poder.

As contradições territoriais existentes entre a imexibilidade do patrimônio natural impostas pela Prefeitura e a territorialização multidimensional da natureza realizada por ilhéus

¹ São aquelas que edificam a reprodução cultural a partir de relações ambientais embasadas no uso e apropriação da natureza, cujas relações evidenciam integrações sem hierarquias entre as dimensões naturais e sociais.

fundamentaram a problemática desta pesquisa. A questão central da pesquisa assentou-se na análise da formação de territórios e territorialidades de comunidades tradicionais vinculadas à apropriação e ao uso do patrimônio natural de forma multidimensional e os conflitos e tensões decorrentes da institucionalização do Parque Ambiental de Mosqueiro. As questões norteadoras indagaram quais eram os agentes envolvidos na apropriação e uso de patrimônios naturais, quais territorialidades se configuravam em práticas de reprodução do patrimônio natural e como se conflitavam. O objetivo geral buscou analisar a formação de territórios e territorialidades de comunidades tradicionais vinculadas à apropriação e uso do patrimônio natural de forma multidimensional e os conflitos e tensões decorrentes da institucionalização do Parque Ambiental de Mosqueiro. Os objetivos específicos pretenderam identificar e mapear quais agentes estavam envolvidos na apropriação e uso de patrimônios naturais, analisar como exerciam o controle territorial e como se conflitavam.

Em termos teóricos e epistemológicos, a presente pesquisa tem fundamento em pressupostos da dialética espacial, tendo embasamento os princípios da contradição, totalidade e processualidade problematizados em diversas obras por Lefebvre (1991, 2016) e as noções de aparência como *pseudoconcreticidade* e essência como *realidade concreta* destacadas por Karel Kosik (1976). Assim, a teoria de base deste estudo teve referência na análise Dialética Espacial que, para Becker (2005, p. 56-57), constitui a pesquisa geográfica a partir do método dialético e tem atitude crítica revelando uma profundidade de pensamento, expondo o objeto estudado à prova, questionando e promovendo uma reflexão profunda daquilo que está sendo investigado, considerando as contradições que envolvem a realidade e o pensamento.

A teoria secundária assenta-se na ideia de que o patrimônio natural em contextos de comunidades tradicionais surge e é ratificado e reproduzido como processo territorial fruto da territorialização da natureza. Vale ressaltar que as territorialidades, os territórios e a natureza devem ser compreendidos de forma multidimensional e como totalidade socioespacial indivisível e conflituosa. Os fundamentos de análise do patrimônio na perspectiva territorial baseiam-se nas noções de que o território é multidimensional e integrado (HAESBAERT, 2011), edificado por e a partir de relações de poder, conforme destaca Souza (2018); expressão da territorialidade humana, como explica Sack (1986) e acúmulo de informação, conquista de recursos e comunicação do poder, como destaca Raffestin (1993).

Também se tornaram importantes o desenvolvimento de análises centradas em contradições socioespaciais e que foram referenciadas em: Choay (2017), por destacar relações que envolvem patrimônio e indústria cultural; Costa (2015, 2016, 2017), com a

ênfase na valorização de patrimônios invisibilizados pela colonização e colonialidade poder e que estão estruturados em práticas territoriais que considera utópicas; e Souza (2009, 2015, 2018), sobre poder heteronômico e autônomo, entre outros.

Em termos metodológicos, a pesquisa apresenta um viés qualitativo que para Chizzotti (2008, p. 28) é expresso quando o pesquisador está empenhado em descobrir o que os sujeitos de uma determinada realidade falam, fazem e compreendem sobre certos acontecimentos, coisa ou situações tidas como singulares que se configuram como objeto de uma pesquisa, assim como o próprio pesquisador o interpreta e busca o sentido do fenômeno.

O presente trabalho tem um viés participante, pois imergimos no cotidiano de sujeitos e acompanhamos suas práticas de apropriação da natureza e socialização comunitária. De acordo com *ibidem* (2008), a pesquisa participante permite ao sujeito pesquisador interagir e socializar-se com os sujeitos investigados.

Em relação aos sujeitos pesquisados, Chizzotti (2008, p.94) considera que eles

são capazes de identificar seus problemas, ter consciência de suas necessidades e das condições que os determinam, esclarecer o contexto em que vivem e formular os meios necessários para afrontá-los.

O caráter exploratório deste trabalho tem relação com o fato de o pesquisador buscar maior familiaridade e conhecimento sobre a temática de estudo realizando levantamentos bibliográficos, documentais e atividades de campo. De acordo com Gil (2010), a pesquisa exploratória objetiva tornar o problema explícito e elaborar hipóteses sobre do que se propõe estudar.

Outro fundamento dessa pesquisa é o seu viés bibliográfico que para Marconi e Lakatos (2008, p. 57) é de fonte secundária e abrange toda a bibliografia e materiais iconográficos publicados e analisados por terceiros. Os dados secundários foram constituídos por: livros, artigos, sites, dissertações e teses que subsidiaram a construção da pesquisa. Há ainda dados considerados primários que incluem registros fotográficos feitos pelo pesquisador em espacialidades marcadas por reuniões grupais comunitárias e em sítios de sujeitos quando realizavam atividades inscritas por manejos e apropriação da natureza em áreas florestais, rios e terra (roçados).

Chamamos a atenção para o levantamento de dados obtidos por pesquisa documental, entre eles podemos citar: o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), em 1977; o Processo de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (PEM), em 1980; e o Plano Diretor de Transporte Urbano de Belém (PDTU). Também foram realizadas consultas a documentos

oficiais da UNESCO, principalmente os que sistematizaram as discussões das Conferências Patrimoniais de 1962, 1972, 1977 e 1991, que versavam sobre definição e orientações quanto ao resguardo dos patrimônios naturais e culturais e consulta a textos oficiais sobre tombamentos de patrimônios naturais e culturais.

Outro momento relevante da pesquisa diz respeito ao trabalho de campo realizado nas comunidades Tucumandeua e Caruarú e nas localidades Tamanduá, Rio Murubira e Pratiqara habitadas por comunidades tradicionais por verificarmos como reproduzem seus patrimônios naturais a partir de relações que tecem com a natureza. Assim, tínhamos o entendimento de que diferentes territórios e territorialidades situadas no interior e entorno do Parque Ambiental Mosqueiro representavam um processo contraditório de reprodução socioespacial, especialmente quando consideramos que as comunidades locais criam e recriam racionalidades ambientais inscritas no uso e defesa da natureza.

A técnica de produção de dados teve também sustentação na realização de entrevistas semi-estruturadas que expressa uma condução de diálogo-entrevista realizada pelo pesquisador cujos “questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador” (MANZINI, p.2). A etapa de realização de entrevistas foi importante porque permitiu que os sujeitos entrevistados se manifestassem e narrassem suas percepções e concepções de natureza e quais dificuldades enfrentavam quanto à apropriação, uso e gestão da natureza como patrimônio natural. Foram 14 entrevistas realizadas, sendo 13 de ilhéus e uma de um técnico municipal servidor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA).

Diálogos informais foram realizados com sujeitos ilhéus ao longo dos trabalhos de campo que foram num total de 15 distribuídos da seguinte forma: seis no ano de 2018, três em 2019, dois em 2020 e quatro em 2021. Os critérios de escolha dos entrevistados ilhéus foram assim determinados:

- 1) Nativos das comunidades e localidades;
- 2) Ilhéus que habitavam a ilha num período superior ao da institucionalização do Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro, em 1988;
- 3) Os que desenvolviam práticas produtivas vinculadas ao roçado e extrativismo (vegetal e pescado);
- 4) Os que tinham como renda principal o manejo da natureza;
- 5) Maiores de 18 anos, homens e mulheres e que tivessem sido afetados direta ou indiretamente pela dinâmica de institucionalização e gestão do Parque Ambiental.

A área de estudo foi delimitada em duas centralidades geográficas: as localidades “de frente” ou frente (Pratiquara, Murubira e Tamanduá) e interior do Parque Ambiental, habitadas por sujeitos ribeirinhos que manejavam a natureza pelo extrativismo de açaí, peixes e camarões como principais itens de sustentabilidade alimentar; e as “continentais”, situadas em comunidades extrativistas Caruaú e Tucumandeuá (localidades São João e Curuçá) tidas como distantes do Parque. Nestas últimas, a base de alimentação se sustenta no manejo de açaí, pescado e práticas de roçados. Vale ressaltar que em ambos os locais são comuns criações de animais (galinhas, patos e suínos).

As territorialidades de ilhéus foram analisadas em contextos de sítios que eles denominaram como produtivos, por serem locais de moradias compostos por terrenos onde desenvolvem práticas de pescadao, extrativismo em florestas e manejo de roçados.

A tese está estruturada em cinco capítulos, sendo o último uma proposta de gestão local de patrimônios naturais indicados pelos ilhéus e analisados conforme as práticas socioespaciais cotidianas que desenvolviam no interior e entorno do Parque. Pois bem, o capítulo primeiro da tese tem título “Os Sujeitos Envolvidos na Dinâmica de Apropriação e Uso da Natureza como Patrimônio no Interior e Entorno do Parque Municipal de Mosqueiro”, e apresenta um conjunto de discussões sobre a situação geográfica dos atores envolvidos na dinâmica de apropriação e uso do patrimônio natural na parte não urbanizada de Mosqueiro, além do processo de institucionalização do parque e suas relações com o urbano.

No capítulo segundo, denominado “A Institucionalização da Natureza como Patrimônio Mundial e sua ‘Guarda’ em Unidades de Conservação”, discorre-se sobre a representação da natureza como reunião de elementos naturais intocáveis e a serem “guardados” em unidades de conservação. Trata-se de uma discussão que problematiza a separação sociedade-natureza no contexto da UNESCO e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

O capítulo terceiro, “Territórios e Patrimônios Naturais em Comunidades Tradicionais”, problematiza a ideia de patrimônio natural, tendo como referência as práticas sócio-espaciais desenvolvidas por ilhéus e que estão envoltas em relações de poder. Neste sentido, o patrimônio natural é produto da cultura e de processos territoriais multidimensionais que dão aos territórios de comunidades tradicionais uma perspectiva integrativa por articular cultura, natureza, política e economia num mesmo plano territorial.

O capítulo quarto, de nome “Territorialidades de Comunidades Tradicionais no Interior e Entorno do Parque Ambiental de Mosqueiro: conflitos e tensões sócio-espaciais”, destaca que o surgimento e a manutenção de conflitos e tensões territoriais que envolvem a

Prefeitura e ilhéus têm origem na instituição do Parque Municipal como natureza intocada e no menosprezo e invisibilização de territorialidades de comunidades tradicionais quanto ao manejo da natureza e reprodução cultural em sítios sobrepostos pelo Parque.

Por último é apresentada uma proposta de gestão do patrimônio natural embasada nas observações do trabalho de campo e nas necessidades socioeconômicas e ambientais apontadas pelos ilhéus, estando referenciada em práticas sócio-espaciais cotidianas dos sujeitos ilhéus que participaram da pesquisa.

Os resultados das análises demonstraram que os ilhéus, mesmo tendo seus territórios e territorialidade invisibilizadas, continuam adentrando ao Parque Ambiental como processo de resistência cultural e territorial, garantindo o uso e apropriação de sítios ancestrais e criando seus patrimônios a partir de práticas sócio-espaciais²envoltas na territorialização do poder.

² As palavras estão separadas por hífen (sócio-espaciais) porque, conforme Souza (2009), expressam territorializações do poder e se diferenciam de vivências espaciais corriqueiras e cotidianas inerentes à existência dos indivíduos e das desenvolvidas pelo poder heterônimo.

A TESE

Os patrimônios naturais em contextos de comunidades tradicionais amazônicas devem ser considerados para além da reunião de elementos naturais que supostamente teriam inato valor de representações de imagens que indiquem coisas ou bens tidos como excepcionais, universais, cênicos e raros como locais imexíveis; de objetos artificiais que estariam aptos a serem transmitidos às gerações atuais e futuras e sem relações com as realidades e cotidianidades locais, da ideia de natureza ameaçada e como aglomerados de elementos naturais geridos pela conservação e preservação ambiental; do princípio do isolamento do todo socioespacial; da coisa restrita à potencialização e à espetacularização turística; de realidades aparentes, empíricas, *pseudoconcretas*, distantes de cotidianidades de sujeitos, pois são edificados por relações territoriais que envolvem a natureza, territórios e territorialidades de forma multidimensional e movida por relações de poder.

CAPÍTULO 1 – OS SUJEITOS ENVOLVIDOS NA DINÂMICA DE APROPRIAÇÃO E USO DA NATUREZA COMO PATRIMÔNIO NO INTERIOR E ENTORNO DO PARQUE MUNICIPAL DE MOSQUEIRO

Neste capítulo, destacamos os sujeitos que usam e se apropriam da natureza como patrimônio natural na parte não urbanizada de Mosqueiro, sendo evidenciada, em maior profundidade, a constituição do Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro como produto do urbano. Trata-se de uma discussão inicial que apresenta as razões das dissimetrias territoriais que envolvem o controle de uma importante área ambiental com presença de comunidades extrativistas, mas que foram invisibilizadas pelo processo de constituição do Parque na ilha.

1.1 - SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DAS COMUNIDADES INVESTIGADAS.

Mosqueiro é importante local de realização de turismo, descanso, banho e lazer de moradores da capital paraense e de municípios vizinhos. Devido à sua proximidade a Belém, é aproveitada com muita frequência por aqueles interessados em “fugir” dos transtornos da cidade. Aliás, Mosqueiro é sempre lembrada por apresentar um conjunto de belas praias e crescimento urbano desordenado que repercute na retirada de sua cobertura vegetal.

Contudo, há uma “outra Mosqueiro” desconhecida e pouco destacada na imprensa e imaginário da população paraense; trata-se da parte não urbanizada e habitada por remanescentes da atividade borracha na ilha (Fábrica Bitar), Sem Terras, “invasores”, por moradores que possuem segunda residência e, principalmente, por comunidades tradicionais.

De acordo com Diegues (1990), as sociedades tradicionais desenvolvem formas específicas de relacionamento com o meio no qual vivem, criando estratégias de manejo da natureza que indicam respeito ao ciclo natural, a preservação ambiental amparada em padrões de ancestralidade e criação de símbolos e mitos que reforçam a sustentabilidade dos ecossistemas.

Na perspectiva de Arruda (1999), nas “sociedades rústicas”, as famílias são o centro de produção e consumo, não havendo uma relação de venda da força de trabalho e imposição de processos de alienação do trabalhador; o trabalho é eminentemente artesanal, com a promoção de fazeres cotidianos orientados por técnicas tradicionais, criação de laços de solidariedade com realização de mutirões, festejos coletivos e, apesar de estarem dispersos e distantes de áreas urbanas, mantêm relações com estas.

As comunidades tradicionais, para Pimentel (2019), devem ser definidas a partir de seus territórios compreendidos como locais de reprodução cultural, práticas simbólicas, o uso de recursos, apropriação da natureza como meio de enraizamento da identidade, construção da subjetividade e trabalho, pois “para os povos e comunidades tradicionais, a sustentabilidade está incorporada no sistema de crenças, saberes e práticas, portanto implícita no conhecimento tradicional” (PIMENTEL, 2019, p. 203). As discussões de Pimentel reforçam a multidimensionalidade dos territórios de comunidades tradicionais, não comungando com a tradicional separação homem e natureza.

Para efeito de conceituação de agrupamentos humanos formados por ilhéus extrativistas que habitam partes da área não urbanizada de Mosqueiro e que residem por longas décadas em suas terras - em geral herdadas de seus antepassados -, mesmo havendo em caso de rupturas temporais, passageiras ou não (devido a realizações de migrações espontâneas ou forçadas), ratificações com locais de vivências (florestas, rios e terras) e cujas relações com a natureza fundamentam a reprodução de cotidianos, práticas de trabalho, sustentabilidade, saberes locais e identidades enraizadas em ancestralidades, preferimos defini-los como comunidades tradicionais.

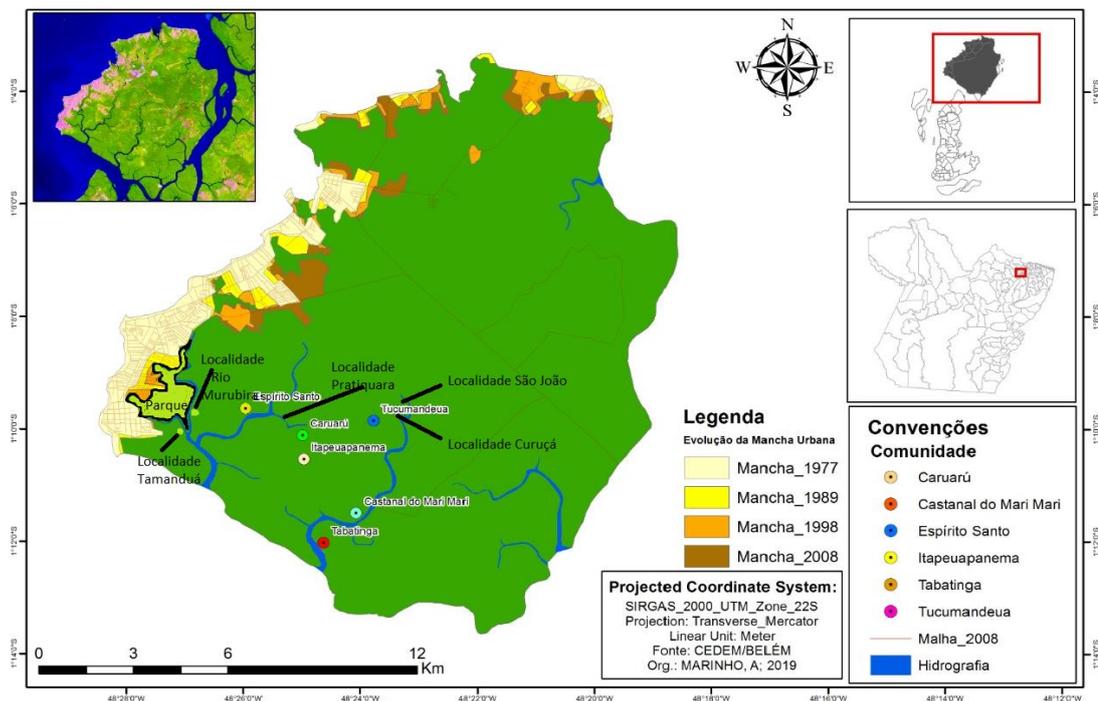
A tradicionalidade não tem relação com qualquer tipo de associação dicotômica, discriminatória ou comparativa que envolva atrasos, paralisias ou falta de desenvolvimento econômico, político ou social assentado pelo não uso de máquinas e equipamentos tidos como modernos em processos de trabalho, replicação de tecnologias de ponta em processos produtivos ou imitação de modelos civilizatórios etnocêntricos de organização social advindos da sociedade urbana, mas especialmente por envolver a dependência e interação irrestrita com a natureza, fazeres comunitários e cotidianidades, apesar de trocas culturais decorrentes de hibridismos e interações culturais que são inerentes ao processo de reprodução social do espaço; ou seja, o que está em voga é a reprodução, ratificação de processos de enraizamentos e afirmação cultural pela promoção de relações socioespaciais que envolvem incorporação, subjetivação e uso da natureza como base da existência social.

Neste sentido, optamos por não conceituar ilhéus extrativistas e ribeirinhos que vivem ancestralmente na parte não urbanizada de Mosqueiro como populações tradicionais, pois o termo induz ao entendimento de um considerável número de pessoas e comunidades espalhadas numa mesma área, região próxima ou distante que apresentam traços culturais, econômicos e sociais comuns mediados na relação homem-natureza, sendo estas ramificadas em: ribeirinhos, indígenas, remanescentes de quilombos, caiçaras, entre outros. A não escolha do conceito de populações tradicionais tem fundamento nas críticas tecidas por Diegues

(1990) quanto ao enquadramento de comunidades não urbanas num único modelo cultural, criado nos países ricos e utilizado para definir grupos indígenas e outras minorias étnicas.

Em Mosqueiro, as comunidades tradicionais da parte não urbanizada da ilha são remanescentes de antigos moradores, em sua maioria, que passaram a habitar o local no início do século XIX, além de descendentes de indígenas, nordestinos e primeiros caboclos e migrantes europeus que se deslocaram para ilha. As comunidades locais são Caruarú, Tucumandeuá, Espírito Santo, Itapeuapanema, Mari-Mari e Tabatinga. Contudo, nesta pesquisa foram selecionadas, para efeito de comparação, dinâmicas associadas ao uso e apropriação da natureza, como patrimônio natural edificado por práticas socioespaciais envoltas em conflitos e tensões territoriais. Na figura a seguir, as comunidades selecionadas foram Caruarú e Tucumandeuá (Localidade Curuçá e São João) e localidades Rio Murubira, Tamandeuá e Pratiquera, situadas de frente para o Parque de Mosqueiro:

Figura 1 - Localização das Comunidades e Localidades de Mosqueiro



Destaca-se que a evolução urbana da ilha vai ser alterada profundamente a partir dos anos 1980, seguindo em direção às áreas florestais (ver discussão no próximo tópico). Contudo, as comunidades extrativistas da ilha, mesmo afetadas pelos desdobramentos espaciais da urbanização, ainda guardam formas singulares de se relacionarem com a natureza, sendo comum entre os sujeitos o cultivo de antigos hábitos de trabalho e produção vinculados ao manejo da terra, subsistência familiar, uso de técnicas de caça, pesca e coleta de

frutos tradicionais, ou seja, aquelas repassadas de geração a geração, além de uma mínima comercialização do excedente devido à baixa produtividade, falta de infraestrutura comercial e restrita aplicação de recursos.

As comunidades tradicionais de Mosqueiro se destacam pela criação de laços afetivos com o meio físico, a reprodução de algumas relações de vizinhança e cooperativismo no manejo de recursos, a exemplo o empréstimo de canos, alimentos que são posteriormente devolvidos com oferta de outros itens da alimentação ou retribuídos via oferta de trabalhos individuais ou coletivos de limpeza de quintais, organização de festas, pesca, entre outros.

Os ilhéus extrativistas tradicionais de Mosqueiro também realizam a integração cultural, mítica, religiosa e formação de identidade mediadas na realização de sucessivas procissões em caminhos de terras de chão batido, águas e em florestas, embasando processos de integração com a natureza, leitura e observação de movimentos do meio físico, práticas de socialização comunitária e promoção de oralidades e memórias inscritas em narrativas de antepassados.

Apesar de os ilhéus de Mosqueiro residirem em locais dispersos, em florestas e à beira de rios, foram afetados por três dinâmicas territoriais externas de grande magnitude que repercutiram na parte não urbanizada da ilha no início dos anos 1990 e que desestabilizaram e desestruturaram antigas relações que teciam com os locais de moradia, trabalho e socialização comunitária. Estamos nos referindo: à “Trilha Ecológica Olhos D’Água”, implementada em Caruarú e Mari-Mari, que são comunidades situadas na parte continental da área não urbanizada; ao Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro (ver análise mais adiante), que afetou as comunidades ribeirinhas localizadas em seu entorno e interior; e ao surgimento de ocupações urbanas decorrentes da explosão do espaço urbano de Belém em locais utilizados pelos ilhéus tradicionais como de fazeres do trabalho, vivências reprodução cultural. Estes processos estão imbricados, amalgamados e relacionados, pois fazem parte de uma totalidade socioespacial indivisível.

A seguir analisaremos as interfaces deste processo na dinâmica de desestruturação territorial de comunidades tradicionais na parte não urbanizada de Mosqueiro.

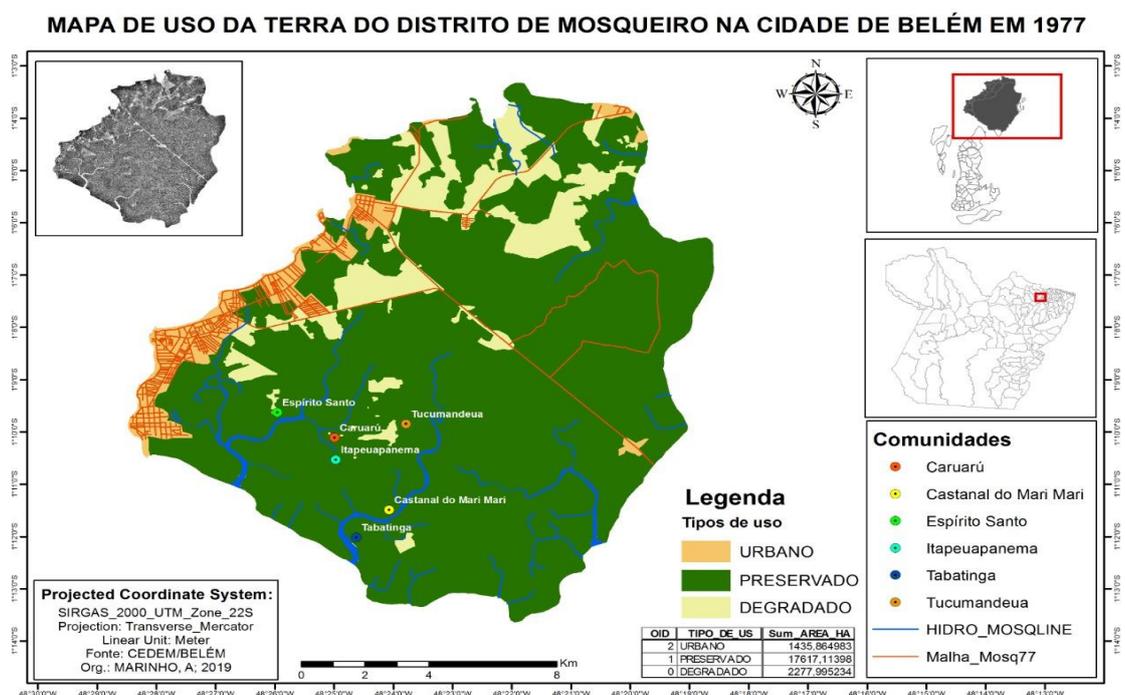
1.2 - SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DO PARQUE AMBIENTAL MUNICIPAL DE MOSQUEIRO.

Desde o século XIX, Mosqueiro era considerada pela camada social enriquecida com a economia da borracha um importante local de descanso, lazer e banho, principalmente no

período de férias e finais de semana, posto que a ilha apresentava diversas praias próximas à capital, o que não demandava muito tempo para deslocamento. Esta parte insular da capital era ponto de passagem de navios que partiam do Porto das Docas de Belém e se dirigiam em direção ao Marajó. Mas foi com a inauguração da ponte Sebastião Oliveira, em 1976, que Mosqueiro passou a receber um grande fluxo populacional e tornou-se principal área de banho e lazer por parte de camadas sociais de baixo poder aquisitivo que residiam na capital e municípios vizinhos. A partir de então, muitas pessoas fizeram da ilha territórios de segunda residência, que “tem sua especificidade no âmbito das demais modalidades turísticas ligadas ao estabelecimento de um vínculo mais forte com o espaço utilizado, representado, em grande medida, pela residência secundária” (RIBEIRO, 2014.p.124).

O grande fluxo populacional que se dirigiu à ilha repercutiu na pressão ambiental decorrente do crescimento urbano desordenado, que tem suas origens no inchaço urbano de Belém, também atrelado à forte imigração para a Amazônia neste período. O mapa a seguir demonstra que no ano de 1977 a reprodução do espaço urbano de Mosqueiro concentrava-se nas áreas tidas como de maior elevação topográfica situadas “à beira mar”. Tal dinâmica se apoia nas condições geomorfológicas pelo fato de tais áreas serem mais resistentes a processos erosivos. Na década de 1970, a degradação ambiental era muito incipiente devido à fraca urbanização da ilha.

Figura 2 – Uso da Terra em Mosqueiro, 1977



A figura, além de demonstrar a localização das comunidades investigadas, mostra de forma incipiente a evolução do crescimento urbano em direção a áreas de vegetação nativa,

fato que motivou a institucionalização do Parque Ambiental como freio ao crescimento urbano, pois este já reverberava na transformação do espaço de vivência das comunidades extrativistas.

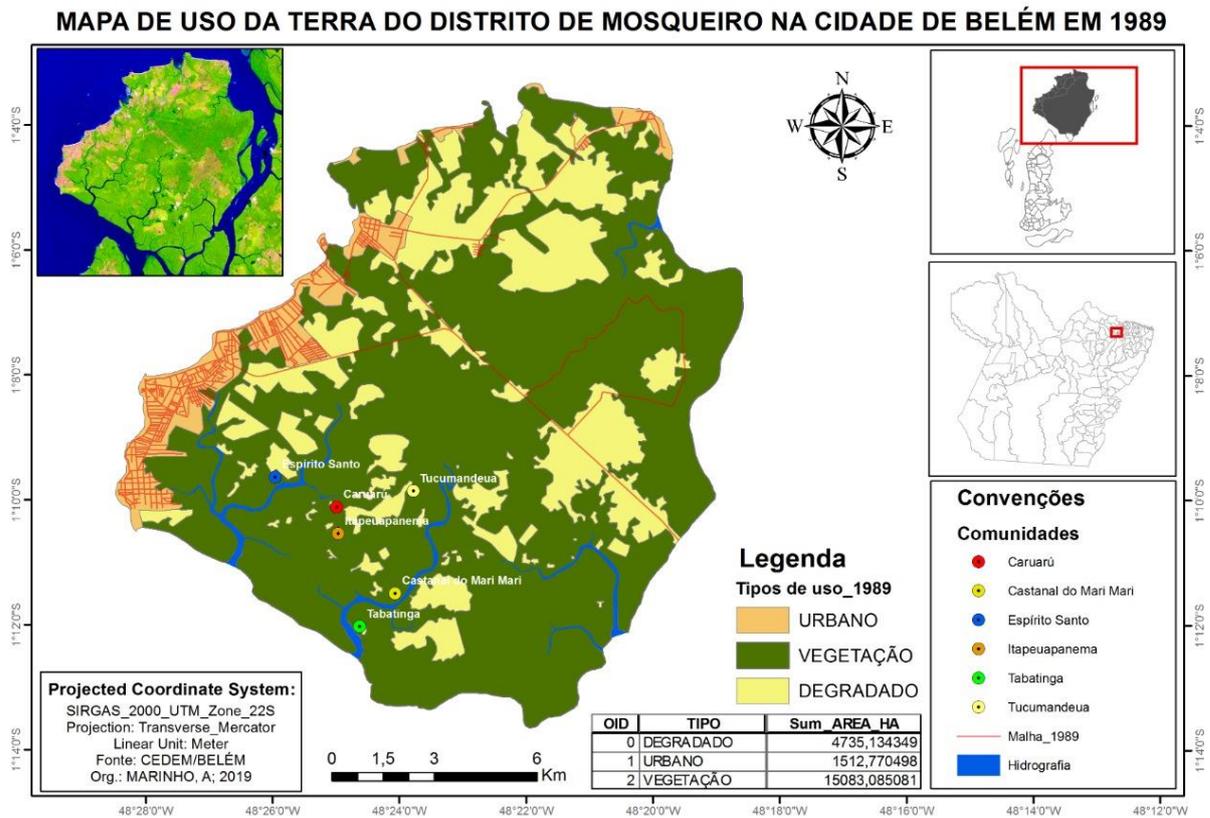
Para Ribeiro (2014), na década de 1990, Mosqueiro vivia a efervescência do turismo e práticas de banho e lazer, além do aumento do crescimento desordenado. De acordo com Cabral *et al.* (2015), o crescimento urbano desordenado repercutiu na transformação do uso do solo e cobertura vegetal em toda a ilha, impactando de forma muito decisiva as comunidades extrativistas, pois:

Devido à ocupação desordenada da ilha, ao longo dos últimos 40 anos, este território passou a sofrer maior degradação ambiental. Conforme registros feitos nas últimas décadas do século XX, essa ocupação intensificou-se com a construção de infraestrutura de transporte (ponte e rodovias), que facilitou a chegada de novos moradores e visitantes, causando grandes pressões no meio físico, seja devido ao processo de ocupação com a construção de domicílios, destinados à ocupação temporária e permanente, de estabelecimentos comerciais e de serviços, ou ainda devido à expansão de atividades agropecuárias, a exploração de recursos florestais madeireiros, de minerais (areia e pedra) (CABRAL *et al.*, 2015. p. 279).

A intensificação do uso do solo, pressão urbana e desmatamento em Mosqueiro é discutida por Tavares *et al.* (2007) ao enfatizar que, na atualidade, constata-se uma pressão demográfica na ilha e degradação de seu meio ecológico. Assim, para a autora, Mosqueiro vive o dilema comum das aglomerações urbanas ao apresentar o crescimento urbano desordenado e a preocupação com a preservação dos recursos naturais e a promoção do turismo sem um planejamento adequado.

Furtado e Silva Jr. (2019), ao analisarem a dinâmica de reprodução do espaço urbano de Mosqueiro, identificaram que a urbanização desordenada se desdobrou no surgimento de novas ocupações, retirada de cobertura vegetal, crescimento demográfico, aumento de índices de violência por “arrombamentos” de casas de veraneio e assaltos, na não regularização fundiária, proliferação de roçados sem quaisquer políticas de zoneamento ambiental, em que tem sido frequente alterações climáticas com elevações de temperaturas, e na retirada de áreas verdes às margens de mananciais, favorecendo mortandade de espécies animais e vegetais, além da poluição generalizada de recursos hídricos, entre outros. A imagem de mapa a seguir revela que Mosqueiro, no final dos anos 1980, era um local de crescimento de retirada da cobertura vegetal.

Figura 3 – Uso da Terra em Mosqueiro em 1989



A imagem acima enfatiza a expansão da retirada da vegetação, o aumento da urbanização e o crescimento urbano desordenado com o surgimento de novas ocupações urbanas, mesmo em áreas como de fronteira, locais não urbanizados e de dominância de vegetação nativa.

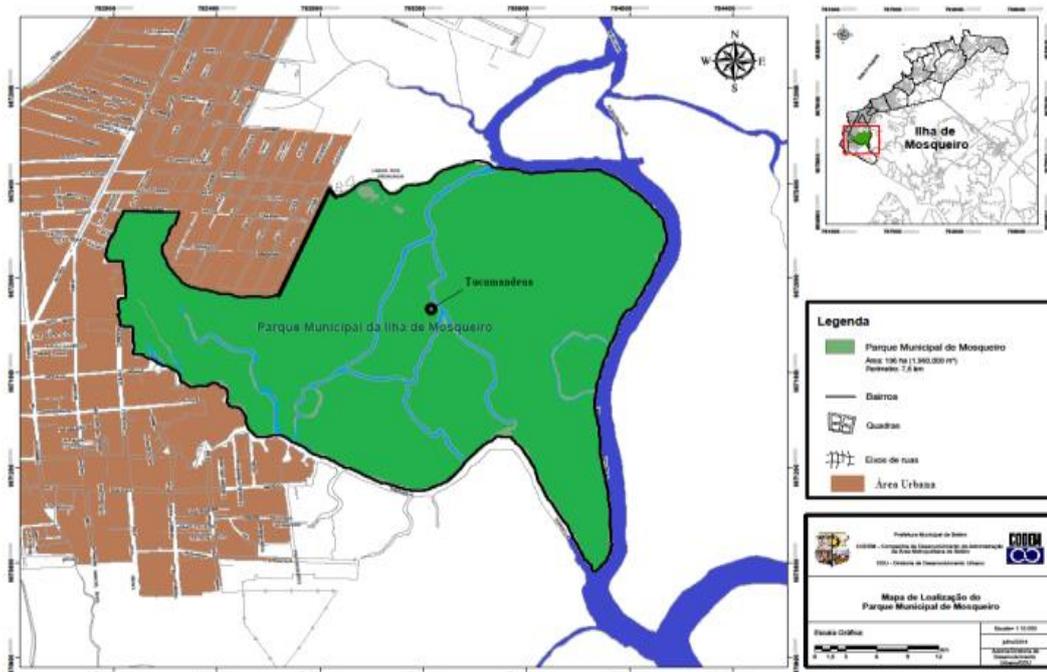
A imagem também evidencia o avanço da retirada da cobertura vegetal na parte em que residem comunidades tradicionais. Este processo foi decorrente da pressão demográfica de Belém e municípios vizinhos e resultou na necessidade de organização do espaço urbano da capital paraense.

Em estudos que buscavam analisar os impactos ambientais do desmatamento e da expansão urbana na ilha de Mosqueiro, através de imagens de satélites, no período de 1967 a 2005, Furtado (2019, p. 06) comprovou que a retirada da cobertura vegetal e a emergência de novos assentamentos repercutiram na redução de pequenos corpos d'água, da floresta nativa, assoreamento de margens e na destruição da biodiversidade, pois

famílias que invadiram o Parque detêm uma precária qualidade de vida, onde grande parte dos invasores tem residência e ocupação física, sendo que “uns moram na própria ilha, e outros em cidades vizinhas como Santa Isabel e Castanhal. O objetivo dessas invasões é ganhar dinheiro, com a venda de lotes, após a retirada e comercialização da madeira.

Assim, o poder público foi pressionado pelas demandas sociais, agentes públicos e mídia a realizar o ordenamento do uso do solo da ilha. A resposta veio pelo Plano Diretor que outorgou a criação de um Parque Ambiental. A imagem abaixo demonstra o Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro e sua localização no oeste da ilha.

Figura 4 - Parque Ambiental de Mosqueiro



Fonte: Adaptado da CODEM, 2019.

O Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro, criado em 1988 na parte oeste da ilha, foi constituído como ponto de limite e contenção da expansão urbana em direção às imensas áreas não urbanas, sendo ratificado pelo Decreto-Lei 26.138 de 1993 promulgado pela Prefeitura Municipal de Belém que institucionalizou uma área de 190 ha. caracterizada como unidade de conservação de uso sustentável e teria por objetivo conter o crescimento urbano desordenado na ilha e a expansão imobiliária promovida pelo capital privado via projetos de condomínios residenciais horizontais; este último teve como exemplo maior a suspensão da ação dos conjuntos habitacionais Paquetá I, II e III, que se estenderiam do bairro do Aeroporto até ao do Murubira.

A institucionalização do Parque Ambiental de Mosqueiro insere-se na dinâmica de desenvolvimento de sucessivas propostas de organização territorial do espaço urbano da capital paraense e sua respectiva área de influência metropolitana. Destaca-se que o Plano Diretor de Belém de 1988 serviu como importante instrumento de proteção de áreas verdes

consideradas de dominância do patrimônio natural, orientando, inclusive, a implantação de unidades de conservação.

A seguir, discutiremos o processo de criação do Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro como expressão do território político estatal para que possamos dar andamento à análise da problemática deste estudo que envolve conflitos, territórios e territorialidades inscritos na apropriação e uso do patrimônio natural relacionados à unidade de conservação da ilha.

1.3 - O PARQUE MUNICIPAL DE MOSQUEIRO COMO EXPRESSÃO DO TERRITÓRIO POLÍTICO-ESTATAL

A organização do espaço urbano da capital paraense tem origem num conjunto sequenciado de ondas de modernização dissipadas em temporalidades descontínuas e que envolveram múltiplas escalas espaciais, estando também articuladas a processos sócio-históricos e espaciais singulares acumulados na dinâmica de reprodução do espaço metropolitano de Belém.

Pois bem, a primeira onda modernizadora que transformou a região amazônica em espaço da reprodução econômica internacional tem amparo na invenção do que se convencionou chamar de “Novo Mundo”, em que potências marítimas europeias competiram com a colonização do continente americano no século XV e teve em 1492 marco de um modelo de civilização a ser assimilado pelos nativos que habitavam a América. Já a colonização amazônica tem origem no ano de 1616, quando foi criado pelos portugueses, na confluência da foz do Rio Guamá com a baía do Guajará, o Forte do Presépio de Santa Maria de Belém.

No século XIX, com a industrialização e urbanização europeias, houve a propagação de uma segunda onda modernizadora na região amazônica que foi representada pela economia da borracha (1850-1912). A colonização desta vez foi efetivada pelo sistema de aviamento³ e a colonialidade pelo estetismo arquitetônico e difusão do glamour francês.

Antônio Lemos, intendente de Belém (1897-1911), implementou um desafiador plano de modernização da capital paraense à semelhança de Paris: a *Belle Époque* nos trópicos, em

³ Cadeia de exploração, principalmente do seringueiro sobre o seringueiro e que consistia na retirada do látex da árvore da seringueira pelos “soldados da borracha”, posteriormente repassado ao seringueiro como parte do pagamento de dívidas contraídas na casa de comércio chamada “barracão”. Vale lembrar que o sistema de crédito aprisionava os trabalhadores ao “patrão” pelo fato de não conseguirem pagar os juros exorbitantes originados desta relação.

que foram feitos alargamentos, eletrificações e calçamento de ruas, arborizações de praças e avenidas, saneamento e aterramento de canais, instalação de bondes etc. Este processo, porém, resultou na retirada forçada da população de baixo poder aquisitivo de áreas valorizadas e centrais da cidade, que passou a habitar em locais de “baixadas”, que eram ambientes alagadiços por sofrerem a influência de marés.

De acordo com Sagres (2010), apesar dos esforços de limpeza urbana, a intendência de Lemos apresentou uma faceta geográfica segregadora ao priorizar a reformulação da urbe em espaços seletos da cidade, visto que:

A Belle Époque imprimia, desse modo, a redefinição do espaço urbano, a redistribuição dos locais destinados aos serviços sanitários e o emprego de mecanismos de controle de hábitos da população, o que tornava bastante visível a destinação entre a área central da cidade, destinada aos ricos burgueses “desodorizados” e “higienizados”, e as áreas “periféricas” destinadas à população trabalhadora pobre (SAGRES, 2010. p. 173).

Para Sagres, a natureza foi considerada como importante elemento de embelezamento da cidade, sendo representada por jardins, arborizações, hortos florestais, sítios, parques, áreas saneadas, bosques e combate a sujeiras. Ressalta-se que predominava o consenso de modificação de uma natureza então “maltratada” e desconforme com a nova concepção de valorização paisagística pautada no apreço a cenários vislumbrantes, o que repercutiu em ações direcionadas à redução de lixos, lamas, criação de ambientes florísticos e arbóreos para que fossem estimuladas práticas de lazer, conforto e descanso em locais modernos e glamourosos. É neste contexto que o Bosque Rodrigues (1870) e o Parque Zoobotânico Museu Emílio Goeldi (1895), situados numa área nobre da capital, se tornaram objetos de estetismo urbano, aliando a realização do lazer e a pesquisa da flora e fauna amazônicas.

Para Rodrigues (1998), após o boom da economia gomífera, uma nova onda de progresso e modernização impactou o espaço regional amazônico, estando relacionada à industrialização de países ricos, expansão do processo de globalização da economia e da consolidação da Divisão Internacional e Territorial do Trabalho, ocorrida a partir da segunda metade do século XX. Este novo momento modernizador foi materializado no espaço regional amazônico com a implantação de grandes projetos geoeconômicos minerais, energéticos, agrícolas, agropecuários, madeireiros, de colonização etc.

Os grandes empreendimentos geoeconômicos na região amazônica resultaram numa série de desequilíbrios socioambientais; entre eles, podemos citar: a concentração e luta pela

posse de terras, o êxodo rural, o empobrecimento social, a desterritorialização⁴ de comunidades tidas como tradicionais⁵, o aumento de fluxos migratórios, poluição do ar, água e solo, o empobrecimento do solo, a elevação de temperatura, a perda da biodiversidade e desmatamentos. Estes desequilíbrios impulsionaram a reformulação de políticas estatais de planejamento sustentadas numa espécie de “capitalismo verde” em face das necessidades de reformulação produtiva do capital e anseios sociais identificados com ativismos ambientais (CASTRO, 2001).

Na faceta urbana, tornou-se comum a reformulação do espaço de cidades com a abertura de grandes rodovias, a formação de cidades novas e consolidação de novas fronteiras urbanas, além do crescimento urbano desordenado e inchaço populacional.

Trindade Jr. (2016), ao analisar a dinâmica de formação metropolitana de Belém no período de 1960 a 1997, considerou que houve um estrangulamento da Primeira Léguas Patrimonial⁶ em função da intensa pressão demográfica provocada por ocupações de áreas de baixadas⁷ e pela especulação imobiliária nas áreas centrais da cidade, o que favoreceu a expansão urbana em direção à Segunda Léguas Patrimonial⁸ com o desenvolvimento da suburbanização⁹ decorrente do surgimento de ocupações espontâneas e induzidas com a criação de programas de habitações populares, seguido da valorização imobiliária decorrente da ação de setores privados interessados em auferir novos lucros com o uso do solo urbano.

Para Trindade Jr. (2016, p. 132), esta dinâmica representou:

não só num espraiamento dos assentamentos, como também num quadro urbano construído de maneira caótica, com uma malha urbana única, porém descontínua e fragmentada.

Trindade Jr. (2016) também afirma que entre os anos de 1980 e 1990 as áreas consideradas de fronteira, com destaque para as que iam em direção ao Distrito de Icoaraci, franjas da Augusto Montenegro (bairro da Marambaia, do Mangueirão, Parque Verde, Tenoné, Tapaná, Benguí, Maguari etc.) e partes urbanizadas das ilhas de Mosqueiro, Cotijuba

⁴ Ver Haesbaert (2011), que considera que este processo não necessariamente se expressa como a extinção de territórios, mas como existência de uma ação territorial que impulsiona a modificação de seu conteúdo ou a realização de novas territorialidades.

⁵ Agrupamentos humanos que produzem cultura, sociabilidades e territorialidades vinculadas diretamente à apropriação e uso da natureza.

⁶ Limite territorial de Belém cujo marco estava situado em frente ao Bosque Rodrigues Alvez situado à Avenida Almirante Barroso.

⁷ Áreas topograficamente baixas localizadas em planícies de inundação da Primeira Léguas patrimonial que estão sujeitas às variações de marés e de regimes pluviais.

⁸ Área de expansão urbana de Belém em direção à Rodovia Augusto Montenegro e sentido BR-316.

⁹ Para Trindade Jr., este processo representa a periferação de novas áreas de ocupação. No caso da região metropolitana de Belém, este processo é marcado pela favelização, desta vez, em áreas não alagadiças.

e Caracateua, além dos municípios de Ananindeua, Marituba e Benevides, eram as que melhor representavam a suburbanização da metrópole.

Buscando organizar o uso do solo da cidade de Belém, principalmente em locais de consolidação de ocupações desordenadas e em espaços de franca expansão urbana que repercutiam na retirada da cobertura vegetal e degradação de recursos naturais, a prefeitura de Belém implementou o Plano de Desenvolvimento da Grande Belém (PDGB), promulgado como lei ordinária nº 705 de 27 de dezembro de 1977. O PDGB previa no Capítulo III, artigo 9º incisos I- manter grandes espaços verdes no interior de áreas urbanizadas, II- preservar a paisagística natural em áreas abaixo da cota de 5 metros e no inciso IV manter grandes espaços verdes nas periferias de locais urbanizados.

O plano de intervenção urbanística deixou evidente a preocupação com a preservação da paisagem urbana somente em locais integrados pelo tecido urbano, ou seja, a parte insular do município não era motivo de preocupação do ordenamento territorial. A Seção 4º do artigo 22 inciso 1 que trata da paisagem urbana definiu que a preservação deveria priorizar declividades superiores a 15% ou situadas abaixo da cota de 5 metros. O artigo 23, inciso VI, outorgou a criação de grandes espaços verdes compostos por “cemitérios-jardins, parques urbanos e metropolitanos e áreas turísticas ou de preservação do patrimônio paisagístico” (BELÉM, 1975. p. 3). Neste sentido, o PDGB oficializa uma política de ordenamento urbano pautada na criação de “territórios ambientais” representados pelo resguardo de áreas naturais na parte continental da cidade.

Apesar dos esforços voltados a organização do espaço urbano¹⁰ de Belém, Pinheiro e Ponte (2014) consideram que o PDGB propunha modelos urbanos por projeções matemáticas, em diagramas teóricos da Escola de Chicago¹¹, generalizações técnicas e desenvolvimentistas baseadas no espaço urbano norte-americano, o que repercutiria na não associação entre questões sociais e o desenvolvimento econômico. Esta problemática evidencia que o histórico ordenamento urbano e ambiental de Belém foi marcado por uma faceta autoritária ao operar por modelos de organização urbana abstratos, desconsiderando a dinâmica socioambiental da cidade.

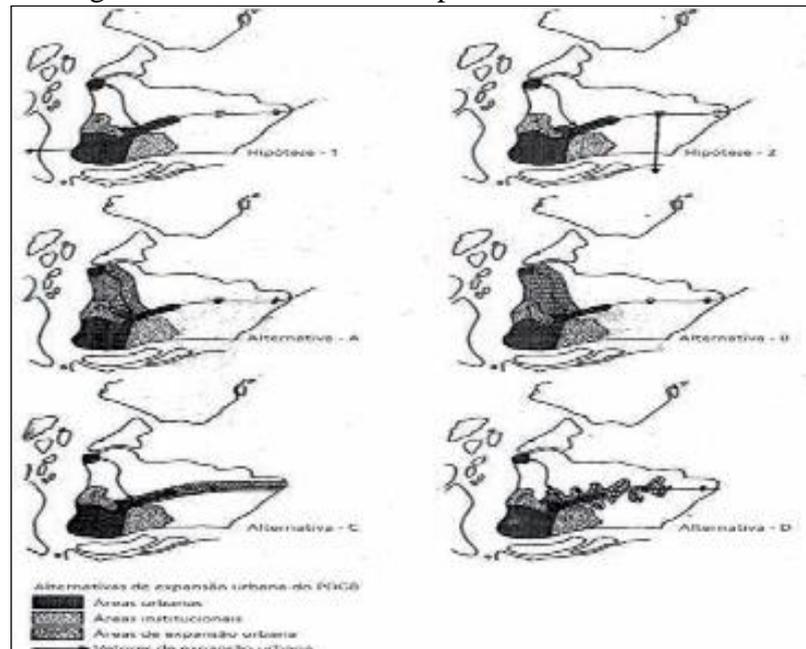
A imagem a seguir retrata os eixos de expansão urbana das novas áreas de crescimento de Belém como territórios políticos de implementação de políticas públicas advindas do PDGB. O Plano previu ainda a descentralização de atividades econômicas conforme o poder

¹⁰ Para Lefebvre (2016) este representa a infra-estrutura urbana (redes de comunicações, informações, pontes, estradas, entre outros) que se expande em decorrência do crescimento da cidade.

¹¹ Escola de economistas americanos que defende o livre comércio e o planejamento territorial urbano destinado ao desenvolvimento de grandes obras visando o fluxo rápido e a promoção de atividades capitalistas.

de renda de classes sociais e intervenções urbanísticas nas áreas de expansão urbana da Augusto Montenegro, sentido Icoaraci e Ananindeua, no trecho que acompanhava o traçado da BR-316. Ressalta-se que o ordenamento territorial do espaço urbano ocorreu conforme os traçados inscritos na organização viária dos transportes nas zonas de expansão de Belém.

Figura 5 - Alternativas de Expansão Urbana do PDGB



Fonte: Pinheiro e Ponte (2014).

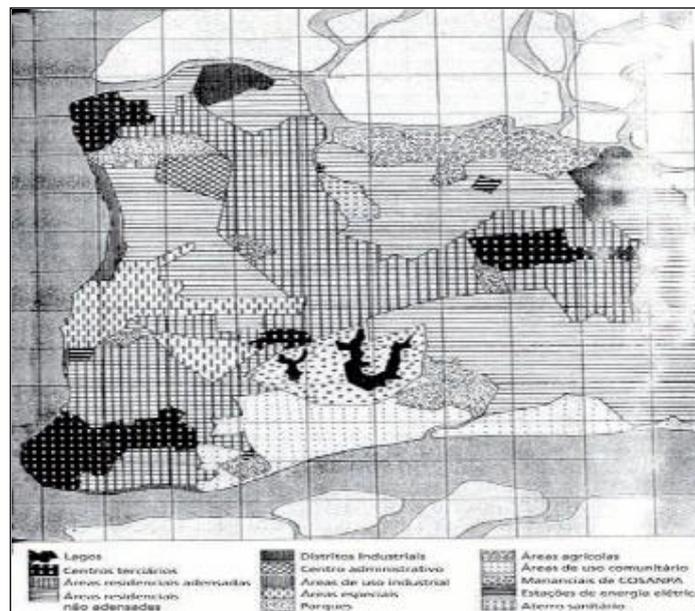
A imagem acima evidencia um conjunto de croquis das áreas caracterizadas por serem eixos viários importantes da capital e que apresentavam grande expansão urbana, mas que deveriam ser objeto de intervenção pública para que ocorresse o ordenamento do uso do solo e identificação de locais que pudessem ser aproveitados como “áreas verdes” destinadas à amenização da pressão imobiliária e urbana advindas da lógica de reprodução desordenada do espaço.

A Companhia de Desenvolvimento e Administração de Belém – CODEM realizou um projeto denominado Processo de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (PEM) em 1980, também tributário de noções planificadoras advindas da Escola de Chicago e esteve baseado na potencialização do ordenamento do uso do solo (habitação, saneamento básico, lazer etc.) em locais que seguiam os traçados dos transportes viários. O PEM constituiu-se num modelo de concentração na descentralização policêntrica, pois todos os subpolos urbanos estavam aptos à atração de atividades terciárias e seguiam os sentidos dos principais eixos viários que convergiam para áreas centrais antigas de Belém. O Plano Metropolitano propunha impor uma organização urbana e espacial buscando amenizar as pressões habitacionais, a

degradação ambiental e a queda da qualidade de vida na capital paraense (PINHEIRO; PONTE, 2014).

Para Pinheiro e Ponte (2014), a elaboração da proposta de ordenamento territorial municipal se constituiu em tentativa de amenizar o descontrolado crescimento urbano, favorecendo o cuidado com áreas ambientais que estavam sofrendo degradações decorrentes de ocupações espontâneas. Uma das estratégias de contenção de danos aos recursos naturais foi expressa na política de zoneamento urbano e ambiental revelada na criação de um Sistema de Parques da Região Metropolitana de Belém (SPRMB) para que fossem identificados locais estratégicos destinados à preservação da natureza, criação de áreas de lazer voltados à satisfação cultural, promoção educacional e de saúde (PINHEIRO; PONTE, 2014). A ilustração a seguir demonstra um território político da preservação da natureza e ordenamento do uso do solo na capital paraense, com a espacialização geométrica de áreas do planejamento regional.

Figura 6 - Macrozoneamento Definido pelo Processo de Desenvolvimento Metropolitano de Belém (PEM)



Fonte: Pinheiro e Ponte (2014, p. 298).

A imagem acima evidencia o Macrozoneamento da capital paraense com prioridade para criação de áreas geometricamente definidas com funções específicas. Há predominância de um espaço de cunho econômico e produto da organização territorial do ente público e que apesar do reconhecimento de áreas ambientais, tais como lagos, parques e mananciais, não há referência mínima a áreas ambientais de ilhas da cidade.

Outro instrumento utilizado na dinâmica de racionalização do uso do solo e de recursos naturais na capital paraense foi o Plano Diretor Urbano outorgado pela lei nº 7.603 de 1993, dando legalidade jurídica ao ordenamento territorial ambiental. De acordo com o PDTU, havia a preocupação com a qualidade ambiental expressa na política de preservação de ecossistemas ameaçados pela urbanização, preservação de mananciais degradados, além de manutenção de áreas verdes, amenização climática e criação de parques urbanos. Para tanto, foram definidas as Zonas Especiais de Preservação Ambiental (ZEPA) que representavam áreas de proteção dos mananciais dos lagos Bolonha e Água Preta (contidas no atual Parque Ambiental do Utinga) e as pertencentes ao Parque Ecológico de Belém Gunnar Vingren integrante da Bacia do Una.

O PDTU reconheceu no artigo 145 inciso 2 a importância do ordenamento territorial para além da 1ª Léguas Patrimonial, considerando a efetivação da qualidade ambiental visando a amenização climática, a distribuição das massas construídas verticalmente e horizontalmente para que houvesse a circulação do vento, a diminuição dos altos índices de umidade, valorização da paisagem natural e da beleza estética urbana (BELÉM, 1993).

É importante salientar que O PDTU não fez referência à denominação patrimônio natural, e no contexto da parte insular de Belém deu ênfase à orientação quanto ao controle da verticalização das orlas de Mosqueiro e Caratateua (art. 144) e definiu no artigo 152 que as ilhas possuíam espaços de lazer por apresentarem praias fluviais situadas às proximidades da parte continental de Belém que, em geral, eram frequentadas por camadas populacionais de média e baixa renda. Também o Plano Diretor de 1993 não cita as palavras Cotijuba e Combu, que são importantes ilhas de Belém, e orientou que não houvesse urbanização em áreas preservadas de ilhas, em especial Mosqueiro e Outeiro, conforme art. 266 incisos 1 e 2:

I - Nas ilhas de Mosqueiro e Caratateua, serão obedecidas as seguintes condições:

é vedada a urbanização e a edificação na área considerada como de preservação permanente, conforme estabelece o código florestal;

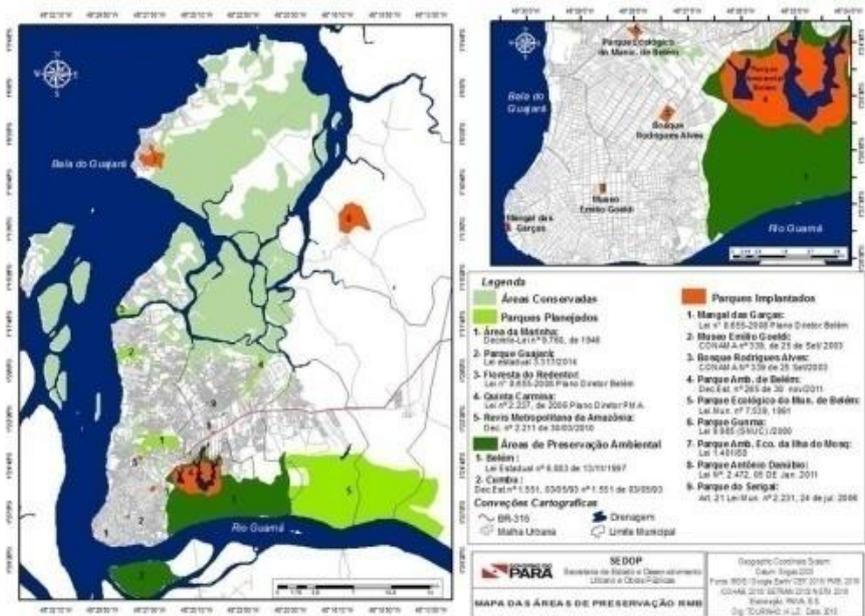
a) a área de preservação permanente de que trata o item "a" deste artigo, corresponde a faixa de marinha e a faixa contígua a mesma, com a largura de 30 (trinta) metros;

II - nas praias e demais ilhas do município o índice será de 100 (cem) metros de preamar (BELÉM, 1993. p. 75).

O PDTU outorgou as Zonas Urbanas, de Expansão Urbana e Rural para aperfeiçoar o controle urbanístico do município de Belém a partir da capacidade de produção, apropriação e consumo do espaço metropolitano para que fosse viabilizada a qualidade ambiental natural e construída, assim como atendimento e aprimoramento da infraestrutura da cidade. A

ilustração a seguir destaca a distribuição das áreas protegidas na zona de influência do PDTU. Para que não houvesse sobreposições nos traçados de áreas ambientais, o poder público municipal reconheceu a existência dos locais de preservação ambiental anteriormente existentes e que eram de competência da União e do governo estadual:

Figura 7 - Áreas Ambientais Protegidas da Região Metropolitana de Belém



Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará (SEDOP), 2018.

Assim, percebe-se que a implementação de parques ambientais se tornou comum na dinâmica do ordenamento do uso do solo em Belém, sendo dada especial atenção às áreas críticas do crescimento habitacional desordenado e as que sofriam intensa retirada da camada vegetal.

O “Estudo de Delimitação da Região Metropolitana de Belém” divulgado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas do Pará (SEDOP), em 2018, demonstra que havia no município de Belém dominância de Unidades de Conservação de Usos Sustentáveis. O quadro a seguir revela a distribuição de Unidades de conservação em Belém:

Tabela 1 - Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Município de Belém

Nome das UC.	Área em há.	Ano de Criação
Área de Proteção Ambiental Metropolitana de Belém*	7.349	2011
Área de Proteção Ambiental Ilha do Combu	1,5mil	1993
Parque Ecológico do Município de Belém	44	1993
Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro	190	1988

Jardim Zoobotânico Bosque Rodrigues Alves	15	2003
Parque Zoobotânico Museu Paraense Emílio Goeldi	5,4	2003

Fonte: SEDOP, 2018.

* exceto a Área de Proteção Ambiental Metropolitana de Belém que abrange parte dos municípios de Belém e Ananindeua, as demais se situam no município de Belém (SEDOP, 2018).

As Unidades de Conservação de Proteção Integral na Região Metropolitana de Belém são definidas como Parques que somam o total de 03 e há apenas 01 Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). Ressalta-se que as unidades de proteção integral de Belém foram pensadas para a prática de turismo de aventura e lazer (caminhadas, roteiros turísticos, corridas e passeios de bicicleta). A tabela a seguir destaca as Unidades de Conservação de Uso Integral na Região Metropolitana de Belém.

Quadro 1 - Unidades de Conservação de Uso Integral - Região Metropolitana de Belém

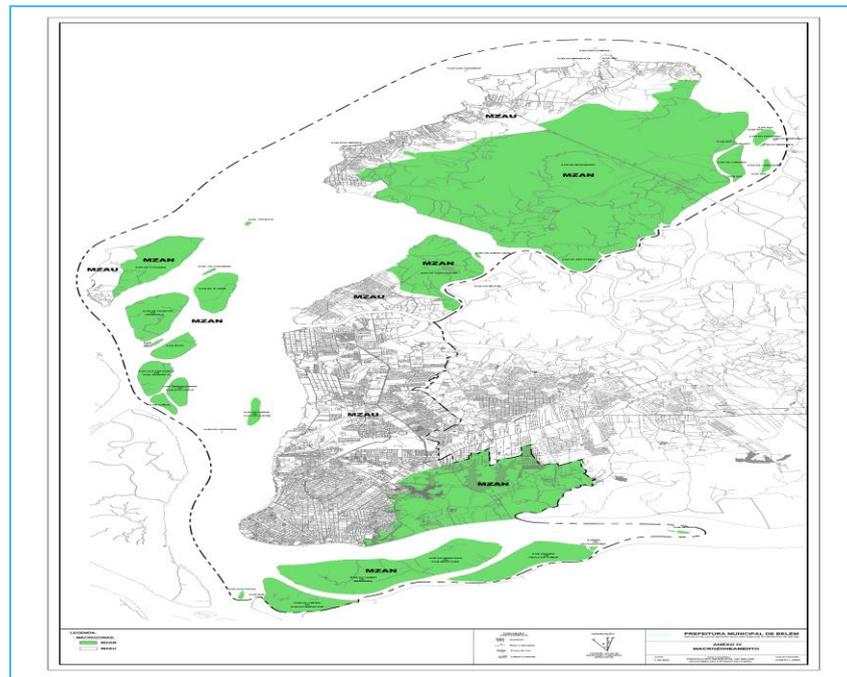
<u>Nome das U. C. I.</u>
Parque Estadual do Utinga
Parque do Seringal (Ananindeua)
Parque Antônio Danúbio
Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) MetrÓpole da Amazônia

Fonte: SEDOP, 2018-2020.

A criação de áreas protegidas foi legitimada no interior do Plano Diretor revisado e promulgado com a lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Houve também a definição do patrimônio natural belenense “compreendendo os elementos naturais, artificiais e culturais localizados em seu território” (BELÉM, 2008. p. 59). A Subseção II das Zonas do Ambiente Natural – ZAN, art. 95, estabeleceu que o patrimônio natural de Belém estaria no interior das três Zonas do Ambiente Natural (ver mais adiante). É importante destacar que o Plano Diretor reconheceu que no interior de Mosqueiro e Caratateua havia espaços urbanizados e naturais. Por outro lado, as demais ilhas formariam ambientes naturais.

A Prefeitura de Belém, através do Plano Diretor, procurou desenvolver o ordenamento territorial da cidade em duas modalidades organizadas em Macrozonas: a Macrozona do Ambiente Urbano (MZAU), correspondente às áreas continentais, e as partes das ilhas de Cotijuba, Mosqueiro e Caratateua, que apresentavam urbanização e a Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) referente às porções não urbanizadas das referidas localidades, demais ilhas de Belém e a Área de Proteção dos Mananciais de Água de Belém (BELÉM, 2008). A imagem a seguir destaca as MZAU e MZAN como expressões do ordenamento urbano e tinham a função de classificar as áreas do território da capital paraense conforme a dominância de transformações antrópicas e aspectos naturais.

Figura 8 - Macrozonas do Ambiente Urbano e Macrozonas do Ambiente Natural



Fonte: Plano Diretor de Transporte Urbano de Belém (PDTU), 2008.

É importante ressaltar que a imagem acima evidencia que as Macrozonas do Ambiente Natural foram situadas em áreas de grande domínio de vegetação nativa, mas que vinham sofrendo ocupações espontâneas por estarem ao lado ou nas franjas, em sua maioria, de bolsões populacionais e fronteiras urbanas em franca expansão.

Outra observação relevante diz respeito ao fato de o patrimônio natural de Belém estar circunscrito às MAZAN, ou seja, locais não urbanos e situados, em sua maioria, na parte insular da capital, o que reforça a noção de que a natureza deveria estar afastada do restante da sociedade e distante geograficamente da presença humana.

No tocante aos objetivos que a Macrozona do Ambiente Natural deveria atingir, ficou estipulada a preservação, proteção e recuperação dos recursos naturais degradados, além da promoção do desenvolvimento socioambiental das ilhas, buscando a efetivação da sustentabilidade e melhoramento de condições de acessibilidade e habitabilidade. Em relação às diretrizes, outorgou-se no artigo 83 do Plano Diretor que os princípios seriam os seguintes:

I - organizar e utilizar, de forma adequada, o solo municipal com vistas a compatibilizar sua ocupação com as condições exigidas para a conservação e melhoria da qualidade ambiental do Município;

- II - recuperar áreas degradadas, livres ou ocupadas, potencializando as suas qualidades materiais e imateriais para que possam ser incorporadas a Unidades de Paisagem;
- III - mitigar os impactos advindos da sazonalidade de uso intenso das ilhas, sem prejuízo à população local;
- IV - resgatar e valorizar a fisiografia e a visualização dos elementos naturais e paisagísticos peculiares das ilhas;
- V - assegurar espaços necessários, em localização adequada, destinados ao desenvolvimento de atividades humanas;
- VI - respeitar as características geomorfológicas do sítio das ilhas, para a adequação dos usos e atividades;
- VII - incentivar o turismo nas ilhas, por meio de programas que evidenciem o meio ambiente, a diversidade cultural, a paisagem e as características locais típicas das ilhas fluviais do Município de Belém (BELÉM, 2008).

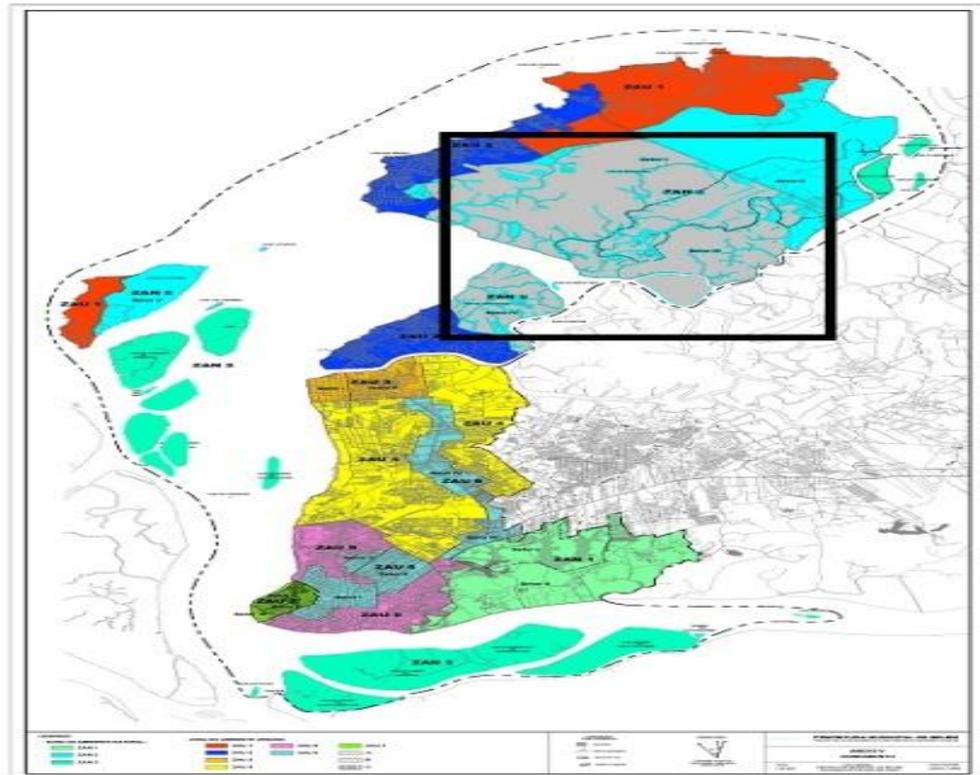
Na Seção II do Plano Diretor de Belém referente ao Zoneamento Urbano e Ambiental, conforme consta no artigo 86, as Macrozonas (MZAU e MZAN) são desmembradas em Macrozonas (Urbanas e Naturais), em Zona de Ambiente Urbano (ZAU), num total de sete, e Zona de Ambiente Natural (ZAN) num total de três. Na Subseção II, art. 95 do PDTU, as três Zonas do Ambiente Natural conteriam cada uma delas partes do Patrimônio Ambiental do Município de Belém que deveria ser preservado em função da expansão urbana desordenada (BELÉM, 2008). Segundo o artigo 96, as Zonas do Ambiente Natural (ZAN) de Belém:

caracterizam-se pela presença de cursos e corpos d'água estruturadores das bacias hidrográficas do Município, áreas de preservação permanente, ecossistemas preservados, áreas e prédios de interesse à preservação histórico, arqueológico e cultural, assentamentos habitacionais e ocupações informais (BELÉM, 2008. p. 59).

O mapa a seguir, advindo do Plano Diretor, definiu a Zona Ambiental 2 (ZAN2) que de acordo com o inciso §6º do artigo 98 insere-se no Setor I, região nordeste e oeste de Mosqueiro, formado pelo Parque Ecológico da Ilha do Mosqueiro, recortado pela rodovia PA-391 e apresenta bacias hidrográficas, comunidades tradicionais, pouca ocupação humana e recursos naturais ainda preservados.

Ressalta-se que a Zona de Ambiente Natural 2 (ZAN2) é representada pelas áreas não urbanizadas da ilha de Mosqueiro, Cotijuba e Caratateua, subdividindo-se em Setores I, II, III, IV e V (Anexo V do Plano Diretor) expressando os limites territoriais das áreas de Proteção Ambiental de Belém. A ilustração a seguir destaca a ZAN 2, Setor I, no contexto da espacialização das ZAN's definidas no Plano Diretor.

Figura 9 - Zonas do Ambiente Natural (ZAN) do Município de Belém: ZAN 2 Setor 1 – Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro



Fonte: Mapa adaptado do Plano Diretor, 2008.

A imagem destaca as Zonas Ambientais Naturais, especialmente a ZAN 2 Setor 1, onde está situado o Parque Ecológico Municipal de Mosqueiro que segundo o Plano Diretor representaria local natural estratégico para a realização do ordenamento territorial. A divisão territorial inscrita na ZAN 2 Setor I (Mosqueiro) é problemática, pois invisibiliza a existência de comunidades tradicionais que residem no entorno do Parque Municipal de Mosqueiro e na parte continental da área em destaque não urbanizada, dando preferência à existência de assentamentos espontâneos.

Apesar de o instrumento municipal de ordenamento do solo não definir as ZAN's como territórios, é evidente que tal concepção se vincula à perspectiva de território político como objeto de ordenamento territorial do poder público. Vejamos, então, as determinações sobre as ZAN's impostas pelo Plano Diretor, destacando seus objetivos e diretrizes:

§2º. A ZAN 2 – Setor I tem como objetivos:

- I - conservar o patrimônio genético, biológico, ecológico, cultural e paisagístico;
- II - condicionar a implantação das atividades econômicas às especificidades locais e à capacidade de suporte do ambiente.
- III - identificar e qualificar os assentamentos existentes;

IV - monitorar a exploração dos recursos minerais para minimizar a degradação do meio ambiente.

§3º. São diretrizes da ZAN 2 – Setor I:

I - promover o ordenamento e monitoramento das atividades econômicas sem degradação do patrimônio cultural e ambiental;

II - criar e implantar unidades de conservação;

III - promover a recuperação das áreas degradadas;

IV - promover a regularização fundiária dos assentamentos existentes, quando possível (BELEM, 2008. p. 61).

A Prefeitura fez uma separação política entre as Zonas de Ambiente Natural criando os Setores 1, 2 e 3, mas para fundamentar nossas análises e contemplar nosso objeto de estudo, fizemos o recorte espacial e consideramos somente a ZAN 2 Setor 1, desconsiderando a parte nordeste por ser representativa de assentamentos espontâneos, estar distante geograficamente do Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro e pelo fato de nossa pesquisa priorizar territorialidades de comunidades tradicionais.

Assim, o ordenamento do uso do solo da capital paraense se deu por ondas de modernização territoriais e pela implementação de sucessivos planos de ordenamento territoriais que se desdobraram na reprodução do espaço urbano da capital de forma desordenada.

Por outro lado, o ordenamento territorial do município de Belém deve ser compreendido no contexto de movimentos sociais de defesa da democratização do uso do solo urbano, políticas públicas territoriais, debates sobre a preservação da natureza em escala planetária e as dinâmicas de reprodução capitalista do espaço urbano inscritas na turistificação do patrimônio.

Assim, o Parque Ambiental, no contexto do PDTU, buscou “guardar” da ação antrópica parte do importante patrimônio natural da capital paraense, sendo este definido como reunião de elementos naturais importantes para a qualidade ambiental e sem que fosse levado em consideração dinâmicas socioterritoriais vinculadas à apropriação e uso da natureza para além da ideia de bens ameaçados pela urbanização descontrolada.

1.4 - O Parque Municipal de Mosqueiro como Produto do Urbano:

A reprodução do solo e da vida nas cidades tem sido influenciada pela lógica de ratificação do modo produtivo capitalista em decorrência do crescimento econômico de países ricos e intensificação da globalização da economia e cultura, do Estado mínimo neoliberal e cooptação do cotidiano como instância mais imediata da reprodução do capital. Lefebvre (1991) considera que - de forma semelhante ao que ocorre no interior da indústria, em que a

produção de mercadorias tem como destino a circulação e consumo - a produção do espaço pela lógica da reprodução do capital transforma os fragmentos da cidade em espaços a serem consumidos pela sociedade. Esta dinâmica atua reforçando e revelando “a expressão mais contundente da desigualdade que se desdobra na contradição característica da reprodução do espaço capitalista” (CARLOS, 2018. p. 50).

Para Lefebvre (2016), a modernidade tem cunho burguês, rompe com os fundamentos políticos, econômicos e culturais do ideário de mundo holístico que passou a ser considerado arcaico e dogmático, e indicou a efervescência do princípio racionalista, das luzes, da razão instrumental e do progresso técnico de civilizações, de forma bastante controversa e contraditória.

Para Costa (2016), o chamado mundo moderno criado como ícone de classes dominantes, está vinculado à dissipação de valores euro-ocidentais, enfatizando o progresso econômico, a superação do mundo rural, a busca desenfreada pelo comércio, lucro e criação de colônias de exploração e na qual a Europa deveria ser o centro do mundo imprimindo a dominação pela colonialidade do poder traduzida como um conjunto de dominação ideológica, cultural e epistemológica direcionada à inferiorização cultural e conhecimentos de povos colonizados.

A dominação capitalista europeia alicerçada no colonialismo cultural e epistêmico mundializou valores, modos de fazer científicos e produtivos embasados no quantitativismo mecanicista como um grande sistema a ser explorado e dominado.

Santos (2009) observa que na ciência moderna as experiências imediatas do cotidiano e de abstrações teóricas só teriam valor explicativo se fossem amparadas pelo rigor científico viabilizado a partir de testagens e análises aprofundadas emanadas do pensamento lógico formal, do cálculo, da quantificação, mensuração e dedução, buscando simplificar a complexidade do mundo tentando torná-lo um sistema inteligível.

Sobre esta relação, Santos (2009, p. 63) enfatiza que:

Deste lugar central da matemática na ciência moderna derivam duas consequências principais. Em primeiro lugar, conhecer significa quantificar. O rigor científico afere-se pelo rigor das medições. As qualidades intrínsecas do objeto são, por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante. E em segundo lugar, o método científico assenta na redução da complexidade. O mundo é complicado e a mente humana não o pode compreender completamente. Conhecer significa dividir e classificar para depois determinar relações sistemáticas entre o que se separou.

Corroborando com o entendimento de que a ciência moderna impôs uma única faceta de entendimento da realidade, Capra (2006) ressalta que o mundo feudal era marcado pela perspectiva ecológica, sistêmica, orgânica e holística da vida, mas que foi gradativamente deteriorado pelo pensamento moderno-cartesiano, no qual os fenômenos socionaturais deveriam ser compreendidos por explicações racionalistas de caráter universalizante. O mesmo considera que o espaço de vivência que até então era limitado à comunidade passou a ser tratado como espaço da quantificação e da generalização, pois:

O palco do universo newtoniano, no qual todos os fenômenos físicos aconteciam, era o espaço tridimensional da geometria euclidiana clássica. Era um espaço absoluto, um recipiente vazio, independente dos fenômenos físicos que nele ocorriam. Nas próprias palavras de Newton, 'o espaço absoluto em sua própria natureza, sem levar em consideração qualquer coisa que lhe seja externa, permanece sempre inalterado e imóvel'. Todas as mudanças no mundo físico eram descritas em função de uma dimensão à parte, o tempo, também absoluto, sem ligação alguma com o mundo material, e que fluía de maneira uniforme do passado para o futuro através do presente (CAPRA, 2006. p. 62).

Capra, ao enfatizar a separação entre tempo e espaço proposta por Newton dá evidência a um dos princípios basilares da organização da ciência moderna, a ideia de uma natureza movida pela lei da gravidade e por fenômenos naturais que independiam de interferências externas. Este fundamento está bastante arraigado no mundo de hoje, posto que sustenta a ideia de que as transformações antrópicas, mesmo em escala planetária, formariam um mundo à parte do comportamento evolutivo da natureza.

Deleuze e Guattari (1997) tecem críticas à ciência de Estado que se impõe enquanto totalidade espacial e fenomênica por ser normativa e reguladora, priorizando formas, extraíndo variáveis de constâncias, além de atuar no centro ignorando bordas, fazendo um movimento não inovativo e repetitivo. O conhecimento científico impõe a separação do sujeito em relação ao objeto; do homem frente à natureza; a testagem de amostragens e quantificação diante as múltiplas formas de produção de conhecimentos do mundo holístico diante do concebido como realidade abstrata; da relação aparência-essência, realidades urbana e rural, entre outras. Estas são dicotomias difundidas pelo mundo burguês moderno, visando definir separações entre um mundo fenomênico real e empírico de um mundo racional, científico e "esclarecido".

A ciência moderna ao tratar as espacialidades e dinâmicas sociais como totalidades alicerçadas na lógica da padronização, quantificação, racionalismo, numeração,

geometrização e administração, serve como sustentáculo de posições ideologizantes da realidade. Para Lefebvre (1991), o mundo moderno regula as coisas à sua ordem e replica a reprodução da produção, em que cada parte da realidade social é parte integrante de um todo que se move pelo tecnicismo e racionalismo, que no contexto urbano determina que cada objeto da cidade ou ela mesma teria função técnica que serviria à burocracia e ao capital.

Para Lefebvre (1991. p. 58), o mundo moderno torna-se produto da ciência e da ação especializada e:

se transforma sob nossos olhos em sociedade científica: aplicação racional do mais alto saber, conhecimento da matéria e conhecimento da realidade humana. Essa ‘cientificidade’ justifica a racionalidade burocrática, estabelece (ilusoriamente) a competência dos tecnocratas.

Corroborando com a crítica ao conhecimento científico, que busca criar realidades movidas por abstrações, Kosik (1976) vê o viés ideológico do ato de fazer ciência expresso pela forma burguesa de produção, exclusão do homem como produto da historicidade da sociedade, formulação de leis a partir da perspectiva de sistemas articulados atomicamente, matematicamente e fisicamente, em que o homem é um sistema dentro do próprio sistema ordenador de processos e fenômenos.

Kosik (1976, p. 93) chama a atenção para a ideologização e naturalização de processos sociais, científicos e econômicos que teriam base na teoria de sistemas:

O primeiro sistema é o capitalismo. Somente com base em uma realidade assim entendida e compreendida, que tem a aparência de uma ordem natural e espontânea – isto é, só com base na imagem da economia como *sistemas de leis* que o homem apreende – se coloca como questão secundária à relação do homem com tal sistema.

A cientificidade e tecnicismo do mundo moderno orientam e organizam a reprodução da urbano-industrialização buscando reforçar a todo instante uma totalidade socioespacial que se manifesta como um projeto de ciência, de técnica e de sociedade dissipando valores em meios técnico-científicos “mediatizados por uma sociedade que já não sabe onde começa e onde termina a ideologia. A ciência daí recorrente e a visão de mundo que ela oferece só podem fundar numa alienação epistemológica” (SANTOS, 2012.p. 39-40).

Para Carlos (2018), o urbanismo tecnicista originário de países ricos é reproduzido nos países pobres e tem base na difusão ideológica do urbano, em que o modelo de cidade-consumo impõe uma ordem panificadora, transformando morfologias sociais e urbanas em objetos técnicos destinados ao consumo. A mesma ressalta que a produção do espaço da cidade adquire uma materialidade expressa na produção de formas arquitetônicas, no

consumo de espaços, na espacialização de atividades do comércio, da circulação e da apropriação do capital.

Para Lefebvre (2016), a industrialização e a urbanização são os motores das transformações das cidades ao cooptarem, determinarem e organizarem frações espaciais de acordo com a reprodução do capital. Para ele, ambas provocam a “implosão-explosão” das cidades ao reordenarem e incorporarem espaços de metrópoles à lógica da produção.

Na perspectiva lefebvreana, a “implosão-explosão” da cidade é representada pelo tecido urbano expresso no crescimento vertiginoso de objetos técnicos da urbanização (pontes, ruas, avenidas, sistemas de informações, comunicações etc.) que atua subordinando a cidade urbana e o campo que passam a ser subsumidos à força do consumo e da produção. Assim, o tecido urbano ficaria “inflado” e “explodiria”, abarcando o maior quantitativo de áreas possíveis que passariam a ser influenciadas, constrangidas, subordinadas e replicariam as dinâmicas urbano-industriais de metrópoles.

O urbano para Lefebvre (2016) constitui-se em expressão ideológica que parte de classes dominantes que buscam assegurar a reprodução do espaço da cidade pelo desenvolvimento do processo de reprodução do capital para que sejam gerados lucros, consumo e o uso do solo como mercadoria. Ainda de acordo com Lefebvre (2016), o urbano enquanto manifestação de ideologias da planificação, do consumo, do avanço da civilização, da arte, da estética, da arquitetura, do comércio, da política, da economia e da cultura, produz linguagens destinadas à representação de signos da modernidade expressos na dinâmica de produção da cidade como reprodução do capital.

Os argumentos de Lefebvrianos apontam para a reprodução do espaço como expressão máxima da reprodução capitalista, pois reforça e incorpora o modo de vida cotidiano e o funcionamento da cidade e o uso do solo. Para Carlos (2016), o espaço da cidade acaba por constituir-se como meio e condição para a criação de ambientes dotados de valor, cujos fragmentos espaciais são usados e apropriados de forma diferenciada conforme o poder aquisitivo das pessoas e classes sociais a que pertencem, reforçando, assim, a estrutura desigual socioeconômica da sociedade. Para Carlos, os mais abastados de poder político e econômico habitam em fragmentos espaciais dotados de duplo sentido expressos na maior rentabilidade no valor de troca do solo urbano e na reprodução do cotidiano em locais dotados de infraestrutura urbana eficiente, restando aos demais o habitar como segregação que revela a resistência frente a ordem dominante na dinâmica do viver a cidade.

Em relação à segregação socioespacial como fenômeno de expansão da cidade, Carlos (2016. p. 98) entende que:

Coube a essa parcela ocupar as periferias, com seus terrenos baratos pela ínfima ou total falta de infraestrutura ou construindo as favelas nas áreas onde a propriedade do solo urbano não vigorava – isto é, terrenos em litígio ou de propriedade pública. Esse processo produziu a explosão da cidade antiga com a extensão do tecido urbano, amontoando pessoas em habitações precárias.

Carlos considera que a realização das ordens industrial, científica, burguesa e urbana dominantes constrange a produção do espaço e consolida a modernidade como totalidade irreversível, subsumindo outras ordens a um todo produtivo e socioespacial integrado descontinuamente e desigualmente. Assim, a aglutinação na dispersão da metrópole faz do espaço da cidade um local de junção da sociedade urbana; porém, com a proximidade física das classes sociais, “os homens vivem cada vez mais amontoados lado a lado em aglomerações monstruosas, mas estão isolados uns dos outros” (SANTOS, 2012. p. 33).

A relação totalidade-fragmentação permite-nos a compreensão de como ocorre a construção de espaços da mundialização produtiva do capital nas cidades que se reproduz em escala diferenciadas, impondo funcionalidades e hierarquias entre os fragmentos do espaço total integrado. A dissipação da produção do capital segrega, aliena e marginaliza os sujeitos no interior da cidade e cria hierarquizações na própria cidade. A totalidade produtiva expande-se para toda a cidade, mas atua na fragmentação ao selecionar espaços específicos para a reprodução produtiva do capital de forma mais intensa. Assim, verificamos na cidade e no campo espaços que passam a ser articulados, hierarquizados e especializados em certos serviços e funções produtivas específicas.

A produção da totalidade urbana capitalista reproduz um padrão de consumo global: o capitalista. Todos os fragmentos espaciais da cidade têm uma função na reprodução urbana do capital. É assim que verificamos na cidade e no campo espaços da segregação socioespacial, da apropriação privada do solo, da especulação imobiliária, grandes obras, consumo do lazer, turismo, comércio, da indústria, do resistir e do existir, do cotidiano, de parques ambientais, entre outros.

A ordem global espacial capitalista difundida na cidade e fora dela se desenvolve de forma totalizante, cooptando, constrangendo e fragmentando os demais espaços à sua regulação. Assim, o espaço urbano passa a ser “esquartejado”, quantificado, ordenado e representado abstratamente e cientificamente como objeto da ação do capital.

Lefebvre (2016) enfatiza que a incorporação de fragmentos espaciais, a reprodução massiva do capital e a exploração de seus potenciais pelas vantagens comparativas, singularidades e possibilidades de reinserção a economia da cidade fazem com que determinados locais sejam explorados pelo marketing, mídias e meios de comunicações.

A partir da lógica da totalidade urbana, a natureza torna-se mais um objeto espacial a ser consumido, tal como os shopping, praças, centros históricos, condomínios fechados, centros comerciais, prédios, áreas de lazer etc. A natureza na nova dinâmica espacial imposta pelo capital vem sendo espetacularizada e tratada como objeto de lazer, conforme aponta Henrique (2009). Assim, a natureza muda de sentido na cidade, passando a reforçar a engrenagem capitalista do urbano.

A captura da natureza como objeto espacial ideologizado é discutida por Lefebvre (2016) ao destacar a reprodução do espaço capitalista que atua modificando a morfologia social e física da cidade, do campo pelo tecido urbano e pela imposição de maneiras de perceber a vida, consumir, trabalhar e realizar o lazer, implicando na desnaturalização do meio natural e criando novas maneiras de se relacionar com ela.

Lefebvre também considera que a idealização via ideologização da natureza é difundida por símbolos que indicam o consumo de espaços e no espaço, sendo:

o caso dos parques, dos jardins, das águas cativas. Essas mediações não podem ser compreendidas sem os simbolismos e representações (ideológicas e imaginárias) da natureza e do campo como tais pelos cidadãos (LEFEBVRE, 2016. p. 78).

Assim, é a partir da dinâmica do urbano que os espaços concebidos como naturais (no campo e na cidade) são reinventados como espaços de lazer, turismo, de contemplação da natureza e de harmonia espiritual. Tidos como válvulas de escape em relação às vivências em espaços degradados da cidade, os meios rurais e “naturais” são inseridos na lógica do urbano como espaços complementares da cidade que teriam a função de realizar a melhoria da qualidade de vida e preservação ambiental.

Os “espaços naturais” inserem-se na lógica totalizadora reprodutiva capitalista como espaços funcionais. Isto significa dizer que os meios rurais e “naturais” devem ser potencializados produtivamente conforme a perspectiva de reprodução do capital.

A razão científica do urbano operada pela ideologização do campo é para Lefebvre (2016. p. 80):

Não mais do que a separação entre a natureza e a sociedade, entre o material e o intelectual (espiritual). Atualmente, a superação não pode deixar de se efetuar a partir da oposição tecido urbano-centralidade. O que pressupõe a invenção de novas formas urbanas.

Apesar de não se opor à necessidade de preservação da natureza, Lefebvre considera incoerente a sua ideologização como objeto técnico destinado à extensão do modo de vida urbano e como fundamento de mais um dos direitos à cidade. De acordo com o mesmo, a natureza tem sido inventada e aproveitada em “guetos” que reforçam a segregação social à medida que “entra para o valor de troca e para a mercadoria” (LEFEBVRE, 2016. p. 127).

A ideologização científico-urbana da natureza opera consolidando a reprodução do mundo moderno ao potencializar a reprodução do espaço turístico no meio citadino, rural e de dominância de elementos naturais. Repercute, da mesma forma, na tecnificação e artificialização do espaço como um aglomerado de objetos funcionais, conforme assinala Santos (2012). Este processo reforça o uso da natureza de forma privada e a torna objeto da reprodução do capital, de “domesticação” e aprisionamento em locais específicos que passam a ser destinados à contemplação e ao lazer.

Outra faceta vinculada à reprodução do espaço capitalista pela apropriação da natureza como patrimônio natural acontece em locais de centros históricos, nos quais ela é reproduzida como elemento que integra belos cenários e paisagens com estéticas relevantes. Por outro lado, é também inventada como parque ambiental fomentador do desenvolvimento sustentável e do lazer.

Pois bem, é no contexto do mundo moderno, da reprodução capitalista da cidade, da mercantilização do uso do solo, da subsunção do habitar, do modo de viver a cidade, da invenção de novos objetos urbanos que passam a ser constrangidos e adaptados à dinâmica do capital e da captura da natureza pelo urbano que a instalação do Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro deve ser compreendida.

As sucessivas tentativas de ordenamento da reprodução do espaço urbano de Belém visando a racionalização do uso do solo e a proteção da natureza (conforme destacamos no item 1.3) em decorrência do crescimento exponencial da cidade, também estão vinculadas ao processo de “implosão” e “explosão” da metrópole paraense.

Carlos (2017), seguindo a linha de análise de Lefebvre (2016), avalia que o crescimento urbano de metrópoles revela a “implosão” e “explosão” de sua malha urbana, à medida que o inchaço urbano força a expansão territorial para outras espacialidades, onde antigas centralidades espaciais tendem a perder certas funcionalidades, sem que necessariamente percam suas influências. Ou seja, a autora considera que tal dinâmica apenas reforça o poder político e econômico do capital num raio de ação interno e externo maior e faz parte da centralização na descentralização espacial da metrópole.

Os processos de “implosão” e “explosão” do espaço de metrópoles e a reprodução do espaço capitalista que captura a natureza como mais um objeto de consumo e comércio tiveram singularidades em Belém, especialmente por estarem inseridas em sucessivas tentativas de ordenamentos territoriais em áreas tidas como de mostras de patrimônios naturais que deveriam ser preservadas e que sofriam pressões populacionais e vertiginoso crescimento urbano desordenado. A “implosão” e a “explosão” do espaço urbano de Belém buscaram expandir a influência da capital em áreas de franco crescimento urbano, mas caracterizadas pela presença de subúrbios, além da busca incessante de atribuir novas funções turísticas e comerciais em locais que apresentavam potenciais de aproveitamento comercial.

Dessa forma, é dentro do contexto de ordenamento do espaço urbano de Belém, de “implosão” e “explosão” do espaço da capital, da necessidade de replicação de modelos de preservação ambiental projetados internacionalmente, na intensificação da segregação socioespacial e necessidade de ordenamento territorial, que o Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro nasce como produto do urbano, tendo inclusive a função de amenizar o crescimento espontâneo de Belém e, ao mesmo tempo, ser aproveitado pela economia turística do patrimônio natural. Reverberada como “extensão” do espaço urbano de Belém, a urbanização em Mosqueiro deu-se de forma periférica num todo espacial que sofria metamorfoses, degradações socioambientais e crescimento urbano desordenado. A criação de novos eixos imigratórios na Região Metropolitana de Belém estimulou a ocupação de áreas urbanizadas e não urbanizadas em sua parte insular.

Assim, o Parque Ecológico Municipal de Mosqueiro nasce como produto da racionalização do solo de Belém, da reprodução modelística internacional de criação de parques ambientais e como fruto de lutas sociais que reivindicavam o direito à cidade e à natureza, não necessariamente atrelado à noção de natureza como espaço turístico destinado ao lazer, observação de belezas paisagísticas e valorização do patrimônio natural (solo, água e mata).

Nesse sentido, o Parque Ecológico Municipal de Mosqueiro configura-se como um objeto espacial destinado à espetacularização da natureza e como um fragmento do espaço turístico que se desenvolve em escala planetária, pois “o turismo aparece no mundo moderno como uma nova possibilidade de realizar a acumulação, que em sua fase atual liga-se cada vez mais à produção do espaço” (CARLOS, 2018. p.87). Para a autora, a reprodução do espaço segmentarizando frações espaciais obedece à lógica dominante da reprodução do capital e está inserida na reestruturação produtiva do sistema capitalista que supera a fase da industrialização do espaço urbano e chega à fase do capitalismo financeiro expresso na

reorganização da cidade e na emergência de novos atores econômicos, entre eles o capital imobiliário e o turístico.

A seguir, discutiremos a ideia de patrimônio dominante advinda da UNESCO, principal instituição global legitimadora do patrimônio. Dessa forma, teremos o entendimento de relações existentes entre a dinâmica de formação de parques e o processo de “disneyficação” da natureza, conforme descreve Smith (2006).

CAPÍTULO 2 – A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA NATUREZA COMO PATRIMÔNIO MUNDIAL E SUA “GUARDA” EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.

Trata-se de um capítulo que enfatiza as múltiplas perspectivas de representação da natureza e suas relações no sentido de darem protagonismos às materialidades não humanas que constituem o ambiente como natureza excepcional e que precisa ser preservada em locais específicos: as unidades de conservação. Assim, a representação da natureza no contexto da UNESCO e SNUC acabam por ratificar a imagem de uma natureza separa do restante da totalidade socioespacial.

2.1 - O PATRIMÔNIO NATURAL NA PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA UNESCO.

Até o século XIX, o monumento histórico era considerado objeto antiquado, isolado, de valor memorável e que servia como “coisa” que sustentava a valorização de grandes conquistas do passado que apresentava valores ligados à nacionalidade, cognição como expressão de memórias que reportavam a múltiplas histórias e difusão de um civismo geral de cunho conservacionista e econômico, favorecendo a incipiente indústria turística baseada em visitas a arquiteturas antigas e o artístico como valorização de construção de obras arquitetônicas exuberantes (CHOAY, 2017).

Choay esclarece que é a partir da intensificação da urbano-industrialização dos países europeus no século XIX que a temática do patrimônio passa a ser destacada. Isso ocorre devido às pressões da modernização urbana que implicaria na destruição do patrimônio arquitetônico, tendo na França, com as ações do barão Haussmann, seu maior ícone.

Ela também argumenta que a ideia de patrimônio dominante emana de um conjunto de discussões que envolviam o reconhecimento do monumento histórico e artístico, que posteriormente foi desdobrado em patrimônio cultural devido à necessidade de sua turistificação, além de sua mercantilização e preservação no interior do espaço urbano das principais cidades europeias.

A temática do patrimônio no século XIX tornou-se mais “profissional” repercutindo no aperfeiçoamento de discussões quanto a sua definição e no aprimoramento de legislações que discorriam sobre técnicas de preservação via tombamentos e restauro. Para Silberman (2016), foi criado um conjunto de normas, legislações e intérpretes que buscaram explicar a importância dos monumentos históricos e paisagens espalhadas pelo mundo. Segundo este, havia guias-intérpretes, desde o século XIX, que se empenhavam em difundir através de

narrativas especializadas baseadas em monólogos o que seria patrimônio, sendo todo o esforço centrado na perspectiva de que ele deveria ser conservado, tendo a predominância discursiva em sua apresentação sendo priorizado o *como* em vez da reflexão do *por que* conservar.

A concepção mundial de patrimônio cultural consolida-se a partir de instituições de influência planetária, entre elas a UNESCO. Para tanto, foi criado um conjunto de estratégias discursivas, políticas e econômicas que inviabilizaram outras manifestações patrimoniais. De acordo com Smith (2006), a ideia de patrimônio cultural cristalizada no contexto mundial é produto de uma prática discursiva viabilizada por ideologias reproduzidas por linguagens que partem de instituições legitimadas pelo Estado, criando um consenso universal sobre o que deve ser compreendido como herança, dando maior valor às “coisas” ou aos objetos materiais, além de naturalizar o significado de patrimônio às experiências relacionadas à unidade da nação e da ratificação de histórias oficiais.

Assim, é a partir de discussões que envolviam a necessidade de uso e de se evitar a destruição do patrimônio cultural pelo crescimento das cidades e dos efeitos negativos da industrialização que os debates acerca do patrimônio natural passaram a ser efetivados.

O Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), no ano 1933, realizado na cidade Grega de Atenas, esteve preocupado com as questões de preservação e restauro de monumentos arquitetônicos, centrando debates sobre a destruição da natureza pela modernização da cidade e da agricultura, destacando a influência do meio ambiente na contenção do habitat humano, no cotidiano de sujeitos, no desenvolvimento econômico, uso do solo, planejamento e ordenamento da urbanização e promoção de lazer.

O Congresso de Atenas demonstrou a preocupação com a sanitização e higienização de cidades e da natureza, orientando a destruição de quarteirões insalubres, a criação de áreas verdes e o “saneamento de monumentos” com a criação de “entornos verdes” (jardins, espaços de insolação, circulação de ventos etc.). A promulgação da Carta de Atenas fundamentou quatro princípios do urbanismo baseados no uso e preservação da natureza: o habitar, trabalhar, recrear e circular, visto que:

O urbanismo é chamado para conceber as regras necessárias a assegurar aos cidadãos as condições de vida que salvaguardem não somente sua saúde física, mas também sua saúde moral e a alegria de viver delas decorrentes. As horas de trabalho, em geral muscular e nervosamente extenuantes, devem ser seguidas, a cada dia, por um número suficiente de horas livres. Essas horas livres, que o maquinismo infalivelmente ampliará, serão consagradas a uma reconfortante permanência no seio de elementos naturais. A manutenção ou criação de espaços livres são, portanto, uma necessidade e constituem uma questão de saúde pública (IPHAN, 2018. p. 15).

Neste sentido, a “Carta de Atenas” ratificou uma tendência desenvolvida nas cidades industriais expressa na mentalidade urbana que capturava a natureza como uma base de promoção da qualidade de vida e como refúgio espiritual, corroborando com a ideia de preservação de monumentos históricos inseridos no tecido urbano, tendo como pano de fundo o ideário de dominância de uma natureza que tinha função cênica que deveria apresentar uma “áurea urbana verdejante” repleta de paisagens que valorizassem atributos estéticos destinados ao embelezamento, lazer e contemplação com a criação de parques, jardins e espaços livres.

A UNESCO, criada em 1946, é a mais influente das organizações internacionais¹² que tratam da regulação, reconhecimento e orientações sobre as questões ambientais. Buscando estabelecer diretrizes para preservar a beleza e o caráter estético das paisagens e sítios naturais e construídos, a UNESCO realizou, em 1962, a “Recomendação de Paisagens e Sítios”, em Paris. Ficou evidente a preocupação com a falta de planejamento urbano e a destruição do patrimônio cultural e com a degradação da natureza.

O foco da Conferência de 1962 esteve pautado na organização de frações espaciais urbanas pelo planejamento territorial, objetivando o ordenamento de obras e a preocupação com o resguardo de sítios e paisagens que representassem o interesse estético e excepcional para a promoção da qualidade de vida e do restante da cidade. Entre as principais medidas de salvaguarda destinadas à preservação da natureza, está a associada ao zoneamento por proteção legal por paisagens extensas e isoladas, além de:

Quando for possível, os Estados Membros deveriam incorporar às zonas e sítios cuja salvaguarda convém assegurar, parques nacionais destinados à educação e ao lazer público, ou reservas naturais, parciais ou integrais. Esses parques nacionais e reservas naturais deveriam formar um conjunto de zonas experimentais destinadas também às pesquisas sobre a formação e restauração da paisagem e à proteção da natureza (IPHAN, 2018. p. 6).

A convenção de 1962 estabeleceu o compromisso dos Estados-membros de salvaguardarem sítios considerados relevantes quanto à beleza estética, visando ao aproveitamento turístico pautado no aproveitamento de lazer e de preservação ambiental. Ou seja, no contexto mundial, especificamente na segunda metade do século XX, a natureza passou a ser imaginada como patrimônio ameaçado, dotado de função estética, de rara beleza e como reserva ambiental ou zona estratégica de organização territorial, cuja representação

¹² As demais que atuam em parceria com a UNESCO são: a União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), fundada em 1948; o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), edificado em 1965; e o Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM), criado em 1956.

era expressa por sítios e paisagens concebidos como locais isolados ou em conjunto que deveriam ser acrescentados à robusta morfologia espacial e urbana da cidade.

Outro importante encontro realizado pela UNESCO ocorreu em 1972 e foi denominado de “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural”. A convenção definiu em seu artigo 1 e 2 que o patrimônio cultural e natural seriam respectivamente:

Artigo 1.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio cultural:

Os monumentos. – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2.º

Para fins da presente Convenção serão considerados como patrimônio natural:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 2004. p.2).

O valor universal excepcional foi considerado pela relevância científica, estética, conservação e beleza cênica, como elemento definidor do patrimônio natural. Foi dado destaque para o reconhecimento de monumentos naturais, locais e zonas restritas que constituíssem fragmentos espaciais importantes para a vida e entendimento da evolução física da natureza como áreas de interesse da humanidade. Assim, houve dominância de uma visão que evocava o evolucionismo natural que seria típico de certos locais.

Buscando definir parâmetros para o reconhecimento da singularidade universal do patrimônio e integrar os aspectos culturais e naturais, antes separados, posto que a natureza era concebida como algo a ser dominado e o patrimônio traduzia as estruturas construídas em meios urbanos, a UNESCO promulgou as Diretrizes Operacionais para a Implementação do

Patrimônio Mundial, em 1977. O valor excepcional de acordo com as Diretrizes Operacionais, artigos 10 e 11, respectivamente, teriam que apresentar:

Art. 10:

- (i) exemplos destacados que representam as principais etapas da história evolutiva da Terra...
- (ii) fatores geológicos, processos de evolução biológica e interação do homem com seu ambiente natural...
- (iii) contenham fenômenos naturais únicos, raros ou superlativos, formações ou características ou áreas de excepcional beleza natural...
- (iv) habitats em que populações de espécies raras ou ameaçadas, de plantas e os animais que ainda sobrevivam...

Art.11:

- (i) as áreas descritas em 10 (i) devem conter a totalidade ou a maioria dos principais elementos inter-relacionados e interdependentes em seus relacionamentos...
- (ii) as áreas descritas em 10 (ii) devem ter tamanho suficiente e conter os elementos necessários para demonstrar os principais aspectos do processo e serem auto-perpetuantes...
- (iii) as áreas descritas em 10 (iii) devem conter os ecossistemas componentes necessários para a continuidade da espécie ou dos objetos a serem conservados...
- (iv) as áreas descritas em 10 (iv) devem ter tamanho suficiente e conter os requisitos de habitat necessários para a sobrevivência de as espécies (UNESCO, 2018).

O artigo 10 das Diretrizes Operacionais foi influenciado por uma visão de patrimônio natural marcada por um evolucionismo biológico, centrado em grandes extensões territoriais que enfatizavam valores estéticos e excepcionais. No artigo 11, enfatizou-se a necessidade de se preservar o entorno do patrimônio natural pela perspectiva da integralidade. O documento de 1977 sugeriu a formação de uma Lista do Patrimônio Mundial para que houvesse o registro de bens considerados de valor universal.

Destaca-se, ainda, que a convenção da UNESCO de 1972 passou a reconhecer patrimônios naturais em locais não urbanos que apresentassem grandes testemunhos evolutivos da história natural, sendo propositalmente ignoradas degradações ambientais emanadas de áreas urbanas e industriais. Os critérios que definiam a existência de patrimônios materiais e naturais foram conceituados como *propriedades culturais e naturais*, prevalecendo nítida separação entre ambos.

Para Ribeiro (2007), acompanhando as pressões internacionais para a conservação da natureza, a UNESCO realizou, em 1992, como reverberação da Rio-92, uma conferência ambiental do patrimônio natural e adotou o conceito de paisagem cultural visando integrar o homem à natureza, sendo determinada a existência de três tipos de paisagem: a claramente

definida (criadas intencionalmente); as evoluídas, desdobradas em fósseis (as que apresentavam resíduos do desenvolvimento pretérito) e contínuas (que ainda permanecem em evolução); e a cultural associativa (unindo elementos humanos e naturais, por mais que os aspectos culturais fossem insignificantes).

Em 2011, a UNESCO divulgou as Orientações Técnicas para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial e estabeleceu no item 2 da “Definição do Patrimônio Mundial”, artigo 45 incisos 1 e 2:

Artigo 1º

Para fins da presente Convenção são considerados como património cultural:

- Os monumentos: obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm Valor Universal Excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os sítios: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os sítios arqueológicos, com um Valor Universal Excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Artigo 2º

Para fins da presente Convenção serão considerados como património natural:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com Valor Universal Excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- os sítios naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com Valor Universal Excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural(UNESCO, 2018).

As Orientações Técnicas reforçaram a excepcionalidade com valor universal como princípio basilar para definição de patrimônios culturais e naturais. A expressão “locais de interesse naturais ou zonas naturais” foi substituída por sítios naturais, seguida da ratificação de valores associados à beleza estética, investigação científica e evolucionismo biológico. Houve também o reconhecimento do patrimônio misto, unindo cultura e natureza, sendo acordado que paisagem cultural seria a conjugação de obras humanas e naturais como representativas da evolução da sociedade humana ao longo do tempo influenciada pelas ações da natureza.

A perspectiva de reconhecimento patrimonial da UNESCO, apesar de ter demonstrado avanços, especialmente no que diz respeito à ampliação da noção de paisagem cultural, tem reforçado uma “geografia desigual do patrimônio mundial” a medida em que tem dado prioridade aos bens consagrados em países ricos. Tal contexto acirra o que Choay (2017) denominou de *complexo de Noe*, devido à grande inserção na Lista do Patrimônio Mundial de novos tipos de construção, o que transforma o patrimônio “num índice de prestígio internacional sem que os critérios de seleção dos bens patrimoniais sejam bem definidos pelos países interessados” (CHOAY, 2017. p. 208). A crítica da autora não está voltada à flexibilização dos padrões que determinam a existência de patrimônios, mas à vulgarização e mercantilização de tal processo.

A Lista do Patrimônio Mundial, conforme indica a UNESCO, apresenta 1.121 patrimônios inscritos, sendo 869 culturais, 213 naturais e 39 mistos, distribuídos da seguinte forma:

Tabela 2 – Distribuição do Patrimônio Natural no Mundo.

Regiões	Cultural	Natural	Misturado	Total	%	Estados Partes com propriedades inscritas
América Latina e Caribe	96	38	8	142	12,67%	28
Europa e América do Norte	453	65	11	529	47,19%	50
Ásia e Pacífico	189	67	12	268	23,91%	36
Estados árabes	78	5	3	86	7,67%	18
África	53	38	5	96	8,56%	35
Total	869	213	39	1121	100%	167

Fonte: UNESCO, 2020.

A tabela acima demonstra que o patrimônio edificado se situa nos países ricos da América do Norte e Europa e maior presença de patrimônios naturais e mistos em regiões de países pobres. Tal contexto parece indicar uma democratização da inserção de países pobres na dinâmica da Divisão Internacional Territorial do Patrimônio. Contudo, a maior participação de países pobres busca criar reservas de recursos de patrimônios naturais visando a contenção e mitigação de degradações causadas em áreas naturais em função da pressão populacional e do desenvolvimento desordenado.

É importante salientar que o reconhecimento de patrimônios naturais no contexto brasileiro esteve associado ao processo de urbano-industrialização nacional intensificado a partir dos anos 1960, aliado a pressões ambientais internacionais que reivindicavam maior proteção de áreas naturais e à necessidade de a UNESCO consolidar sua ação territorializadora no território brasileiro. Esta dinâmica repercutiu na criação de unidades de conservação, sendo escolhidas grandes áreas naturais, nos principais biomas brasileiros, para serem representativos da diversidade ambiental da nação.

A ação patrimonializadora da UNESCO no reconhecimento do patrimônio natural no Brasil seguiu a lógica mundial que subordina bens naturais frente aos culturais. A tabela a seguir demonstra a dominância de patrimônios culturais em relação aos naturais que foram definidos pela UNESCO no território brasileiro:

Quadro 2 – Bens Patrimonializados pela UNESCO no Brasil

Patrimônios Culturais	Patrimônios Naturais
Santuário do Bom Jesus de Matozinhos – Congonhas (MG)	Parque Nacional de Iguaçu (PR), em 1986
Conjunto Moderno da Pampulha (MG)	Complexo de Conservação da Amazônia Central (AM), em 2003
Cais do Valongo (RJ)	Ilhas Atlânticas Brasileiras: Fernando de Noronha e Atol das Rocas (PE/RN), em 2001
Centro Histórico de Diamantina (MG)	Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal (MT/MS), em 2000
Centro Histórico de Ouro Preto (MG)	Costa do Descobrimento: Reservas da Mata Atlântica (BA/ES), em 1999
Rio de Janeiro, Paisagens Cariocas entre as Montanhas e o Mar (RJ)	Reservas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (GO), em 2001
Missões Jesuíticas Guaranis - Brasil, Ruínas de São Miguel das Missões (RS)	Reserva da Mata Atlântica (PR/SP), em 1999
Brasília (DF)	-
Centro Histórico de Goiás (GO)	-
Centro Histórico de Olinda (PE)	-
Centro Histórico de Salvador (BA)	-
Centro Histórico de São Luís (MA)	-
Parque Nacional da Serra da Capivara (PI)	-
Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE)	-
Total: 14	Total: 7

Fonte: Dados adaptados do site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico nacional (IPHAN), 2020.

O quadro acima, além de demonstrar a dominância do patrimônio cultural frente ao natural, expressa a concentração destes bens (culturais e naturais) no Sudeste do país, o que consolida uma distribuição geográfica desigual de bens patrimonializados. Destaca-se que a emergência de patrimônios naturais no decorrer das décadas de 1980 a 2000 tem relação com

o contexto internacional marcado por pressões em defesa do meio ambiente e pelos desdobramentos da “Eco-92”.

Divulgado pelo slogan de “cidade maravilhosa”, o Rio de Janeiro é “palco” de contradições em função da ação patrimonializadora da UNESCO, no contexto do patrimônio cultural, ao vender locais e paisagens de forma dissonantes devido a controvérsias ocorridas entre a patrimonialização do Cais do Valongo e as “Paisagens Cariocas, entre as Montanhas e o Mar”, estando o primeiro vinculado a uma identidade popular atrelada a memórias de restos de uma pequena África, enquanto as “Paisagens Cariocas” seriam imaginadas por ações de técnicos especializados no assunto (RIBEIRO, 2017). Por outro lado, o Rio de Janeiro ficou impedido de ter suas belezas naturais reconhecidas como patrimônios naturais, posto que infligiria as orientações das determinantes metodológicas da instituição universal que dá preferência por locais distantes da presença humana.

A ação patrimonializadora da UNESCO acaba por sedimentar uma geografia desigual do patrimônio mundial, por preterir certas áreas em detrimento de outras. De acordo com Zanirato (2009), a geografia desigual do patrimônio ocorre quando alguns locais são privilegiados, contrariando interesses da população, estando seus patrimônios marginalizados, além de uma falta de identidade e envolvimento com o que é considerado patrimônio, e pelo fato de evidenciar a história oficial, a monumentalidade e a arte em sentido denotativo. Ainda de acordo com o mesmo autor, as camadas privilegiadas da sociedade cultuam, preservam e divulgam valores e objetos tidos como patrimônios e que servem ao usufruto do lazer e consumo.

Trevisan (2014) questiona a preferência pela atividade turística em áreas do patrimônio natural que são reconhecidas pela UNESCO, alertando, inclusive, para a expansão desenfreada da terceirização em tais espaços, o que poderia resultar, em alguns casos, numa espetacularização do patrimônio, podendo ser vetor de ameaça à dinâmica socioambiental destes locais.

No que se refere à implementação do patrimônio mundial natural na Amazônia, tal processo é decorrente de dinâmicas de ordens global e nacional. No panorama global, a UNESCO necessitava consolidar uma unidade de conservação num ambiente estratégico para os países ricos em função da enorme disponibilidade de recursos naturais. O local escolhido foi a Amazônia Ocidental, visto que ela está distante da ação de grandes projetos e porque, em tese, sua área não apresentaria conflitos junto à cadeia mundial de exportação de produtos madeireiros, minerais e agropecuários destinados às nações desenvolvidas.

No cenário nacional, a criação do Complexo de Conservação da Amazônia Central representou uma resposta mitigadora do governo brasileiro, mesmo que contraditória, frente aos perversos problemas socioambientais e espaciais gerados pela dinâmica de integração nacional e desenvolvimento regional, pois este é o principal incentivador da exploração da região.

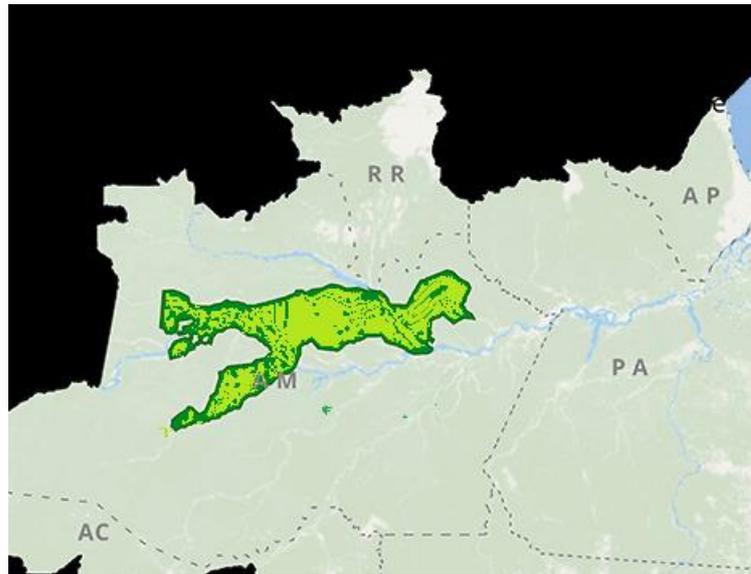
A ação da UNESCO na Amazônia foi efetivada com a criação da unidade de conservação denominada Complexo de Conservação da Amazônia Central, situada na parte setentrional do estado do Amazonas, conseqüentemente no setor ocidental da Amazônia, distante dos principais grandes projetos geoeconômicos onde se registram inúmeros problemas sociais, espaciais e ambientais.

O Complexo da Amazônia Central representa uma estratégia de organização da reprodução do território amazônico a partir da perspectiva ambiental expressando a ideologização do uso da natureza e associando sua imagem à ideia de patrimônio natural com perspectiva preservacionista, aliada à valorização do turismo ecológico.

Para Porto Gonçalves (2015), a imposição de uma visão naturalista à região reforça os mitos da Amazônia como “pulmão do mundo” e de conter uma natureza frágil, com dominância de imensas reservas florestais. Para este, a homogeneização cultural ratifica a noção de que os elementos naturais se encontram dissociados da vida humana, invisibilizando as demais “Amazônias” que sofrem as ações desordenadas de grandes projetos madeireiros, pecuários, minerais, energéticos e agrícolas, cujos desdobramentos repercutem em desastres socioambientais.

O Complexo de Conservação da Amazônia Central situa-se no estado do Amazonas, possuindo parte dos limites territoriais na confluência dos rios Solimões e Negro e é composto pelo Parque Nacional do Jaú, reconhecido em 2000, e em 2003 foi ampliado com o Parque Nacional de Anavilhanas (2008), com a Reserva de Mamirauá e com a Reserva de Amanã, ambas consideradas de Desenvolvimento Sustentável. O ecossistema é distribuído em áreas de várzea, igapó e terra-firme, é representativo de imensas riquezas da biodiversidade e recursos naturais e com predominância de populações tradicionais. O mapa a seguir situa o Complexo da Amazônia Central no contexto geográfico do estado do Amazonas:

Figura 10 - Complexo de Conservação da Amazônia Central



Fonte: Adaptado de RBRB, mar.2022

O Complexo da Amazônia Central foi projetado como fração espacial que teria a função de ser representativo de toda a totalidade espacial-natural da região, tendo relevância mundial. Contudo, a preferência pela projeção de áreas verdes invisibiliza a ocorrência de divergências quanto à sua implementação e gestão por ignorar populações locais.

Creado *et al.* (2008), ao realizar estudos sobre direitos de comunidades tradicionais no Parque Nacional de Jaú e na Reserva de Mamirauá, constatou que há conflitos quanto ao reconhecimento de uso ancestral da terra na primeira e sobreposição de territórios indígenas na segunda, além de incongruências no tocante à gestão destes locais por envolver múltiplos agentes (populações tradicionais, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e outros. O autor ressalta que o reconhecimento de territórios indígenas e quilombolas, apesar de trazerem benefícios, geraram o tensionamentos de conflitos quanto ao compartilhamento de usos de recursos naturais por diferentes grupos numa mesma área.

Tem sido comum no interior de unidades de conservação a preocupação com a natureza frente à presença humana, apesar de tradicional, o que tem levado populações locais a se “adequarem” às novas determinantes de uso da natureza definidas em plano de manejos. Este dilema está envolto em debates que envolvem contradições entre as unidades de proteção integral e a restrição de seu uso e as reservas de desenvolvimento sustentáveis e as estratégias de desenvolvimento econômico local e vice-versa.

De acordo com Queiroz (2005), à época da implementação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (entre 1994-95), assentamentos de colonos remanescentes do período da economia da borracha foram afetados em suas territorialidades econômicas de extrativismo pesqueiro devido a divergências entre normas impostas nos planos de manejo local e o zoneamento da unidade de conservação (definição de áreas de permissão de exploração e de proteção constante) e práticas cotidianas de uso de recursos reproduzidas há décadas.

Sobre esta problemática, Queiroz (2005, p.185) considera que:

As populações continuariam a ter direito de residir na área e a utilizar os recursos naturais locais, desde que cumprissem com as normas do plano de manejo e acatassem o sistema de zoneamento a ser elaborado para a unidade.

Assim, é controverso o processo de formação de patrimônios naturais pela UNESCO no Brasil, com destaque para Amazônia, sendo fundamental repensar as políticas patrimonializadoras que dão preferência à existência de grandes áreas, distantes de problemas socioambientais, que ignoram comunidades tradicionais por priorizarem critérios tidos como universais (excepcionalidades, estéticas que demonstrem belezas cênicas e biologismo evolucionista).

Assim, a criação de unidades de conservação como patrimônios naturais pela UNESCO no contexto brasileiro representou o ajustamento do Estado às normativas internacionais referentes à proteção da natureza como patrimônio natural. Contudo, esta iniciativa vem sendo questionada pelo seu caráter geopolítico autoritário que, em geral, tem dado prevalência à criação destas áreas como territórios políticos de interesse internacional e com poucas relações a realidades regionais e comunidades locais que habitam seus interiores e entornos.

Destacamos, ainda, que tem sido comum, nas unidades de conservação gestadas pela UNESCO no Brasil, sobreposições territoriais decorrentes da subsunção e não reconhecimento de comunidades tradicionais, repercutindo na geração de conflitos agrários e ambientais por restringem a realização de atividades econômicas não danosas ao meio ambiente por parte de moradores locais.

No âmbito da Amazônia, a criação de unidades de conservação integral e sustentáveis tem repercutido na invisibilização de grupos e sujeitos sociais que edificam outras perspectivas de patrimônios naturais assentadas na apropriação, uso e posse da natureza.

Portanto, consideramos fundamental a revisão da noção hegemônica de patrimônio natural, pela premissa que seu entendimento perpassa para além da noção de que este se resume a um bem material de valor inato.

2.2 - A IDEIA DE NATUREZA NA PERSPECTIVA DO SNUC

No século XIX, nos EUA, houve a inauguração do primeiro parque ambiental do mundo denominado de Yellowstone (1872), com abrangência de áreas pertencentes aos estados de Wyoming, Montana e Idaho, e teve a função de preservar uma imensa área florestal, rica em biodiversidade, tornando-se modelo de preservação da natureza a ser “transplantado” para países em desenvolvimento como estratégia de mitigação da destruição causada pela urbanização e industrialização desordenadas (DIEGUES, 1996). Contudo, o autor considera que a criação de parques ambientais, de modo geral, é regida pelo princípio da separação entre homem e natureza e tem se constituído como um *mito moderno da natureza intocada*.

Diegues (1996) enfatiza que a criação de áreas protegidas para manter a natureza intocada tem implicado na expulsão de comunidades locais, repercutindo na perda da etnociência e modelos de preservação ambiental ancestrais havendo “contradição em Unidades de Conservação pelo fato de a preservação da natureza prezar a apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*) (DIEGUES, 2001. p. 19).

Esta metodologia de ação no trato da natureza tem fundamento em discussões ambientais anteriores embasadas na necessidade de mitigação dos efeitos da industrialização e urbanização europeia e norte-americana que ocorriam desde o século XIX e que foram incorporadas pela UNESCO que estimulou a preservação de bens em sintonia com a economia turística do lazer e consumo de patrimônios.

A UNESCO determinou que a instituição de áreas verdes estariam pautadas em singularidades universais, valores estéticos que teriam relação com as paisagens de significativa beleza cênica, apreço ecológico quanto à existência de sítios e habitats relevantes para a preservação de espécies ameaçadas de extinção ou de desenvolvimento de processos biológicos importantes para a manutenção de determinadas áreas e interesse científico que deveria incentivar a promoção de pesquisas em locais que permitissem o entendimento do desenvolvimento e evolução da história da natureza (UNESCO, 2004).

A criação de unidades de conservação teve, ao longo de décadas, por objetivo proteger a natureza da irracionalidade produtiva humana e quando possível permitir a exploração de

recursos a partir de padrões e preceitos que assegurassem a mitigação de danos provocados pela consolidação e expansão da urbanização, além de promover o melhoramento da qualidade de vida. Ou seja, duas noções orientaram a implantação e implementação de áreas protegidas: a conservacionista e preservacionista. Estes princípios epistêmicos inscritos na forma de representar a natureza buscaram orientar e dar sentido à brusca separação entre o mundo natural e o social, pois a conservação indicaria o uso da natureza em bases sustentáveis e a preservação orientaria o distanciamento da natureza em relação à ação humana, ou seja, à intocabilidade.

As duas formas de uso e apropriação da natureza parecem ser antagônicas, mas convergem quanto ao entendimento de que a reprodução do modo de produção capitalista, mesmo com as degradações ambientais, pode ser continuado, bastando criar “espaços verdes” para mitigar suas ações. Também a conservação e a preservação não tecem críticas à maneira como a natureza vem sendo ideologizada e ao impedimento de reconhecimento de outros modelos de uso de unidades de conservação. Para Leff (2009), o discurso da sustentabilidade operacionalizado no desenvolvimento sustentável representa uma nova roupagem de dominação econômica, instrumentalização científica e produtiva da lógica de reprodução capitalista. Já para Haesbaert (2011), a criação de áreas protegidas pressupõe uma perspectiva de um território natural a ser problematizado, pois:

a reclusão a que algumas áreas do planeta foram relegadas, em função de áreas ‘protegidas’ provoca a reprodução de territórios que são uma espécie de clausura. A existência de áreas florestais, ricas em biodiversidade não vinculadas a ações humanas representariam estereótipos mercadológicos como “uma espécie de território ‘natural’ (na ‘natural’) às avessas é aquele que se define a partir das chamadas reservas naturais ou ecológicas (HAESBAERT, 2011. p.54).

A formação de unidades de conservação, também esteve relacionada à busca de proteção de locais estratégicos que deveriam ser controlados pelo Estado. Trata-se de uma concepção que institui a territorialidade geopolítica estatal consolidando a construção de territórios de ambientes naturais. Em termos de discursos globais, a natureza vem sendo representada enquanto áreas excepcionais, de belezas cênicas e compostas por grandes extensões territoriais sem a presença humana, favorecendo a construção de sua imagem pautada na necessidade de sua proteção e comercialização, ou seja, “esse território torna-se uma mercadoria, passando a ter um valor de mercado” (SILVIA PIMENTEL; RIBEIRO, 2016. p. 229).

Uma das primeiras iniciativas estatais relacionadas à proteção da natureza no Brasil ocorreu em 1934, com a promulgação do decreto lei 23.793 que definiu o Código Florestal e a noção do conceito de área de preservação, determinando no capítulo 1, artigo 1º e inciso III, a atribuição da União em preservar a natureza como patrimônio nacional, devendo a mesma proteger áreas naturais e os monumentos de valor histórico. Posteriormente, as questões urbano-ambientais ficaram a cargo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que estava preocupado em identificar, reconhecer e resguardar o patrimônio cultural do país. Contudo, as questões urbano-ambientais encontravam-se desarticuladas institucionalmente e não apresentavam aparato legal consistente. Diante deste contexto o governo federal lançou com a lei 9.985/2000 o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), definindo unidade de conservação como sendo:

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção; duas tipologias de áreas protegidas (BRASIL, 2000. p. 1).

O SNUC (2000) instituiu duas categorias de áreas destinadas à preservação da natureza, a primeira diz respeito às unidades de conservação que possuem espaços físicos delimitados e foram classificadas em de proteção integral desdobradas em Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre e de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental, Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural). A segunda categoria não possui delimitação territorial específica, sendo composta por Áreas de Preservação Permanente, as Reservas Legais.

A lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que instituiu o SNUC, objetivava considerar as unidades de conservação como locais dotados de recursos ambientais voltados à conservação da natureza, à diversidade biológica, ao recurso ambiental, à preservação, proteção integral, à conservação *in situ*, ao manejo, ao uso indireto, ao uso direto e sustentável, ao extrativismo, à recuperação, à restauração, ao zoneamento, ao plano de manejo, à zona de amortecimento e aos corredores ecológicos (BRASIL, 2000).

De acordo com Pelegrini (2006), a instituição da lei nº 9.985 resultou numa sobreposição de legislações vinculadas aos bens naturais existentes no Brasil, pois o conceito de patrimônio natural não foi considerado nas legislações que tratavam da proteção da

natureza em unidades de conservação. Por outro lado, o Ministério do Meio Ambiente, orientado pelas diretrizes ambientais da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), rejeitou a ideia de patrimônio natural separado da presença humana, preferindo trabalhar com a noção de monumento natural, no qual homem e natureza se relacionavam. A presente lei estabeleceu uma diversidade de conceituações conforme os objetivos de seus usos.

A criação de unidades de conservação no território brasileiro, de modo geral, teve como foco o princípio da preservação, onde foi dada pouca importância para as questões culturais e do patrimônio, tampouco se preocupou com comunidades locais que habitavam as áreas, resultando em conflitos que envolviam múltiplos usos numa mesma porção territorial, mas contraditoriamente o SNUC recomendou ser importante observar:

presença de grupos sociais diferenciados ocupando historicamente territórios transformados em Unidades de Conservação, principalmente as de Proteção Integral. Verificar se há presença de povos tradicionais constituindo vilas consolidadas, distribuídos de forma dispersa e/ou mesclados com a presença de outros tipos de ocupantes (turistas, residentes não tradicionais, residentes e não residentes não praticantes de atividades econômicas de forma tradicional, uso dos recursos e do território, agricultores ou pecuaristas). É relativamente frequente ocorrer à sobreposição entre territórios utilizados e ocupados por diferentes povos tradicionais nas Unidades de Conservação como: ribeirinhos e indígenas, caiçaras e quilombolas, entre outros; (BRASIL, 2014. p.45).

A execução de políticas públicas ambientais em Unidades de Conservação tem ficado a cargo de órgãos federais, estaduais e municipais, além do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e de Secretarias Estaduais e Municipais de Meio Ambiente. Este fato tem resultado na exclusão do patrimônio material, imaterial e natural como integrantes de áreas legalmente protegidas (PEREIRA, 2018).

Apesar dos esforços quanto à adoção de iniciativas direcionadas à proteção da natureza, a criação de unidades de conservação nem sempre impede o desflorestamento e perda da biodiversidade e geralmente resulta no aumento expressivo de situações de vulnerabilidade socioambiental, sobretudo de territórios dos povos tradicionais (BRASIL, 2014. p.46).

A ideia de natureza impregnada no documento que compõe o SNUC prima por uma separação daquilo que é natural e social como realidades diferentes, estando a primeira separada do homem, à medida que deveria ser cuidada, preservada em locais restritos e isolada do restante da sociedade. A segunda, apesar de reconhecer a existência humana,

restringe seu uso, além de recomendar um único modelo de desenvolvimento local, o denominado sustentável. A orientação quanto à efetivação de práticas de conservação e preservação da natureza são expressas no artigo 2 inciso II e VI do SNUC da seguinte forma:

II - conservação da natureza: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral;

VI - proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais (BRASIL, 2000).

No contexto da Amazônia, a formação de unidades de conservação teve impulso com os desdobramentos socioambientais advindos do processo de integração nacional a partir dos anos 1960. Becker (2015) considera que havia urgência por parte do governo federal em resolver demandas das “regiões problemas”, em que o Nordeste padecia com a pobreza e emigração e a Amazônia era considerada um espaço a ser ocupado e tido como fronteira do grande capital, sendo fundamental a ação de superintendências regionais.

Para Rocha e Gonçalves (2017), o processo de federalização da gestão e territórios na Amazônia brasileira, a partir dos anos 1960, favoreceu a reorientação quanto ao uso de terras e recursos naturais, mas representou em sua essência uma ação dominadora da união dentro do projeto de integração nacional ao restringir o controle de bens estratégicos por parte de estados e municípios, regular políticas de meio ambiente e implementar o planejamento do desenvolvimento regional em locais estratégicos.

É no contexto de demandas e debates globais que envolviam a degradação e uso da natureza, preocupações socioespaciais decorrentes da reprodução desigual do espaço urbano de cidades, estabelecimento de novas matizes produtivas, de organização de movimentos sociais e ideologização do uso da natureza que foram impulsionadas a criação de unidades de conservação no Brasil, em destaque na Amazônia.

Brito (2001) considera que a reforma do Estado e a sustentabilidade na Amazônia foi permeada pela revisão sobre as visões de ciência pautada na lógica do crescimento econômico e meio ambiente e pela relação homem-natureza. A reformulação da ação do Estado na Amazônia, conforme enfatiza Brito (2001), deu-se pela revisão de políticas públicas centradas em modelos predadores quanto ao uso de recursos naturais típicos do modelo fordista de produção em massa, que consumia grande quantidade de recursos e energia e adoção de

modelos produtivos mais eficientes advindos do modo de produção flexível pautado na racionalização de uso de recursos.

Destaca-se, ainda, a adoção do modelo neoliberal pressionando o Estado na mudança de curso em relação à economia e adoção de medidas de proteção da natureza, conforme apregoavam as pressões mundiais em defesa do meio ambiente. Destaca-se, ainda que, no âmbito de políticas públicas, houve a defesa do desenvolvimento sustentável, produto da tríade sociedade, natureza e economia, e necessidade de revisão de atuação do Estado como agente predador e fomentador da ação do grande capital que atuava como consumidor de recursos naturais em larga escala e sem preocupação com as questões ambientais.

A seguir, problematizaremos a emergência do Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro como produto do urbano. A ideologização do urbano para Lefebvre (2006) constitui-se como um álibi de ideologização do espaço urbano e da natureza, frutos do desenvolvimento do mundo moderno.

CAPÍTULO 3 – TERRITÓRIOS E PATRIMÔNIOS NATURAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Neste capítulo, apresentamos um conjunto de discussões que caracterizam a formação de territórios em comunidades tradicionais edificados a partir da reprodução de práticas sócio-espaciais¹³ embasadas em relações de poder e desmembradas na apropriação e manejo da natureza e no princípio da multidimensionalidade territorial, que implica na superação da relação sociedade e natureza como campos opostos ao integrar as facetas cultural, econômica, natural e política do território num mesmo plano territorial conexo e indivisível.

3.1 – TERRITÓRIOS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS AMAZÔNICAS E SUAS RELAÇÕES COM A REPRODUÇÃO DE PATRIMÔNIOS NATURAIS.

No contexto da ciência geográfica, o território é identificado a partir de múltiplas perspectivas, podendo adquirir feições culturais, políticas, econômicas e naturais não necessariamente integradas. Aliás, historicamente a feição geopolítica foi associada à ação estatal, à econômica, a agentes hegemônicos promotores da reprodução de capitais, e a dimensão cultural foi atribuída, de forma romantizada, a grupos sociais hegemônicos e “tradicionais”.

Para Sack (1986), o território é construído social e historicamente, sendo sempre expressão de relações de poder num espaço delimitado ou areal em que os grupos impõem e comunicam suas estratégias de dominação, pois “los territorios requiere nunes fuerzo constante para establecer y mantener. Son los resultados de lãs estrategias para afectar, influir, y controlar las personas, fenómenos y relaciones” (SACK, 1986. p. 26).

Na perspectiva de Raffestin (1993), o poder é coextensivo, nascendo de quaisquer campos relacionais e envolve o controle e a manipulação de energia e informação que são utilizados no controle de populações, territórios e recursos. Raffestin enfatiza que num jogo de disputa a conquista de uma população é o maior trunfo, pois é por ela que “residem as capacidades virtuais de transformação; ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação” (1993, p. 58).

¹³ Para Souza (2018), o termo práticas sócio-espaciais com o hífen indica movimentos sociais de cunho territorial que contestam formas de poder heterônomo advindos do Estado ou de entes privados e que repercute na restrição de uso democrático de espaços públicos. O termo não grifado (práticas socioespaciais) estaria identificando a realizações espaciais que acontecem de forma inerente à existência humana e não estando necessariamente associada a contestação de poderes heterônomos e opressores .

Pensado como produto de representações, o que não exclui o substrato material onde os sujeitos vivem, o território, para Raffestin (1993), é concebido como campo político relacional de poder envolto em sistemas territoriais inscritos em tessituras-malhas, nós e redes que podem estar simetricamente ou dissimetricamente organizados. Tal estrutura corresponderia à imagem produzida de espaços e revelaria, em sua essência, o território usado, vivo ou vivido.

O sistema territorial de Raffestin (1993) estaria representado por projeções territoriais em áreas específicas que só poderiam adquirir sentido se os sujeitos manifestassem poder, controlando-as, e passassem a usá-las conforme seus interesses. Assim, a dimensão de maior destaque no território seria a política como um campo político¹⁴ de exercício do poder. O aspecto político seria expresso em estratégias de dominação feito “polígonos espaciais” compostos por energias aptas a serem manipuladas e estariam emaranhadas por supostos “fios”, linhas, pontos, nós, teias, fluxos de informações, comunicações e relações de dominação que formariam uma grande tessitura ou um tecido complexo, constantemente redesenhado, funcionando como campo de lutas e trocas de comunicações e informações mediadas pelo poder.

Para este, o território como expressão do poder existe por ser processo inerente à reprodução socioespacial, movido a partir de relações semânticas e semióticas ancoradas no acúmulo de informações e promoção de comunicações que se erguem pela apropriação e uso de energia, trabalho, controle e dominação de linguagens, o que acaba por revelar a forma como os sujeitos criam, potencializam e dissipam linguagens espaciais praticadas como expressões do poder territorial, pois “sem a prática, a matéria permanece um ‘dado’ puro, inerte, e suas propriedades ficam latentes (RAFFESTIN, 1993. p. 224).

Para Souza (2018), o território é delimitado por e a partir de relações de poder que não se realiza como uso de força, tirania e violência, mas na forma como se manifesta e como os grupos, sujeitos e coletividades permitem e concedem a prática do poder não restrito à esfera heterônoma e Estatal. Para este, o território não pode ser confundido com o substrato material por ser fruto do poder político e envolver apropriação e continuidade do controle, o que acaba por resultar em conflitos e tensões em relação aos grupos que não exercem o poder.

De acordo com Haesbaert (2011), o território deve ser concebido em uma perspectiva integradora, ou seja, em suas múltiplas dimensões unindo cultura, economia, política e natureza. Contudo, ele evoca a necessidade de consideração da escala e da rede. A primeira

¹⁴ Para Raffestin, o aspecto político tem relação com expressividades, posicionamentos, estratégias e formas de controle do espaço, não ficando limitado à política estatal, partidária e unicamente institucional.

estaria vinculada à esfera local até a global, e a segunda perpassaria pela ideia de que “não há territórios sem uma estruturação em redes que conecta diferentes pontos ou área” (HAESBAERT, 2001. p. 79).

O conceito de território em Haesbaert avança quanto a não separação da perspectiva territorial humana e da natural, pois ambas estariam relacionadas e se conectariam por relações não hierárquicas. Contudo, fica a ressalva de que para o autor a noção de rede daria privilégio a deslocamentos movidos por processos tecnológicos e pelo poder aquisitivo de cada pessoa, ou seja, quem tiver maior poder aquisitivo realizaria um maior número de viagens, deslocamentos. Esta noção se mostra problemática pelo fato de a análise restringir fluidez de territórios a redes-tecnológicas hegemônicas.

A perspectiva integradora de território problematizada por Haesbaert (2001), apesar de algumas restrições, principalmente se considerarmos a formação de territórios em comunidades tradicionais amazônicas que não estão ancorados em redes tecnológicas e se constroem a partir de práticas sócio-espaciais diversas e sustentadas em relações que envolvem apropriação, uso e controle da natureza sem a ênfase a uma dimensão territorial específica, nos dá subsídios para analisarmos dinâmicas territoriais patrimoniais amalgamadas no processo de reprodução de territórios e patrimônios naturais como produtos culturais e do exercício do poder.

Entendemos que o território é produto do poder movido por práticas sócio-espaciais que se configuram em territorializações sobre o meio físico no qual o sujeito se reproduz e sem que estejam fundamentadas na separação cartesiana que envolve sociedade natureza. Separar a realidade em universos econômicos, políticos, naturais e culturais, significa fragmentar a dimensão espacial da vida que, por sua natureza, é indivisível. Acontece que quando uma dimensão entra em evidência, não necessariamente anula a outra.

No contexto da Amazônia, há diversas comunidades tradicionais compostas por remanescentes de quilombos, ribeirinhos, camponeses, trabalhadores rurais, povos da floresta, indígenas, entre outros, que reproduzem seus territórios privilegiando a relação com a natureza como extensão de suas vidas, culturas, existências, sobrevivências, socializações comunitárias e relações de trabalho. Assim, o meio físico não é separado do meio social. Na verdade, a faceta ambiental natural (massa natural bruta), apesar de ser territorializada, sustenta e dá sentido a todas as demais dimensões territoriais (economia, política e cultura).

Em espacialidades de comunidades amazônicas, a natureza adquire sentido polissêmico ao mediar o trabalho, a cultura e cotidiano, o imaginário mítico, a sustentabilidade alimentar, a geração de renda e a existência. Trata-se de uma natureza

pensada localmente, mas que vai além de uma fragmentação territorial, pois ela é universal e indivisível. Ao mesmo tempo, se torna natureza humanizada como realização da vida, do trabalho e de luta de classes, além de subsidiar resistências territoriais e epistêmicas.

A perspectiva de natureza problematizada por Escobar (2005) enfatiza a existência de naturezas locais amalgamadas a lugares que reportam vivências de comunidades tradicionais que, apesar de estarem participando da reprodução do modo de produção capitalista, criam práticas de convivência social e manejo do meio físico assentadas em relações pré-capitalistas, no sentido de realizarem práticas de trabalho e sustentabilidade econômica baseadas em fazeres coletivos, sem a clássica divisão social do trabalho direcionada à racionalidade produtiva e ao aumento dos ganhos de produtividade destinados ao mercado e ao lucro como uma das instâncias de reprodução do capital, mas como local de realização de práticas de trabalho ancestralmente incorporadas e mantidas, que asseguram a reprodução social inerentemente ao meio natural, sem dicotomias e polaridades.

No contexto das comunidades tradicionais de Mosqueiro, foi verificado que territórios se formam a partir do aproveitamento de quintais como espaços multiusos e com diferentes significados, além de locais coletivos que são utilizados para reprodução e representação cultural. Os quintais são denominados pelos ilhéus como sítios e variam de tamanho, podendo representar: territórios de comunidades tradicionais extrativistas (continentais) e ribeirinhas; comunidades não tradicionais (assentamentos espontâneos), originados de grupos Sem Terras; imigrantes oriundos de interiores ou de partes urbanas da capital paraense e outros municípios e que são considerados banidos de cidades; e moradores urbanos que possuem segunda residência na ilha, cujos terrenos apresentam feições de sítios frutíferos e que identificam seus locais de moradia e posse de terrenos com placas que indicam a existência de sítios. Contudo, devido à natureza desta pesquisa, cujo foco centrou-se em territorialidades de comunidades tradicionais, consideramos a primeira opção.

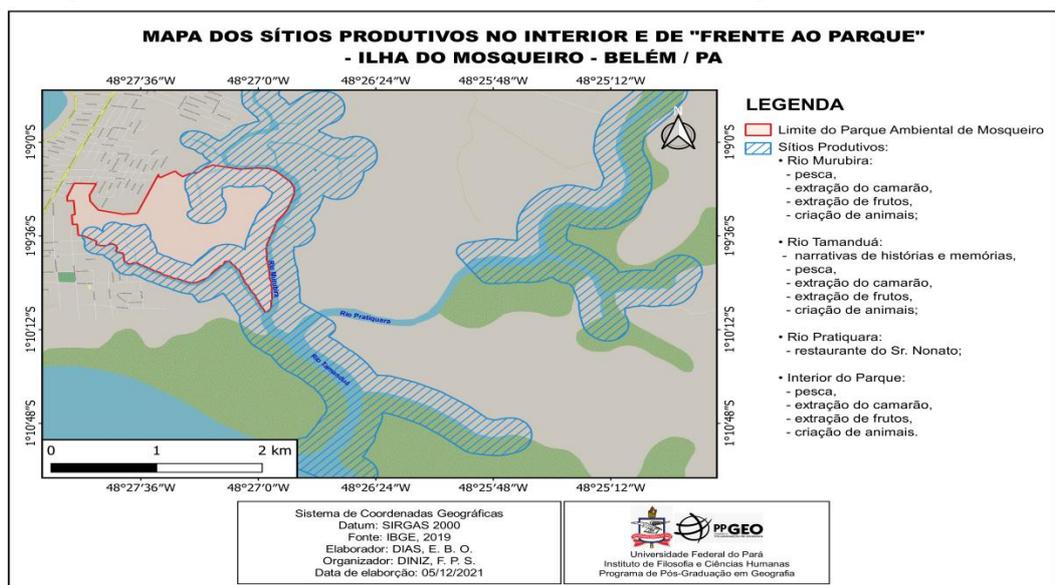
Para Leal *et al.* (2020), a denominação “quintais produtivos” tem origem em assentamentos rurais na América Latina caracterizados pela promoção da agroecologia expressa na pequena produção familiar em nível doméstico, na preservação ambiental, socialização comunitária, complemento de renda e sustento alimentar, afirmação de identidades e modos de vida. Nesta pesquisa, porém, os quintais adquirem outra definição, por serem conceituados, conforme falas de ilhéus, locais de habitação e práticas de trabalho, são tidos como sítios produtivos¹⁵.

¹⁵ O termo sítios produtivos no contexto de ilhéus de Mosqueiro, apesar de ser indicativo de local de moradia, reprodução cultural e trabalho, deve ser relativizado, pois práticas territoriais associadas à realização da pesca,

Pois bem, os sítios para os ilhéus extrativistas têm relação com a existência de locais apropriados, manejados e usados por fazeres diários que asseguram o exercício do trabalho, afirmação de memórias e identidades com os lugares, além da sustentabilidade alimentar familiar pela promoção da pesca às margens de rios, extrativismo vegetal (açai e outras frutas), criação de animais etc.; ou seja, são terrenos sem títulos de propriedades, herdados por relações familiares (de parentesco) e muito utilizados para o sustento familiar, afirmação de identidades, cultura e vivência cotidiana.

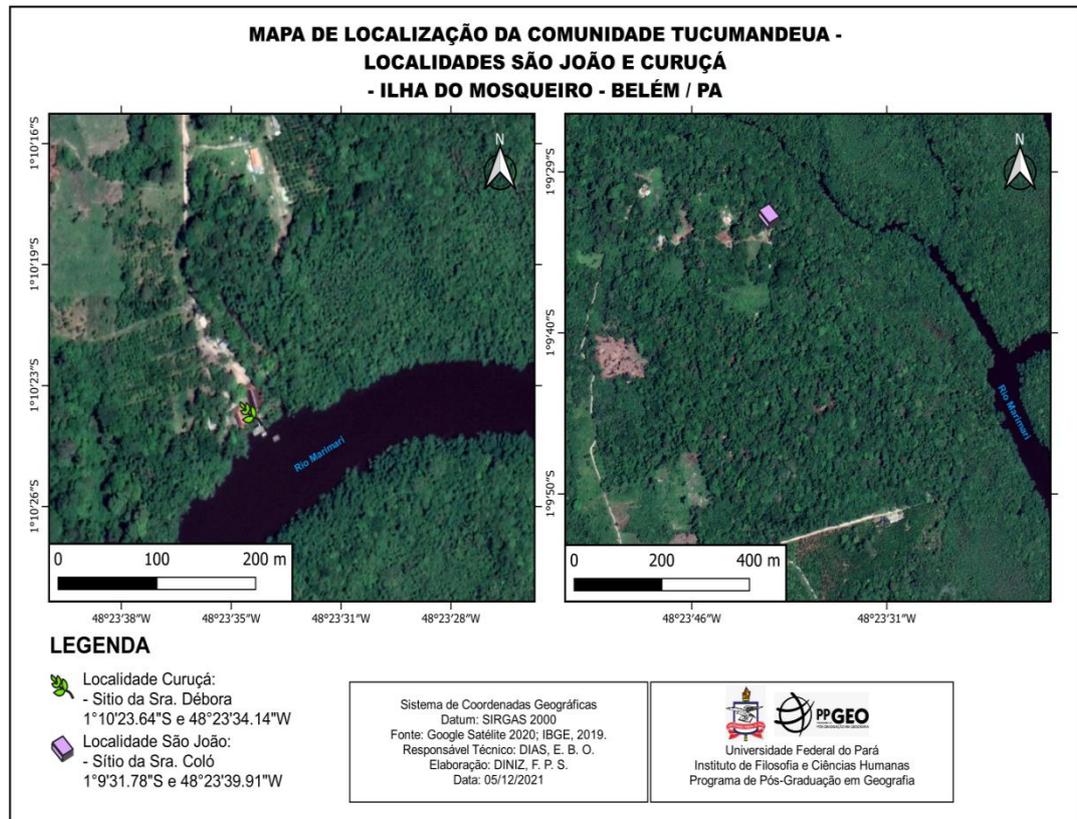
Os sítios produtivos de ilhéus de Mosqueiro se configuram como territórios multidimensionais e multifuncionais, por comporem relações que variam do exercício do poder político, como local de reprodução cultural e área que garante a subsistência familiar. Para Sack (1986), o poder territorial se realiza pelo acúmulo de informações e comunicação em locais que apresentam limites físicos bem definidos. Assim, no contexto de sítios produtivos, os ilhéus acumulam informações sobre o meio físico e comunicam o controle territorial por meio de discursos, placas e práticas territoriais inscritas no manejo e apropriação espiritual da natureza. As imagens evidenciam a distribuição geográfica de sítios produtivos situados no interior e “de Frente” ao Parque Municipal de Mosqueiro, além dos situados espacialmente distante deste.

Mapa 1 - Sítios Produtivos “de Frente” e Interior do Parque Ambiental



coleta de frutos, retirada de caroços de açai, roçagem, entre outros, não se configuram produções propriamente ditas. Tratam-se de atividades primárias que envolvem o manejo da natureza. Contudo, em respeito ao universo cultural e cotidiano local e às indicações de locais de vivência dadas pelos próprios ilhéus, prezamos pela conceituação sítio produtivo.

Mapa 2 - Localização dos Sítios e Localidades de Curuçá e São João, Tucumandeua, Mosqueiro, Pa



Acreditamos que por estratégia dos ilhéus, as dimensões dos sítios quase não são divulgadas – buscam se preservar quanto à ação de possíveis invasores –, por conceberem “terrenos desocupados” próximos aos seus domínios como integrantes de seus sítios ou por não saberem as reais dimensões dos terrenos em que habitam e usam. Os ilhéus informaram que o raio de ação dos sítios tem média de duzentos metros quadrados de distância partindo de suas moradias, porém as observações empíricas evidenciaram que em muitos locais os sítios podem atingir quilômetros de extensão.

Os sítios acabam por se constituírem em territórios para os ilhéus, por possuírem caráter multidimensional ao serem locais de vivências, apropriação da natureza, defesa territorial e trabalho. Esta assertiva deu-se a partir da análise de relações socioespaciais desenvolvidas pelos ilhéus e que podem ser identificadas na fala do Sr. Santana, que é um ilhéu residente e domiciliado na comunidade rio Murubira que ao ser perguntado sobre “o que era a natureza para ele”, informou: “Pra nós é tudo, tá entendendo? É vida, saúde, se você souber viver nela, você tira dinheiro dela, tira seu sustento, sem agredir a natureza. É isso que nós estamos fazendo aqui! É floresta, é rio, entendeu?” (Entrevista com o Sr. Santana. Em: 30/07/2021). Assim, de acordo com o ilhéu, a natureza como meio físico e se constitui como importante território que assegura a sobrevivência, a geração de renda, o bem viver e a

educação ambiental embasada numa racionalidade ambiental que nasce de saberes comunitários, socializados ao longo de gerações.

No relato do ilhéu descrito acima, é evidente a integração entre meio natural e humano, em que os elementos naturais floresta e rio estão integrados culturalmente ao meio social, sem que sejam estabelecidas hierarquizações nas relações natureza e sociedade, típicas da visão de mundo antropocêntrica euro-ocidental. O ilhéu, ao afirmar que a natureza garante a sobrevivência, demarca um posicionamento político quanto à defesa territorial, sem excluir as dimensões natural, econômica e cultural que formatam o local de sua reprodução sócio-espacial cotidiana.

O ilhéu Roberto Cardoso, também morador de “frente ao Parque” e residente e domiciliado na comunidade Rio Murubira, respondeu que usa a natureza a partir de fazeres do trabalho diário: “Todo o dia a gente pesca, dê pouco ou muito, a gente pesca, é uma coisa que pela parte do inverno, depois quando entra o ano pra nós é melhor, aparece mais o camarão (Entrevista com o Sr. Roberto Cardoso. Em: 30/07/2021). O relato do ilhéu demonstra mais uma vez que apesar de a natureza ter função utilitária, ao ser usada como meio de sustento, fundamenta a realização de práticas sócio-espaciais que asseguram o controle territorial, vivência e cultura ancestral.

A natureza para as comunidades extrativistas amazônicas vai além da reunião de elementos naturais que formatam uma realidade imediata, dada e observável como expressão de um mundo limitado ao fenômeno empírico, mesmo que em certas situações seus usos utilitários sejam latentes. Por ser integrada à realidade social por práticas espaciais, sua essência no contexto de comunidades tradicionais se humaniza, mudando de sentido sem que se crie um mundo humano e natural apartados, visto que ao ser transformada pelo trabalho, continua embasando o existir material, imaterial e natural de sujeitos que constroem seus modos de vida, fazeres e teceres locais por relações não dicotômicas, e continua determinando as formas como os grupos tradicionais constroem cultura e socializações comunitárias.

O rompimento da representação da natureza como objeto exterior à sociedade se dá nas comunidades tradicionais amazônicas quando sujeitos realizam práticas territoriais inscritas em racionalidades ambientais e territoriais locais, organizam a vida comunitária em territórios ancestrais como produtos de identidades culturais e fazeres endógenos de maneira articulada. Esta relação tem amparo na dialética que, para Kosik (1976), tem a função de desvendar o que vai além da imediaticidade e praticidade do mundo, realizando um pensamento crítico capaz de buscar a verdade ou essência do fenômeno não como algo inquestionável, mas como verdade provisória e processual na qual a realidade não está diante

do homem como um objeto que precisa ser observado, entendido e assimilado, como se esta fosse um mundo distante do mundo humano, sendo ela mesma fosse produto da atividade prática, sensível de um sujeito que cria, manipula, transforma e vive a realidade de forma utilitária, representacional e relacional.

A realidade para Kosik não se reduz ao que vemos, sentimos e fazemos, ou seja, a coisa em si é tão somente empírica manifestada como realidade aparente, mas que contém em si a essência que dá sentido à existência do homem, à coisa em si pensada e construída dialeticamente.

Sobre esta relação, Kosik (1976. p. 20) enfatiza que:

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível se chegar à compreensão da realidade. Por isso, é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. O Pensamento que quer conhecer adequadamente a realidade, que não se contenta com os esquemas abstratos da própria realidade, nem com suas simples e também abstratas representações, tem de *destruir* a aparente independência do mundo dos contatos imediatos de cada dia. O pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo no curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real, por trás da aparência externa do fenômeno se desvenda a lei do fenômeno, por trás do movimento visível, o movimento real interno; por trás do fenômeno a essência. O que confere a estes fenômenos o caráter de pseudo concreticidade não é a sua existência por si mesma, mas a independência com que ela se manifesta. A destruição da pseudoconcreticidade – que o pensamento dialético tem de efetuar – não nega a existência ou a objetividade daqueles fenômenos, mas destrói a sua pretensa independência, demonstrando o seu caráter mediato e apresentando, contra a sua pretensa independência, prova do seu caráter derivado.

A dialética Para Kosik tem a função de dissolver as formas de representação do mundo como algo inquestionável, acabado e restrito, cabendo promover o pensamento crítico e revolucionário que considere as relações entre os fenômenos como processo de um constante por vir em curso, inacabado e apto a ser desvendado, ou seja:

A dialética não considera os produtos fixados, as configurações e os objetos, todo o conjunto do mundo material reificado, como algo originário e independente. Do mesmo modo como assim não considera o mundo das representações e do pensamento comum, não os aceita sob seu aspecto imediato; submete-os a um exame em que as formas reificadas do mundo objetivo e ideal se diluem, perdem a sua fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para se mostrarem como fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da *práxis* social da humanidade (KOSIK, 1976. p. 20).

De acordo com o pensamento Kosikiano, a existência do real aparente, empírico ou do senso comum vivenciado pela prática histórica individual e social de sujeitos permite que o indivíduo se familiarize, maneje e produza aquilo que é necessário para sua permanência no mundo, sendo que esta se desenvolve de forma contraditória, relacionando totalidade e fragmentaridade, pois a coisa em si é indivisível, mas os sujeitos a vivem de forma fragmentada, ou seja, o trabalho, o cotidiano e a produção ligam o universal à *práxis utilitária*.

A partir do pensamento de Kosik (1976), podemos compreender a relação sociedade-natureza, e vice-versa, que ocorre nas comunidades extrativistas de Mosqueiro como um processo dialético que desfaz a imediaticidade do real enquanto natureza dada e empírica, pois os sujeitos ilhéus asseguram a defesa de territórios por práticas de trabalho, reprodução cultural e manejo da natureza como extensão de suas vidas, como processo que expressa posicionamento político, defesa territorial e apropriação prática da natureza.

A relação sociedade-natureza como parte integrante de um todo socionatural integrado, totalizante e processual movimentado pela práxis utilitária, crítica e existencial que margeia o universo territorial de comunidades tradicionais é observada nos relatos da Sra. Naiana Marques, que é moradora da localidade Rio Murubira que, ao ser questionada sobre como utilizava a natureza em seu dia-a-dia, respondeu que trabalhava “dentro do mato, plantando, roçando e deixando limpo” (Entrevista com a Sra. Nayana. Em: 30/07/2021). O relato da ilhéu mostra uma prática comum de comunidades tradicionais: o manejo do meio físico, com a realização de tarefas ligadas à promoção de roçados e limpeza de terrenos, mas vai muito além da reprodução repetitiva de práticas de trabalho, pois envolve a construção da dimensão cultural, espiritual, memorial, econômica, existencial, produtiva e política do território, além de uma prática territorial de cunho político, por assegurar a defesa do território de vivência. É a partir de tal prisma que podemos contribuir com a superação da noção de que territórios geopolíticos seriam de competência de atores hegemônicos e os culturais seriam típicos de populações hegemônicas.

A relação aparência versus essência rompida com a apropriação crítica da realidade discutida por Kosik (1976) pode ser observada a partir do relato da Sra. Heloisa, moradora da localidade Murubira que evidencia a incorporação prática da natureza em seus fazeres diários que se constituem numa velada dissidência política quanto a não aceitação da modelística territorial patrimonial promovida pela Prefeitura de Belém, que projetou a área correspondente ao Parque Ambiental como local (território) do patrimônio natural sem o

envolvimento de sujeitos locais. Para a ilhéu, a área do Parque não interfere no sustento local ao informar que:

Agente apanha o açáí para fazer as compras, aí agora eu tô criando galinha. A galinha de vez em quando eu pego uma e mato para comer, eu não como, mas os filhos comem. Assim vai vivendo!(Entrevista com a Sra. Naiana. Em: 30/07/2021).

Neste caso, o manejo da natureza vai além da representação de um mundo metafórico, aparente e observável ao ter a função de assegurar a alimentação diante de um quadro de abandono, falta de renda e dificuldade de sobrevivência. Extrair renda pelo uso da natureza significa resistir territorialmente e insistir numa relação em que a natureza sustenta a manutenção da vida, o que reforça a noção de patrimônio natural vivenciado e culturalmente praticado pelo posicionamento político e práticas de trabalho contestatórias de territorialidades heterônomas, conforme discute Souza (2018).

Os relatos de ilhéus apontam para a formação de territórios de comunidades tradicionais amazônicas sustentados como campos relacionais de poder que se manifestam em práticas de trabalho, fazeres culturais, cotidianidades, apropriação da natureza e subordinação social ao meio físico, defesa da vida e crítica à ordem territorial abstrata e congelada.

A multidimensionalidade da natureza que marca a dinâmica de constituição de territórios em comunidades tradicionais amazônicas cinde a noção de natureza intocada e como realidade aparente. Esta relação é mediada pelo que Kosik (1976) denominou de processo de destruição da *pseudoconcreticidade* pelo pensamento crítico da *práxis* humana, que deve culminar com as revoluções sociais em sentido amplo dissociado do mundo feiticizado ou a “coisa em si”, e a realização da verdade enquanto criação humana, visto que o indivíduo e sua inserção social em seu aspecto ontogenético possuem papéis relevantes, ou seja:

A *práxis* utilitária cotidiana cria ‘o pensamento comum’ – em que são captados tanto a familiaridade com as coisas e o aspecto superficial das coisas quanto a técnica de tratamento das coisas – como forma de seu movimento e de sua existência. O pensamento comum é a forma ideológica do agir humano de todos os dias. Todavia, o mundo se manifesta ao homem na *práxis* feiticizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a ‘consciência’ e a ‘validez’ do mundo real: é o ‘mundo da aparência’ (Marx). A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas *petrificadas* (KOSIK, 1976. p. 19).

A necessidade de busca incessante da superação da realidade aparente enfatizada por Kosik (1976) referenciou nossa análise acerca da formação da práxis social em contextos de comunidades tradicionais ao observarmos que os ilhéus não tratam a natureza como um mundo imediato, à medida que realizam manejos do meio natural orientados por racionalidades ambientais e espaciais endógenas que implicam na proteção da natureza, cujas relações permeiam a experiência vivida e posicionamentos políticos expressos em discursos e práticas territoriais voltados à defesa territorial.

Manejar a natureza pressupõe ordenar o território conforme demandas familiares e sociais. Trata-se de uma relação com o meio que se dá num plano representacional, discursivo, comunicacional e prático, num plano de poder em que cada dimensão (política, econômica, natural e cultural) se realiza como estratégia de apropriação e uso do meio natural, superando aparências e forjamento de imagens que definem territórios como modelos territoriais de manejos e patrimônios exteriormente dados. A relação exposta anteriormente é explicada por Escobar (2005) ao destacar que apesar das influências e transformações advindas do urbano, da sociedade moderna e das mídias que resultaram em hibridismos culturais, as sociedades locais se reproduzem culturalmente por saberes e fazeres assentados em experiências tecidas com o meio-físico e concebem a realidade praticada de forma múltipla.

A realização do manejo da natureza como prática cultural que assegura a apropriação e uso de patrimônios naturais em comunidades tradicionais tem fundamento na valorização de lugares de memórias e ratificação de ambientes onde acontecem práticas de trabalho e socialização cultural como locais singulares para a reprodução da vida. Os locais de vivências asseguram a reprodução de uma memória comunitária que contribui na construção, aceitação, ratificação e socialização da natureza como patrimônio cultural, social e territorialmente construído.

Numa outra esteira, a apropriação política do território pôde ser encontrada na relação territorial que o “Sr. Mucura”, que é um ilhéu de 61 anos, residente na comunidade de Caruarú, realizava em seu sítio, ao promover o manejo da natureza com a coleta e cultivo do camarão em viveiros presos ao seu píer, promoção da piscicultura (Tambaqui) com tanque escavado familiar, extração do açaí e criação de pequenos animais, como extensão do viver cotidiano. Ou seja, a dimensão política (de controle) do território entra em destaque, mas não pode ser compreendida sem a dimensão da reprodução cultural e dependência cotidiana a dinâmica natural. Então vejamos:

Figura 11 - Cultivo do Camarão no Sítio do Sr. Mucura – Caruarú, Mosqueiro, Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 21/07/2018.

Figura 12 - Engorda e Retirada do Camarão– Sítio do “Sr. Mucura”, Caruarú, Mosqueiro, Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 21/07/2018

Figura 13 - Tanque de Piscicultura – Sítio do Sr. Mucura em Caruarú Mosqueiro, Pa.



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 12/10/2020.

As imagens de formas de manejo da natureza no sítio do Sr. Mucura evidenciam que, para além da espetacularização do patrimônio natural como objeto imóvel e destinado à

realização de práticas turísticas não vinculadas aos contextos locais, o patrimônio natural em espacialidades extrativistas tradicionais tem relação com atos de subsistência e existência.

As diversas imagens de práticas sócio-espaciais e de locais do habitar do Sr. Mucura revelam a formação, apropriação e uso do território (sítio) por diferentes territorialidades que perpassam por práticas de manejo do meio natural, mas este último não se resume à reunião de elementos naturais aptos a serem manejados, pelo contrário, tem a ver com locais de vivência, reprodução da cultura e o ambiente físico no qual o ilhéu habita.

A dimensão territorial do poder nas comunidades de Mosqueiro se realiza como expressão da cultura, fazeres do trabalho e projeção de defesa territorial materializada em discursos e práticas que se organizam por um campo simbólico. Na perspectiva de Bourdieu (2001), o poder simbólico edifica e explica o discurso da construção de identidades que se expressam num campo de lutas.

A construção e manutenção do poder a partir da definição do poder simbólico descrito por Bourdieu (2001) representaria um campo tenso e contraditório construído no espaço social por diferentes indivíduos e sujeitos, qualificando o espaço como um campo de lutas que se desenvolve de forma relacional, ou seja, cada sujeito mantém posição, localização e tece relações direcionadas à dominação territorial.

As relações espaciais discutidas por Bourdieu funcionam feito efervescências territoriais incessantes, a todo instante dissipadas, afirmadas e negadas. Para ele, o campo social é um campo de disputa e a cada relação criada entre os grupos, uma relação de poder torna-se dominante, passando imediatamente a ser objeto de efetivação, mas contraditoriamente passa a ser questionado, resultando em disputas.

Quando relacionamos os campos de poder simbólicos ou ideológicos à perspectiva territorial, percebemos que o espaço social passa a ser operado por relações que envolvem a apropriação, uso e dominação, ou seja, indivíduos e sujeitos sociais conflitam-se entre si para exercerem o poder em determinadas áreas. O exercício do poder assenta-se na difusão de símbolos, ícones e representações que constituem campos de lutas travadas nas dimensões culturais, políticas, institucionais, cotidianas, econômicas e espaciais.

Partindo do entendimento de que a definição de território em comunidades tradicionais perpassa pelo exercício do poder multidimensional ao se realizar na construção da cultura, manejo da natureza, trabalho e eventos sociais, consideramos que o mesmo é sempre relacional, tempo-espacialmente, situado e redesenhado conforme interesses específicos de grupos. Quando pensado numa escala microlocal, do ponto de vista comunitário, os territórios culturais de povos tradicionais são pontos, tramas, teias, nós, fluxos, energias, efervescências

e tessituras territoriais que representam processos de resistência as ordens política, econômica, urbana, epistêmica, ambiental e cultural impostas hegemonicamente.

Dessa forma, patrimônios naturais em comunidades tradicionais funcionam feito linhas de fugas deleuze-guattarianas ao resistirem à cooptação, à subsunção e à opressão impostas pelas territorializações patrimoniais dominantes, o que permite considerá-las dissidentes dos patrimônios naturais e culturais mundialmente impostos.

Deleuze e Guattari (1997) criticam o “decalque” em decorrência da imposição de modelos epistemológicos que separam o sujeito do objeto, o mundo real do projetado pelo conhecimento científico e pela abstração, indicando que a força hegemônica atua na retenção de processos sociais que são movimentos e dinâmicas de renovação. Esta noção, quando associada à faceta territorial da cultura, indica a outorgação de territórios de reprodução hegemônica da cultura, virando decalque do poder ao reproduzir modelos que negam a cultura como cartografia que foge às forças que agem por capturas e aprisionamentos.

Assim, a natureza no contexto de ilhéus, a exemplo da concebida e praticada no interior do sítio do Sr. Mucura, pode ser considerada como linha de fuga deleuze-guattariana, não por estar em consonância com a representação de natureza imposta pelas perspectivas patrimoniais dominantes que a considera como aglomerado de elementos naturais excepcionais e com valor universal, mas por ter uma feição local, comunitária e multidimensional, sendo apresentada como base de alimentação, fortalecimento da relação de pertencimento e prática de trabalho diário, fundamentando a produção da cultura e realização da vida, pois para o Sr. Mucura:

Eu pescou o camarão, boto rede pra pegar peixe, né? Trabalho com espinhelzinho (*anzol de dimensões pequenas* – grifo nosso!) de pegar peixe no mangal com o tempo de inverno. Essa é minha pescaria! Aqui eu pego tudo quanto é peixe, é pescada, é piaba, mandiaçú, cachorro de padre, acará, jacundá. Esses tipos de peixes da água doce! (Entrevista com o “Sr. Mucura”, em 09 de julho de 2021).

O relato do ilhéu indica que a reprodução de práticas sócio-espaciais de sujeitos extrativistas de Mosqueiro perpassa pelo uso e significação de locais do habitar e do viver, pela afetividade com locais relevantes, pela criação de relações de pertencimento e que a natureza vai muito além da dimensão utilitária. Ou seja, práticas culturais territoriais inscritas na realização de caça, pesca, agricultura e extrativismo só se tornam territorialidades quando estão envoltas em relações de poder e confrontam, dissidem, conflitam e negam outros tipos

ou manifestação de poder territorial gerando, ainda, relações de pertencimento e defesa territorial.

Escobar (2005) considera que a natureza e o território são sinônimos de conhecimentos práticos, reproduzidos pela prática, pelo acúmulo de experiências que mediam leituras, interpretações, fazeres, memórias, usos, apropriações, representações e manejos integrados e socializados coletivamente. São racionalidades endógenas que embasam o uso do território, da realização da produção e do trabalho e configuram formas específicas de se relacionar e territorializar a natureza e que, ao mesmo tempo, atuam na dissolução que envolve a separação entre cultura e natureza, pois apesar de em algumas situações a territorialização humana ser enfocada em maior profundidade, não menospreza a dimensão em que essas sociedades locais só podem ser compreendidas pelo enraizamento, imbricação, imersão e introjeção ao meio físico local e a natureza como base do processo de construção e sustentação da cultura humana.

As diferentes perspectivas de natureza que embasaram o desenvolvimento das sociedades, para Escobar (2005), justificaram um conceito dominante no mundo ocidental que a retratou como fenômeno a ser decifrado e separado da realidade humana, mas que pode ser compreendido como produto da história espacial das sociedades e como dinâmicas interdependentes e relacionadas ao universo social, mas que no contexto de comunidades convive antagonicamente com outros modelos de natureza e possui cunho local, comunitário e estruturado na ideia de lugar edificado em relações que fogem da arraigada dicotomia sociedade-natureza típica da sociedade moderna. Ele enfatiza que a natureza constituída localmente é resultante de práticas sociais, de experiências realizadas com o meio circundante e não separa o mundo biofísico, do supranatural e humano.

Sobre esta relação, Escobar (2005, p. 72) considera que:

Os modelos locais também evidenciam um arraigamento especial a um território concebido como uma entidade multidimensional que resulta dos muitos tipos de práticas e relações; e também estabelecem vínculos entre os sistemas simbólico/culturais e as relações produtivas que podem ser altamente complexas.

Escobar (2005) enfatiza que os modelos locais de natureza se organizam a partir da multidimensionalidade dos territórios, em que o mundo natural não se desloca ao do social, pelo fato de serem movidos por relações nas quais as dimensões do manejar o meio circundante, a cotidianidade, o universo cultural e a dinâmica do ambiente natural não se separam.

Escobar (2005) argumenta que a natureza local é expressa pela complexidade da vida e envolve a integração entre os meios natural e cultural como dinâmicas complementares e convergentes que formatam a perspectiva integrativa do espaço social. As análises de Escobar nos deram subsídios para compreendermos as multidimensionalidades que marcam a constituição de territórios de comunidades tradicionais. Esta faceta territorial é observada no discurso da Sra. Heloisa, ao destacar que:

Pescaria de camarão que a gente pesca. Quando tem o açáí é o açáí. Eu recebo bolsa família, não é muito, mas dá para sobreviver!

Qual é a frequência da pesca?

O camarão a gente pesca, prende aí, por exemplo a gente pega dois litros, não dá muito camarão, aí vai e prende no viveiro, aí quando for no outro dia pesca de novo pra prender para poder pegar aquele tanto (*juntar uma quantidade considerável*) para poder vender e comprar as despesas.

Para a ilhéu, a natureza é expressão maior de fonte de renda, local de habitação, fazeres e teceres locais como práticas socioespaciais que afirmam práticas de trabalho e relações de pertencimento e afetividades com o lugares. Esta multiplicidade de experiências e práticas espaciais formata um espaço que une a dimensão natural com a social. Trata-se de uma perspectiva de realidade indivisível e conectada. Por outro lado, as experiências surgidas por práticas de manejos aprendidas ancestralmente geram e sistematizam conhecimentos sobre o meio físico. Trata-se de um movimento que se realiza pela práxis da vivência, da experiência, de saberes e fazeres em um mundo vivido, percebido e usado, cujas práticas sociais e espaciais resultam num acúmulo de informações e que se tornam diferenciais quanto ao controle territorial.

A natureza tal como o território em comunidades tradicionais vai além da base material na qual o homem habita, não explica, tampouco define ou sustenta a existência do poder. O poder só existe como representação do campo cultural conectado a outros campos de poder, seja ele político ou econômico. Não há “território puro” produto de uma única dimensão. Quando o território cultural se sobressai em relação a outras dimensões territoriais, o poder simbólico atinge seu ápice, abrindo caminho para a realização de outros campos de poder.

Territórios de comunidades tradicionais amazônicas são criados por práticas sócio-espaciais inscritas na apropriação e uso da natureza de forma totalizante e integrada, especialmente pelo fato de a natureza ser fundamento da existência coletiva, meio de socialização cultural e reforço da identidade. Esta dinâmica integrativa que envolve território e natureza é típica de localidades do entorno distante do Parque, situadas na parte continental

da área não urbanizada de Mosqueiro e são caracterizadas pela realização de festejos religiosos, festas e procissões que representam a mediação e incorporação da natureza em cotidianos de ilhéus. Ressalta-se que as mesmas não se realizam nas localidades “de frente ao Parque”. As imagens a seguir evidenciam práticas espaciais, efêmeras, coletivas de cunho cultural que se configuram como representações e apropriações passageiras de elementos naturais.

Figura 14 - Confecção de Mastros – Tucumandeuá, Mosqueiro-Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 23/06/2018.

Figura 15 - Levantamento de Mastros na Festa de São João, Tucumandeuá-Mosqueiro/Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 23/06/2018.

A Festa de Santa Rosa em Caruaú é o evento religioso mais importante da parte não urbana de Mosqueiro, por envolver um grande número de famílias, maior quantitativo de dias e por ser a mais esperada entre os comunitários. Ela influencia todas as localidades e comunidades da parte continental distante do Parque Ambiental. O evento incorpora o rio como ponto de romaria, intersecção entre o “rural” e o urbano, recurso que evidencia a dominância de elementos da natureza local, acontecendo sempre no último domingo do mês de agosto; porém, devido à pandemia do novo coronavírus nos anos de 2020 e 2021, o mesmo não foi realizado.

As imagens a seguir evidenciam o Círio Fluvial que ocorreu no ano de 2018 (sentido bairro da Vila até Caruarú) e levantamentos de mastros que, segundo os ilhéus, tiveram por objetivo evocar a intervenção da Santa Rosa de Lima junto à natureza para que as comunidades tivessem boas expectativas quanto à realização de práticas de trabalho de produção familiar (cultivo, criação de animais) e extrativistas (vegetal e pescado), além de agradecimentos pelas benesses econômicas do ano anterior e homenagens por graças espirituais e físicas alcançadas.

Figura 16 - Romaria Fluvial, Rio Tamanduá, Mosqueiro-Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 26/08/2018.

Figura 17 - Festejo de Santa Rosa de Lima - Caruarú, Mosqueiro-Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: dez. 2018.

As imagens demonstraram que o uso dos rios por embarcações em eventos culturais coletivos significantes para os ilhéus se configura como territorialização do ambiente físico de forma passageira e o levantamento de mastros enfeitados com elementos naturais perpassa pela afirmação de identidades locais. As territorializações coletivas representam, ilustram, mostram, projetam e reproduzem parte das práticas sócio-espaciais cotidianamente desenvolvidas e perpassam pelo domínio da natureza como patrimônio natural e afirmação de culturas locais.

As imagens das comunidades revelam que territórios culturais são formados por processos sócio-espaciais que vão muito além de uma simples representação de “subjetividades vagas”, folclores, patrimônios, músicas, modos de viver, pensar, agir, fazeres, saberes, crenças, tradições, festas e, em sentido amplo, de culturas desvinculadas de processos que envolvem resistências territoriais e identitárias. A comunicação cultural local que acontece em festejos comunitários nas comunidades de Mosqueiro são reveladoras de facetas territoriais que expressam poder inscritas no uso e apropriação do meio físico.

O poder espacial se realiza quando ilhéus territorializam o ambiente físico, mesmo que de forma passageira, e envolve controle de áreas e recursos em relação a outros grupos. Os símbolos culturais construídos por determinados grupos reforçam racionalidades formais e informais criadas para dar fé àqueles que eles representam, ou seja, trata-se de “um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 2001. p. 188) e se efetiva pela territorialização.

As reuniões de sujeitos para comemoração de festejos comunitários também evidenciam multidimensões da natureza, de territórios e territorialidades locais, pois o meio físico adquire sentido utilitário ao ser manejado, seja com a criação de animais ou práticas de roçado, ou como ambiente de reprodução da cultura, em que os nativos representam a natureza como ícones da identidade local, base da alimentação e perspectivas de fartura em colheitas e extrativismos. Por outro lado, a multidimensionalidade do território se realiza pela perspectiva cultural e política, se tornando local de encontro e festejos, afirmação da ancestralidade e uso da natureza. Já a territorialidade varia da reprodução de práticas de trabalho e cultura.

A dimensão política dos territórios como locais de vivência, trabalho e reuniões comunitárias e das territorialidades como práticas de uso e controle do meio físico acontece a partir de expressões do poder. Esta relação fica evidente ao verificarmos que cada objeto espacial localmente construído representa a comunicação de uma relação de poder, seja pela cultura ou pelo controle de quintais de ilhéus.

Souza (2018) enfatiza que a dominância da dimensão política não invalida as outras dimensões (econômica, cultural e histórica) do território, à medida que o entendimento de uma perspectiva ampla ou múltipla de território - a política -, não desmerece, desqualifica ou ignora as demais dimensões, pois se isso acontecesse, a realidade estaria sendo analisada de forma cartesiana.

A dimensão política do território nas comunidades de Mosqueiro se realiza pelas práticas culturais como expressões de enraizamentos de identidades, fazeres e saberes locais que mediam a relação integrativa entre sociedade e natureza. Neste caso específico, apesar de a dimensão política se sobressair frente às demais, esta se configura tão somente como uma das facetas que constituem territórios ribeirinhos e extrativistas formatados como campos territoriais de exercício do poder.

Para Raffestin (1993), o território é um campo de lutas e de exercício do poder, tornando-se fundamental considerar o consenso, concessão, permissão, autorização, organização política, confrontos e reivindicações, pois indicam como os grupos e sujeitos legitimam e sustentam o poder. Raffestin considera que o território cultural também pode ser concebido como produto da representação de valores que diferentes grupos cultivam. É sempre um processo de construção de conflitos e contradições materializadas na representação da língua, linguagem, normas, códigos e simbologias dissipadas simetricamente e/ou dissimetricamente em campos opostos.

O poder inscrito na formação de territórios nas comunidades e localidades analisadas se realiza na constituição da cultura, na apropriação de áreas de vivência, em práticas de trabalho, no controle e internalização da natureza. O poder territorial nas comunidades de Mosqueiro tem feição política, mas está sempre integrado com as demais dimensões do território. Ou seja, o poder enquanto emanção do controle territorial se agrupa, mostra, internaliza, realiza e incorpora a perspectiva cultural, econômica e natural, estando sempre em relação a outro campo de poder criado por grupos de sujeitos que o exercem.

Assim, a compreensão de territórios e patrimônios naturais em comunidades tradicionais perpassa pelo entendimento de como os sujeitos se apropriam, usam e controlam a natureza, sendo a dimensão física também importante neste processo, pois marca a existência da vida e reprodução cultural e determina a maneira como as comunidades constroem seus patrimônios. Logo, o patrimônio natural em comunidades tradicionais não é dado, não se limita ao passado, é negociado, usado, modificado, manejado e significado por sujeitos conforme as frações espaciais e se constitui por práticas sócio-espaciais que legitimam o controle da natureza como patrimônio natural pelo exercício do poder territorial, as territorializações.

CAPÍTULO 4 – TERRITORIALIDADES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS: CONFLITOS E TENSÕES SOCIOESPACIAIS

Neste capítulo, damos evidência à existência de territorialidades de comunidades tradicionais como expressão da apropriação e uso da natureza de forma integrativa. Por outro lado, destacamos o surgimento de conflitos socioespaciais com a imposição do Parque Municipal de Mosqueiro como mostra de patrimônio natural de Belém, mas que invisibilizou territorialidades de sujeitos locais que dissidem da perspectiva de patrimônio natural imposta.

4.1 - TERRITORIALIDADES DE COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM A NATUREZA

A ideia de territorialidade no campo da Geografia indica a reprodução de relações de poder em que sujeitos exercem o controle de territorial. Neste sentido, a territorialidade pode ser manifestada a partir de estratégias políticas, econômicas, culturais, entre outras, sendo sempre multiescalar e relacional, pois uma determinada territorialidade só tem sentido quando está relacionada ou imbricada a outras territorialidades que se conectam e se conflitam num campo territorial de poder.

Para Sack (1986), territorialidade deve ser entendida a partir de relações de poder exercidas em determinadas áreas do espaço por indivíduos ou coletividades, configurando estratégias de dominação de pessoas e recursos, sendo fundamental a comunicação do controle territorial que repercutirá na restrição de uso. Sack enfatiza que a territorialidade é sustentada a partir de três estruturas integradas: a) a classificação de áreas, identificando um local de acesso restrito; b) a comunicação que pode ser escrita, gestual, gráfica etc., que acaba por mostrar quem exerce o poder; c) manutenção do controle social que é uma espécie de definição de normas de controle que pode implicar em punição a quem transgredi-la.

A Territorialidade na perspectiva de Sack tem a ver com o controle que uma gente ou grupo de sujeitos exercem numa fração espacial, comunicando seus interesses, impondo restrições de acesso e uso, materializando processos de dominação que se realizam pela informação divulgada e é sempre relacional, à medida que ela visa mostrar ao outro a existência de uma dominação, ou seja:

a territorialidad se define como el intento por parte de un individuo o grupo de afectar, influir, o controlar a las personas, fenómenos y relaciones, delimitando y reafirmar el control sobre un área geográfica” (SACK, 1986. p. 26).

A dimensão espacial da territorialidade humana é uma das grandes preocupações de Sack, que a diferencia das realizadas pelos animais e pelo fato do poder ser manifestado por uma relação que indica a existência de controle não circunscrito à esfera de manifestação de repressões, mas como símbolo de restrição de acesso interno e externo que o grupo dominante comunica aos que não possuem o controle e acesso a certo local.

Em síntese, Sack (1986, p. 33) considera que a territorialidade:

Constituy e el telón de fondo de las relaciones espaciales humanas y las concepciones Del espacio. La territorialidad apunta al hecho de que las relaciones espaciales humanas no son neutrales. La gente no solo interactúa em el espacio y se mueven em ele spacio como bolas de billar. Por el contrario, la interacción humana, El movimiento y el contacto son también motivo de La transmisión de energía e información con el fin de afectar, influir y controlar La ideas y las acciones de los demás y su acceso a los recursos. Las relaciones humanas espaciales son el resultado de influencia y poder. La territorialidad es la principal forma espacial que toma el poder.

A faceta do poder que afeta a territorialidade se materializa quando grupos hegemônicos e hegemonzados rivalizam, dissipam e ratificam expressões e ações num campo territorial. Assim, torna-se imprescindível observar quais dentre os diferentes exercícios de poder agem mantendo as dinâmicas anteriormente vigentes e quais tensionam, pressionam e provocam desequilíbrios para que novas relações territoriais sejam construídas, criando planos territoriais de dominação.

Por outro lado, Bertha Becker (2010) entende que a territorialidade tem relação com as diferentes perspectivas e estratégias de dominação de um território onde forças hegemônicas buscam impor suas estratégias de reprodução de poder via projetos políticos e econômicos, mas que são frequentemente contestadas por sujeitos que exercem territorialidades que destoam das hegemônicas.

Neste sentido, Becker (2010, p. 20) enfatiza que:

territorialidade manifesta-se em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais. Ela se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, de base territorial.

Becker compreende a territorialidade como ações espaciais multiescalares em que os grupos sociais exercem o poder comunicando seus símbolos e práticas sempre de forma conflitante. Para a autora, o poder enviesado no plano discursivo refere-se a uma importante

estratégia de efetivação de dominação territorial em grande escala, como tem acontecido na Amazônia com os grandes projetos geoeconômicos.

A territorialidade também tem relação com o campo do poder simbólico, pois é através dele que os grupos comunicam e exercem o controle de áreas. Para Bourdieu (2001), o poder simbólico é um campo de poder em que espelha vantagens ao grupo que melhor comunica, impõe e legitima sua dominação junto a outros grupos. Neste sentido, a territorialidade é expressão do poder simbólico ao ser representada por discursos, signos, difusão de imagens e práticas territoriais, sendo sempre relacional e espacial por envolver sujeitos que conflitam em processos de dominação e subjugação territoriais.

Sobre o campo de disputa simbólica, Bourdieu (2001, p. 56) considera que:

As estratégias discursivas dos diferentes actores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objectividade, dependerão das relações de forças simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença a esses campos confere aos diferentes participantes ou, por outras palavras, dependerão dos interesses específicos e dos trunfos diferenciais que, nesta situação particular de luta simbólica pelo veredicto {neutro}, lhes são garantidos pela sua posição nos sistemas de relações invisíveis que se estabelecem entre os diferentes campos em que eles participam.

Bourdieu destaca que os grupos sociais criam e reproduzem valores, ideias, definições, princípios, normas, símbolos e significados para coisas e situações que consideram como representantes de seus interesses e que estes necessitam ser constantemente reafirmados. Para Bourdieu, numa trama territorial, tanto os símbolos, que são manifestações de sínteses de determinados objetos, coisas e ícones identificados como representações de diferentes grupos (sejam eles dominantes ou dominados), como os signos, que são representações abstratas, mas que identificam certas noções, passam a ser utilizados como processos de dominação socioespacial. Portanto, territorialidade corresponde a um conjunto de práticas socioespaciais manifestadas por relações de poder.

A dimensão territorial da cultura, quando referenciada na razão instrumental e lógica do conhecimento científico, urbano e patrimonial, é representada e reproduzida como discurso, objeto, materialidade, passado, patrimônio, natureza inerte, produto, modelo, imagem, ícone e símbolo a serem exaltados, animados e comercializados. A cultura ideologizada pelo capital atrela e subordina a ideia de natureza como patrimônio natural e “destrói” e regula singularidades culturais a ordens totalizantes monoculturais universais, limitando o entendimento da natureza a partir da dicotomia preservação *versus* conservação,

ignorando a ideia de natureza como patrimônio natural negociado, usado e praticado espacialmente. Contudo, quando tratada no plano que envolve a crise do paradigma dominante e do exercício de territorialidades dissidentes que usam a natureza como extensão de suas vidas e movidas por relações de poder, dá visibilidade à ação territorial de grupos subalternos.

Consideramos a cultura como um processo de construção sócio-territorial envolto em relações de poder que mostram e ao mesmo tempo invisibilizam conflitos territoriais, conforme o controle que cada grupo exerce num plano territorial. Os grupos que melhor controlam os recursos e divulgam suas simbologias ganham destaque nos sistemas poligonais territoriais expressos em campos de poder (RAFFASTIN, 1993). Estes princípios: o controle de recursos e a projeção de simbologias embasam parte do entendimento de dinâmicas territoriais associadas ao controle da natureza como patrimônio natural em espaços de populações nativas amazônicas.

No contexto de comunidades tradicionais amazônicas, as territorialidades se edificam de forma múltipla por envolver relações de poder manifestado nas dimensões culturais, políticas e econômicas. É importante ressaltar que a cultura é importante variável de entendimento de relações que envolvem apropriação, uso e manejo do patrimônio natural em contextos de comunidades extrativistas tradicionais à medida que nasce de práticas sócio-espaciais constituídas por territorialidades que se apresentam como fluxos, forças e dinâmicas espraiadas em fragmentos espaciais onde os sujeitos vivem.

A cultura é um importante campo de poder que tensiona conflitos socioterritoriais. Quando analisamos este princípio no campo patrimonial, percebemos que o discurso dominante busca a todo instante reforçar sua territorialização e padronizar manifestações culturais alternativas e periféricas. Há um campo cultural tenso e conflitante que se realiza pela outorga de uma suposta integração cultural em escala nacional e que se revela como patrimônio nacional, mas acaba por ignorar as variedades culturais existentes no território brasileiro.

Para Silva (2014), apesar do multiculturalismo ser apresentado como um marco de integração cultural, ao fazer apelo à tolerância e respeito à diversidade, identidade e diferença - esta última é aqui entendida como o contrário de uma identidade que se efetiva como “original”, cristalizada, naturalizada e essencializada -, observa-se que tal dinâmica não tem sido suficiente para evidenciar as contradições que delas resultam. Segundo este autor, a identidade cultural é formada por uma autoafirmação que resulta da negação do outro e ao ser

reproduzida socialmente e construída discursivamente pela representação simbólica e significações, regula o que deve ser projetado como cultura.

A criação de identidades culturais nacionais a exemplo das assentadas nas noções de etnia (miscigenação harmônica que envolve o hibridismo cultural em que os sujeitos brancos, negros e indígenas vivem harmoniosamente) e de patrimônio natural (formado pela reunião de elementos naturais tidos como excepcionais, belos e grandiosos), faz parte de um sistema discursivo idealizado e ideologizado a partir da vertente essencialista (a partir da valorização da história, cultura e elementos naturais como expressões da grandiosidade de uma nação) advinda do processo em que “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2014. p. 91).

Na perspectiva de Lefebvre (1991), a cultura é um subsistema do sistema capitalista, assim como a moda, a cozinha, o turismo, o lazer, a cidade, o automóvel, o habitar, a natureza, o espaço de cidades, os velhos centros inventados como patrimônios, o tempo, entre outros, e que são utilizados como *álisis* visando à burocratização, racionalização, controle, subsunção e ideologização da cotidianidade pela lógica do urbano:

A ideologia da cultura, ou culturalismo, escora a oscilante tese da coerência e da unidade “da” cultura. É a tese oficial, ao passo que com toda a evidência a cultura se pulveriza. Há muito tempo que não há mais do que subculturas de origens diversas: o campo e vida rural, vida urbana, aristocracia, proletariado, burguesia, países e setores ditos “subdesenvolvidos”, cultura de massas etc. Várias “subculturas”, mesmo revestidas de um manto de Arlequim fabricado por uma delas, ou seja, pelo ‘classicismo’, não chegam a constituir uma cultura. A fragmentação dos conhecimentos parcelares e dos trabalhos especializados não contribui para constituir a unidade. A cultura não seria um mito? Não. Ela é mais que isso: é uma ideologia do Estado. (LEFEBVRE, 1991. p. 106).

No entendimento de Lefebvre, a cultura é ideologia que padroniza valores múltiplos e subculturas diversos, num só e único modelo cultural, seja de grupos subalternos, que são compostos por remanescentes de quilombos, indígenas, ribeirinhos e demais grupos empobrecidos de cidades, meios rurais e de espacialidades não urbanizadas, ou e de grupos elitizados da sociedade, ao aglutinarem, cooptarem e projetarem uma cultura geral e levar à padronização e uniformização cultural de massas, postura típica da *sociedade burocrática de consumo dirigido* que representa valores, modos de ser, viver e consumir advindos da dinâmica do urbano.

A partir das análises de Lefebvre (1991), compreendemos que o projeto do Parque Ambiental foi pensado para suprimir traços da cultura tradicional, ignorando sujeitos e suas

territorialidades e a relação que os ilhéus teciam com a natureza como base de sustentação da vida e cultura. Neste sentido, houve a subalternização da relação cultura-natureza de forma integrativa pela ideia de natureza como objeto da espetacularização turística.

Este imaginário cultural que se efetiva como poder territorial dominante homogeneiza a multiplicidade cultural, nega os efeitos perversos da sociedade industrial no meio ambiente, projeta o patrimônio natural como objeto isolado e espelho da natureza não subjetivada culturalmente pelo homem e como produto cultural voltado ao lazer.

Em Mosqueiro, foi constatado que as territorialidades desenvolvidas pelos ilhéus em seus cotidianos não se limitam à preservação da natureza em estado bruto ou original, pois estão associadas às formas de existir e reproduzir culturalmente. Tais processos são identificados no relato do ilhéu Santana, de 48 anos, pescador e extrator de açaí que reside na localidade “Rio Murubira”. Fica evidente que o substrato material só tem valor quando territorializado, pois tal processo reverbera na garantia do sustento familiar e reprodução do cotidiano como prática de controle espacial, apesar das dificuldades de adaptação devido às inconstâncias da natureza:

É por período isso. É como o açaí, o açaí tem safra, entressafra o açaí pra nós aqui acaba. A gente tem que esperar seis meses, entendeu? A gente não tem um açaí, por exemplo você colheu na safra você vai ter uma entressafra boa, entendeu? Não tem aquele açaí que chegue na entressafra pra nós aqui!

Qual é a safra e a entressafra?

Olha, a safra ela começa pra nós agora de julho, ela vai até dezembro, encerrou! Entressafra aí pega janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho, aí talvez lá julho já tenha de novo na safra. Aí esses períodos aí, quebra um pouco o camarada, é igual à safra do peixe. Olha agora que o peixe começou a encostar, peixe e camarão.

Qual é o peixe que está dando agora?

Pra nós agora é a pescada.

Qual é a entressafra da pesca?

Rapaz, é praticamente esse período. Ela vai chegar agora mesmo em setembro. Olha, essa água ainda não salgou pra nós aqui! Nós trabalha com dois tipos de água: doce e salgada, entendeu?

Na água doce qual é o peixe que dá?

Rapaz, a gente pega vários peixes aqui, a gente pega o tucunaré, entendeu? Às vezes pega o tambaqui, que tem tambaqui no rio, entendeu? E pega a pescada, só que a pescada é pouca, não é igual como se fosse agora que está chegando a safra dela.

E quais são os meses da água doce?

Esse período aqui! A água ainda não salgou pra nós. Nós estamos em julho no mês sete, se não já terminou, né? Entendeu? E a água ainda não salgou devido esse período climático aí que é de muita chuva!

E esse salgamento da água como é que é?

Aí entra o siri, mais camarão, mais peixe, porque tendo mais comidinhas, tem mais peixes!

Pra nós eu acho que ela vai dar em agosto, lá pro dia quinze em diante e aí vai até dezembro, vamos dizer assim, lá para o dia vinte e oito de dezembro dentro do período chuvoso. Encostou à chuva essa água vai.

E qual é a quantidade de camarão que o senhor pega?

Quando está mesmo dano bastante a gente pega dez, doze latas (“lata” significa litro). (Entrevista com o Sr. Santana, Rio Murubira. Em: 30/07/2021).

O relato do Sr. Santana evidencia estratégias singulares de apropriação e uso da natureza conforme os cotidianos, práticas de reprodução cultural e afetividade com o local. Tais territorialidades fogem a regramentos epistemológicos, culturais e modelos patrimoniais e são consideradas dissidentes, por possuírem amarras na emergência de novos paradigmas embasados no pensamento comunitário e na integração de conhecimentos, e por serem reproduzidas como subversão territorial frente à ordem espacial imposta que estipula limites de ação e restrição quanto ao acesso em áreas definidas pelo planejamento como de interesse Estatal.

Práticas culturais não movidas pela territorialização do poder se constituem e se restringem à manifestação do folclore, danças, crenças, músicas, alimentação, símbolos, rituais, memórias, fazeres, narrativas, tradições, entre outras, e se edificam como processos imanentes à existência humana e práticas de espaços que expressam a não territorialização. Contudo, quando práticas sócio-espaciais são territorializadas, podem representar diversas manifestações do poder (SOUZA, 2018). Porém, como todo poder é relacional, pois se refere à sua afirmação em relação a um outro poder, pode configurar um plano territorial de dissidências, controle e conflitos espaciais. Assim, diante de uma cultura patrimonial dominante, há sempre culturas subalternas que conflitam espacialmente entre si e com a ordem territorial imposta.

Territorialidades culturais quando invisibilizadas de forma proposital pela cultural oficial dominante se tornam subalternas à medida que não se enquadram em padrões, modelos e tipos de representação de valores, ícones e princípios considerados essenciais. Neste sentido, ficam à margem de padrões culturais cultivados por campos expressos em relações de poder. Territorialidades de ilhéus extrativistas asseguram o controle de locais de vivências, a exemplo do que acontece no sítio situado na localidade de Curuçá comunidade Tucumandeuá e de propriedade do Sr. Deuso e a Sra. Fátima, mas que é manejado assiduamente pela Sra. Débora (filha do casal) que é ilhéu de 35 anos e autodenominada produtora rural, por habitar o local desde nascimento e desenvolver atividades ligadas ao manejo agrícola com o cultivo de macaxeira e mandioca que são utilizadas na produção do tucupi, da farinha, goma, cujos resíduos e sobras são reaproveitados na confecção de adubos, além do manejo agrícola do

café, maxixe, jerimum etc. Para a Sra. Débora, o patrimônio natural de maior importância refere-se à terra usada para cultivo agrícola, pois “é a nossa fonte de renda. Ela é muito importante pra gente. A gente trabalha e cuida dela” (Entrevista com a Sra. Débora. Em: 12/07/2021).

Neste relato, há compreensão do patrimônio natural como uma natureza que deve ser usada para garantir o sustento produtivo familiar e ao mesmo tempo cuidada para que seus benefícios sejam continuados. As imagens a seguir evidenciam parte do processo produtivo que envolve o uso e apropriação do patrimônio natural como fundamento de práticas produtivas de trabalho diário.

Figura 18 - Colheita da Mandioca no Sítio Curuçá, Tucumandeuá



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 12/07/2021.

Figura 19 - Prática do Roçado, Sítio Curuçá – Tucumandeua



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 12/07/2021

Figura 20 - Sr. Deuso Produção de Farinha, Curuçá, Tucumandeua-Mosqueiro/Pa.



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 24/07/2018

As imagens acima identificando práticas de manejo da terra e a produção de farinha no sítio em que a Sra. Débora trabalha demonstram a territorialização da natureza a partir de práticas sócio-espaciais que reproduzem patrimônios naturais a partir de fazeres culturais. Ou seja, nas comunidades extrativistas de Mosqueiro, os patrimônios naturais surgem de processos associados ao manejo do meio físico.

As imagens também revelam que a reprodução da cultura que ocorre de forma inerente ao desenvolvimento de práticas de manejos da natureza, ou seja, ambas não se separam, estão amalgamadas na realidade, em fazeres e teceres diários. Assim, o patrimônio natural é edificado a partir da reprodução de práticas sócio-espaciais cotidianas inscritas em relações de poder territorial; são territorializações culturais que atuam descolonizando, desorganizando e invertendo modelos de sociedades impostos secularmente, pelo fato de serem movimentos sociais compostos por “... sujeitos históricos que foram massacrados, que souberam resistir e continuam hoje afirmando suas identidades e lutando por seus direitos de cidadania plena na nossa sociedade” (MOREIRA e CANDAU, 2013. p. 17).

O patrimônio natural em comunidades extrativistas amazônicas nasce de territorialidades que materializam o domínio e manejo da natureza e adquire sentido político por configurar em estratégias de defesa do território. A parte intangível, ou patrimônio imaterial, mesmo que não reconhecida oficialmente (folclore, danças, narrativas, memórias, festejos, teceres e fazeres, entre outros - se estiver embebida em relações de poder territorial) reforça a dominação espacial e a parte tangível (floresta, terra, rios e outros elementos) e expressa o substrato material onde ocorrem as relações sócio-espaciais que dão sentido à existência de patrimônios naturais.

A massa física ou tangível, apesar de ser importante, não é o patrimônio natural, apenas ajuda a determinar os patrimônios criados pelas práticas sócio-espaciais que os sujeitos realizam, elegem e reproduzem. Logo, para as comunidades tradicionais, o patrimônio natural é edificado pelo uso e apropriação da natureza sendo reproduzido pela cultura, pelos fazeres diários, práticas de trabalho e estratégias de controle do meio físico, que também determina a vida de sujeitos e estrutura a reprodução da cultura. São relações tecidas entre natureza e sociedade, sem dicotomias e oposições, pois estão integradas numa totalidade socioespacial articulada.

No que se refere ao substrato material, Raffestin considera que o uso da matéria revela a manifestação do poder, pois é pela prática que o homem transforma e dá significado ao meio no qual está inserido e “os recursos naturais não são naturais; nunca foram e nunca serão” (RAFFESTIN, 1993. p. 225). Dessa forma, nas comunidades investigadas, a massa natural

bruta vira patrimônio natural quando usada, manejada, conflitada, manipulada, conquistada, ratificada socialmente, passando a ser assimilada e representada coletivamente como extensão de vida dos sujeitos, e quando esta orienta e fundamenta a existência cotidiana local, a cultura e a vida cotidiana tradicional nas comunidades.

A territorialidade na perspectiva de Raffestin (1993) vincula-se a múltiplas dimensões do vivido, que envolve existência e produção manifestadas de forma dinâmica e tridimensional, atreladas ao espaço, sociedade e tempo que se encontram situados num sistema territorial composto por nós conectados que formam redes que abrangem diferentes sujeitos, visto que:

Eles estão todos situados num quadro espaço-temporal e ocupam uma posição absoluta e relativa sobre o globo. Essa observação banal não deixa de ter uma grande importância, pois é válida em todas as escalas, quer se trate de indivíduos, de empresas ou de Estados. Todos esses atores estão, necessariamente, 'territorializados'. A partir do momento em que estão territorializados, confrontam-se com os dados próprios aos territórios de que se tratou anteriormente: as tessituras, os nós e as redes (RAFFESTIN, 1993. p. 239).

Territorialidades, para Raffestin, devem ser situadas espaço-temporalmente e compreendidas a partir de relações em campos complexos que manifestam jogos de poder e conflitos e são simétricos quando os níveis de troca, comunicação, informação e energia representam ganhos, e dissimétricos quando ocorrem de forma inversa.

A sociedade e o tempo histórico são evocados por Raffestin como fundamentos de quaisquer análises associadas à construção, exercício e manutenção de territorialidades, pois levam à superação da ideia de que estas se resumem a uma simples relação determinista que envolve o homem e o espaço. Ou seja, Raffestin argumenta que toda manifestação de poder territorial deve ser compreendida a partir da existência de um plano territorial complexo, temporal, espacial, social e historicamente situado, posto que “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a *face vivida* da *face agida* do poder” (RAFFESTIN, 1993. p. 162).

A dimensão histórica enfatizada por Raffestin (1993) constituiria uma das variadas dimensões da constituição de territórios e territorialidades, considerando que estes só podem ser entendidos como reprodução social. Neste sentido, ao considerarmos as práticas de manejo da natureza na parte continental da área não urbanizada de Mosqueiro, verificamos que a história espacial local arraigou relações territoriais reverberadas na constituição de

territórios produtivos com existência de roçados, manejos de frutos do açaí e floresta. As imagens a seguir demonstram que as territorialidades de sujeitos extrativistas em áreas ribeirinhas situadas “de frente ou frente ao Parque” possuem fundamento numa história de manejo espacial assentada ancestralmente.

Figuras 21 - Extração e do Açaí – Sítio do Sr. Márcio Augusto – Localidade Rio Murubira, Mosqueiro, Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 30/07/2021.

Figuras 22 - “Debulhamento” do Açaí – Sítio do Sr. Márcio Augusto – Localidade Rio Murubira, Mosqueiro, Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 30/07/2021

Figura 23 - “Debulhamento do Açaí”. Sítio do Sr. Roberto Cardoso -Localidade “Rio Murubira” –Mosqueiro,Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 30/07/2021.

As diversas imagens de ilhéus manejando os recursos naturais ou massa natural bruta configuram multidimensionalidades do território nos contextos de sítios produtivos que são permeados pela realização de práticas sócio-espaciais que revelam diferentes modos de apropriação, manejo e uso do meio físico, o que não pressupõe que há a separação desta com o universo social. Ou seja, em comunidades tradicionais amazônicas, o patrimônio natural surge de experiências diárias que demarcam a territorialização da natureza, a qual representa mais uma das dimensões do território e da territorialidade humana.

Tal como a cultura, que não representa um emaranhado de coisas que nos identificam, mas como o sentido que o coletivo atribui para as coisas para se diferenciar socialmente, historicamente e espacialmente de outros grupos a partir de um consenso movediço e conflitual, o patrimônio natural não pode ser confundido em espacialidades de comunidades tradicionais, com a própria natureza, sem ênfase à dimensão humana, pois a natureza em si ou a coisa como pseudoconcreticidade, como descreve Kosik (1976), refere-se à realidade como coisa aparente. A natureza limitada à materialidade física reproduzida como patrimônio natural se traduz em imagens cristalinas de uma natureza dada, criada por forças naturais estando apta a ser animada pela ação humana.

A massa natural bruta, apesar de existir independentemente da vontade humana só tem sentido quando significada pelos grupos sociais e sua compreensão, conceituação e

denominação deve ser situada tempo-espacialmente conforme as épocas e sociedades. A dimensão natural enquanto massa bruta que atua no modo de ser, viver e se reproduzir dos sujeitos favorece a criação de relações dialéticas com a sociedade quando é apropriada e usada de forma contraditória, pois o espaço humano é construído por territorialidades.

Trata-se de duas dimensões da natureza que não se separam e formatam o espaço humano: a faceta que independe da vontade humana (natureza em si como massa bruta) e a natureza transformada e integrada ao homem. Estas se encontram em relações conflituosas, complementares e contraditórias com o universo antropológico, pois quando a massa natural é projetada ideologicamente como patrimônio natural, excluindo a territorialidade humana, expressa a realidade aparente, pseudoconcreta e a-social, mas quando observada pela integração com a sociedade em sentido integral, se humaniza e naturaliza o sujeito a sua dinâmica.

A dimensão natural decorrente da reprodução da territorialidade humana no contexto de ilhéus ribeirinho foi identificada quando ilhéus reproduziam seus modos de vida, práticas de trabalho e fazeres culturais que estavam intrinsecamente relacionadas ao meio físico em que viviam. No interior do Parque, o único morador é o Sr. Alfredo, que possui 54 anos e é ex-servidor da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SEMMA); atualmente, ele exerce a função informal de “fiscal ambiental”.

O Sr. Alfredo participou do processo de demarcação da área pela CODEM e desenvolve atividades extrativistas com retirada de peixe e camarão às margens do Parque Ambiental, além da criação de animais e peixes em seu sítio. As imagens a seguir demonstram o sítio do Sr. Alfredo, que se constitui num território de ocorrência de sítio produtivo do patrimônio natural ao expressar a dimensão da produção da identidade cultural ribeirinha, da economia com o desenvolvimento de práticas de manejo extrativistas e produção familiar.

Figura 24 - Criação de Animais – Interior do Parque Municipal de Mosqueiro



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 12/07/2021.

Figura 25 - Tanque de Engorda Tradicional de Alevinos e Mudas de Peixes – Parque Ambiental de Mosqueiro, Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 12/07/2021.

Figura 26 - Tanque Escavado de Criação de Peixes no Interior do Parque Ambiental de Mosqueiro, Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 12/07/2021.

As ilustrações revelam que o Sr. Alfredo territorializa a natureza como extensão de sua sobrevivência, criação de laços de afetividade, relações de trabalho, subsistência e fazer cultural, concebendo-a para além de um objeto de consumo e de apropriação cultural, mas como fundamento de demarcação de sua identidade e local de subsistência familiar,

Apesar de criar relações com a natureza baseadas em interações totalizantes que imbricam cultura e natureza, o sítio do sr. Alfredo é sobreposto pela territorialização institucional do Parque Municipal, que acaba limitando sua área de produção e restringindo certos tipos de manejos em seu sítio, a exemplo da retirada de madeira e produção de carvão vegetal. Assim, o patrimônio natural construído e reproduzido para o ilhéu tem sentido utilitário ao garantir a sobrevivência econômica e cultural. Por outro lado, o Parque Municipal sobreposto ao seu sítio impõe contraditoriamente uma ideia de natureza não-mexível.

Constatamos que práticas sócio-espaciais que asseguram a defesa de patrimônios naturais em territórios que se configuram em sítios produtivos no interior e entorno do Parque de Mosqueiro tem a ver com a realização de tarefas que envolvem o manejo do meio físico¹⁶ e a permanência em locais singulares de vivência marcados pela resistência às ações exógena¹⁷, que tendem a constranger e desestruturar territorialidades endógenas¹⁸ que mediam a reprodução da sustentabilidade e da vida. Arruda (1999) considera que as populações locais passam a ser criminalizadas e até penalizadas judicialmente por insistirem em utilizar recursos naturais e se reproduzirem socioculturalmente no interior de limites territoriais definidos e protegidos pelo Estado como unidades de conservação.

Sobre a insistência quanto ao uso de seus antigos territórios sobrepostos com a criação de unidades de conservação, Arruda (1999) reforça que:

Quando as populações resistem e permanecem, suas necessidades de exploração dos recursos naturais inerentes a seu modo de vida e sobrevivência raramente são reconhecidas. Ao invés disso, passa a ocorrer uma “criminalização” dos atos mais corriqueiros e fundamentais para a reprodução sociocultural destas comunidades. A caça, a pesca, a utilização de recursos da floresta para a manufatura de utensílios e equipamentos diversos, a feitura das roças, a criação de galinhas ou porcos, o papagaio na varanda, a lenha para cozinhar e aquecer, a construção de uma nova casa para o filho que se casou, etc., tudo isso é, de uma penada jurídica, transformado em crime e seus praticantes perseguidos e penalizados. Ao mesmo tempo, são instados a proteger e respeitar o meio ambiente, sendo encarados como

¹⁶ Neste caso ele é compreendido como reunião de elementos naturais (solos, florestas e rios), mas que mudam de sentido quando significados e manipulados ao subsidiarem a existência da vida, reprodução cultural e práticas de trabalho. Trata-se da multidimensionalidade da natureza que adquire sentido utilitário, se restringe a elementos naturais, embasa a identidade territorial, faceta da existência humana, etc. Estas multidimensionadas se encontram de forma articulada e conectada, pois não estão separadas no mundo real.

¹⁷ Referem-se as territorialidades realizadas pela Prefeitura Municipal que impõe o impedimento de acesso e restrição quanto ao uso do Parque Municipal.

¹⁸ Estratégias de controle territorial e manejos do meio da natureza que no contexto desta pesquisa são realizadas pelos ilhéus.

os principais responsáveis (e não o modelo urbano-industrial em expansão) pelo futuro da humanidade, corporificado na preservação da área em questão

A perspectiva de Arruda quanto ao impedimento de sociedades tradicionais sobre o uso de seus territórios ancestrais, decorrentes de criação de unidades de conservação, leva-nos ao entendimento de que as áreas protegidas pelo Estado representam uma espécie de volta ao mundo original. Trata-se da ratificação do modo de vida selvagem sem comunidades tradicionais, mas elaboradas para atender as necessidades ambientais de locais distantes, as áreas urbanas.

Verifica-se, ainda, que a natureza é apresentada como reserva de recursos, local de proibição de acesso e uso, reunião de elementos naturais e, quando tratada na perspectiva patrimonial, é divulgada como bem material, ameaçado e que deve ser deixado distante da presença humana.

Sobre o foco do patrimônio na materialidade, Smith (2006) considera que este não pode ser confundido com o espaço físico, por ter uma essência intangível que a cultura o representa como herança. Smith considera que o patrimônio não se restringe a uma “coisa”, um sítio, fragmento espacial ou em objetos culturais expressos em edifícios, monumentos e estilos arquitetônicos de imóveis que supostamente teriam inato valor, pois apesar de serem importantes, não os define, pois o que dá sentido às coisas como patrimônio é o senso de herança e tem relação com o que acontece nos espaços físicos, ou seja, a intangibilidade, a memória, afetividade ou relações sociais de cunho cultural que reportam a afirmação de sua continuidade como prática de domínio territorial. Smith, inclusive, advoga que o Ocidente já reconhece maneiras diversificadas de compreensão do patrimônio para além da materialidade, principalmente as advindas da Ásia e África, citando o caso japonês, marcado pela constante renovação de prédios e estruturas antigas como o cultivo de heranças culturais que devem ser exercitadas.

Sobre esta problemática, Smith (2006, p. 56) argumenta que:

o que é realmente objeto de gerenciamento e conservação/práticas de preservação e com o que visitantes e turistas se envolvem com o patrimônio histórico, são os valores e significados simbolizados ou representados nesses locais de patrimônio ou práticas culturais.

Outro fator importante destacado por Smith e que permite definir o patrimônio pelo critério da intangibilidade tem base na representação do passado como exercício do poder direcionado à defesa de afetos, significados e valores que os sujeitos dão às coisas e aos

processos sociais. Assim, para o autor, o foco do patrimônio não estaria na exaltação de objetos ou realização de práticas socioespaciais como eventos culturais relevantes para os sujeitos, mas na herança como expressão do afeto e necessidade de permanência de determinados sentimentos com relação a certos espaços físicos, paisagens, sítios e objetos, sendo os eventos culturais expressão do passado apropriado, defendido e reelaborado por processos de representação.

Smith (2006) desfoca a representação do patrimônio assentada na materialidade e o identifica como relações sociais amalgamadas em memoriais seletivas que buscam a defesa de certos elementos do passado que dão origem a identidades de grupos. Apesar de Smith preferir a dimensão da materialidade frente à tangibilidade do patrimônio ao concebê-lo como herança negociada, fica a ressalva de que a variável espacial e geográfica ou socioespacial é relevante na definição de patrimônio, principalmente quando analisamos a ativação de patrimônios em ambientes de comunidades tradicionais amazônicas, posto que criam práticas espaciais singulares por e a partir do meio físico, mesmo que este não represente a totalidade do patrimônio natural.

Em comunidades tradicionais amazônicas, as facetas material e imaterial se integram. Verificamos essa integração entre os ilhéus em Mosqueiro, que reproduzem seus cotidianos a partir de dinâmicas inscritas na apropriação e uso da natureza. Essa dinâmica pode ser observada no sítio do pescador de camarão João Santos, de 78 anos, ex-soldado da borracha que fornecia látex para ser beneficiado na Fábrica Bitar (atualmente fechada). Ele é residente e domiciliado na localidade “Rio Tamanduá”, situada “de frente” ao Parque Ambiental, e considera o rio Tamanduá e o camarão como os patrimônios naturais mais importantes do local onde mora, por representarem a base de sustento familiar.

As imagens a seguir revelam atividades econômicas que demarcam multidimensionalidades territoriais em comunidades tradicionais, e cuja dimensão produtiva do território entrelaça-se à dimensão cultural e ao meio natural com a criação de animais (porcos, patos e galinhas) em áreas suspensas. Devido à inundação dos locais pela elevação das águas, estas são práticas territoriais comuns nas localidades Rio Murubira e Tamanduá (ver imagens a seguir).

Figura 27 - Criação de Porcos às Margens do Rio Tamanduá, Mosqueiro-Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 12/07/2021.

Figura 28 - Moradia Ribeirinha e a Organização de “Quintais Produtivos” - Rio Tamanduá – Mosqueiro-Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 12/07/2021.

As imagens anteriormente ilustradas indicam que o Sr. João Santos, ilhéu ribeirinho, morador da localidade Tamanduá, adaptou a produção familiar conforme as características físicas do local em que reside, desenvolvendo a criação de animais, guarda de objetos de trabalho, estruturas em madeira que favorecem deslocamentos internos, embarcações e construções de habitação. Seus anexos configuram formas e processos espaciais singulares inscritos nos atos de existir e representam símbolos, signos e estilos culturais e arquitetônicos

territorializados, projetados, comunicados, que formatam identidades locais, além de ratificarem estilos de manejos que não separam o meio natural do social.

Estas atividades contribuem para tornarem o interior e entorno de locais de moradias de ilhéus territórios de patrimônios configurados como sítios produtivos de múltiplas dimensões. Trata-se de uma estratégia de complemento de alimentação e geração de renda familiar. Dessa forma, territorialidades de comunidades tradicionais relacionadas à apropriação, uso e controle da natureza como patrimônio natural frequentemente distorcem, se opõem e resistem àquelas que têm origem em projetos de espetacularização, petrificação da realidade e de objetos constituídos como projeções de imagens do patrimônio como lógica da sociedade de consumo, pois não distinguem sociedade e natureza e estão vinculadas à existência, à sobrevivência e ao uso de recursos como dinâmicas entrelaçadas à permanência da vida, ao ato de existir, ao cotidiano, ao tato, ao contato, às memórias e à reprodução do poder e luta pelo direito de se reproduzirem como expressões de defesas territoriais patrimoniais subalternas.

As territorialidades de ilhéus de Mosqueiro surgem de ebulições sociais, de sujeitos insurgentes empobrecidos, invisibilizados e subalternizados pela ordem urbano-consumista e de patrimonializações que menosprezam os fazeres patrimoniais como práticas sócio-espaciais envoltas em relações de poder que emergem de grupos periféricos. Para Costa (2017), referem-se a coletividades empobrecidas de áreas rurais e urbanas, que vivem às margens dos Estados, sofrem opressões socioeconômicas e não possuem seus patrimônios reconhecidos.

Territorialidades de comunidades tradicionais extrativistas constituídas por práticas sócio-espaciais que contestam ordens patrimoniais territoriais que se impõe como expressão da razão instrumental da ciência moderna podem ser consideradas como subalternas e dissidentes, pois se inserem como práxis inscritas em racionalidades territoriais ancestrais que asseguram a proteção e integração da natureza, no contexto fomentador de crise da ciência moderna.

Para Santos (2009), a crise do paradigma científico dominante nasce de seu próprio desenvolvimento em que são observadas fissuras, fronteiras e trincas na ciência oficial que podem ser absorvidas e redesenhadas pelas novas perspectivas epistêmicas. Santos aponta que o primeiro golpe dado no paradigma científico dominante aconteceu com Einstein no desenvolvimento da física quântica, ao demonstrar que a velocidade de acontecimentos distantes não poderia ser demonstrada, sendo somente definida enquanto probabilidade, o que impôs a reformulação da noção de espaço e tempo absolutos advinda do pensamento

cartesiano e passaram a ser compreendidos de forma relativa quando constatou-se que o sujeito, ao medir o deslocamento de um objeto, alteraria sua composição, logo sucumbiria à ideia de que o conhecimento seria atingido com o desmembramento e isolamento das partes para se atingir e conhecer a verdade totalizante universal.

Este processo revelou que a medição de deslocamento de um objeto só poderia ser entendida pela interferência que o sujeito estabeleceria na realidade. Ou seja, a realidade, a matéria e os processos naturais só teriam valor quando significados e manipulados pelos sujeitos.

Santos (2009) também afirma que o naturalismo, a obviedade e a seletividade do rigor da matemática deveriam ser questionadas, por subalternizarem outros tipos de rigores, e que a crise do paradigma atual diz respeito a avanços na construção de paradigmas que questionam a imutabilidade do mundo fenomênico, sendo importante a consideração da instabilidade e movimentação de toda matéria.

Sobre esta relação, Santos (2009, p. 70-71) considera que:

em vez da eternidade, temos a história; em vez do determinismo, a imprevisibilidade; em vez do mecanicismo, a interpenetração, a espontaneidade e auto-regulação, em vez da reversibilidade, a irreversibilidade e evolução; em vez da ordem a desordem; em vez da necessidade, a criatividade e o acidente.

O novo paradigma que se anuncia é denominado por Santos (2009) como *um conhecimento prudente para uma vida decente*, e tem apoio nas representações inacabadas da modernidade e sua essência, pois mesmo surgindo da primeira, não se assenta na sua continuidade. Santos argumenta que a regulação da comunidade - a mais afetada e propositalmente subordinada -, o Estado e o mercado formam a representação inacabada do mundo moderno. Para este, a comunidade, por ser submetida a uma zona de esquecimento e invisibilização constante decorrente da razão instrumental reguladora da ciência, fortaleceu os traços de integração, participação e solidariedade, apesar de afetada pelo neoliberalismo com o Estado do Bem Estar Social. Para ele, o conhecimento-regulação - expresso no colonialismo - vem sendo fragilizado pelo conhecimento-emancipação e prático sensível.

Santos (2009) nos mostra que a ciência moderna tem cunho monocultural ao privilegiar os modos de vida e valores das sociedades urbano-industriais capitalistas mais desenvolvidas que fazem valer seus interesses por discursos metanarrativos universais, dissociados de espaços e tempos diversos.

Reforçando a crítica à ciência moderna, Capra (2006) considera que a Física Clássica está afetada pela nova maneira de se conceber a ciência e a natureza com a práxis holística, organicista e ecologista, em que a visão de universo como máquina facilmente fragmentada passa a ser superada pela noção de que ele é indivisível, dinâmico e cósmico.

A Nova Física, para Capra, revela: o princípio da *incerteza*, pois quanto mais enfatizamos um aspecto, mais ele se torna impreciso, e conseqüentemente flexibiliza o rigor da precisão matemática; a *complementaridade*, indicando que a imagem de um objeto não é a completude do mesmo, por ser sempre parcial-inacabado, necessitando de outras variáveis para “completar” seu sentido; a *probabilidade*, que aponta a tendência de o fenômeno acontecer sem repetição precisa e imutável (uma partícula submetida ao movimento mostra-se em ondas); e a *não previsibilidade* da matéria, que evidencia a *totalidade* e que o mundo não está decomposto em partes isoladas e independentes, mas movidos por conexões.

Apesar de discordarmos da perspectiva sistêmica de Capra enquanto estágio de mundo e natureza ideal, fica a ressalva que seus apontamentos expõem as fissuras da Física Clássica e os avanços epistêmicos da Física Quântica, cujas orientações vão influenciar as Ciências Sociais e Humanas e reforçar a crítica ao mundo moderno regido pela episteme cartesiana. Torna-se ponto positivo os esforços científicos que ajudam a relativizar a concepção secular de ciência que outorga uma única forma de se conceber a natureza como objeto de investigação divisível e separado do universo humano.

No que tange ao patrimônio, as reflexões de Capra permitem a crítica à ideia de patrimônio cultural e natural como objeto material isolado do todo socioespacial. Ele entende que a perspectiva cósmica ou espiritual em contextos de comunidades extrativistas e ribeirinhas deve ser considerada, por ser a expressão de como os sujeitos concebem a natureza. Ele também afirma que na natureza tudo está em constante movimento e integração quando se concebe que “na física atômica não pode mais ser mantida a nítida divisão cartesiana entre matéria e mente, entre o observado e o observador. Nunca podemos falar da natureza sem, ao mesmo tempo, falarmos sobre nós mesmos (CAPRA, 2006. p. 84). Por isso, enfatizamos que a compreensão do patrimônio como natureza matéria-inerte e como passado e sem ser afetado pelo movimento contraditório do espaço-tempo, é incoerente.

Para Lefebvre (1991), a contestação do paradigma dominante ocorre quando problematizamos a ciência a partir da noção de que esta se insere num campo de disputas teóricas marcadas pela hegemonia do conhecimento científico frente a outras expressões de conhecimentos, cuja especificidade é caracterizada pela ideologização de sua ação ao

representar a análise social a partir de abstrações e modelos direcionados ao entendimento de uma realidade distorcida. Para ele:

Repetimos uma ciência “pura”, distanciada prudentemente em relação à ação, não é mais uma ciência verdadeira, mesmo sendo exata. A epistemologia “pura” e a conclusão rigorosa diante do assalto dos problemas reais. Esse esforço, ou essa pregação, cobre outra coisa: um “operacionismo” que reparte os problemas e a pesquisa das soluções à sua maneira, segundo perspectivas e interesses que não se formulam a fim de evitar protestos e contestações (LEFEBVRE, 1991. p. 78).

Assim, para Lefebvre, antes do racionalismo do mundo moderno, a forma urbana comungava com o cotidiano pautado na valorização do profano, do mítico e do sagrado, mas com a dessacralização do território e das formas, o espaço tornou-se folclore ao ser submetido à razão e a racionalidade urbanas, tendo a forma espacial urbana um aspecto rígido e desvinculado da forma social, espelhando o produto de um projeto científico, político e econômico dominante que torna a cidade “um marco zero”, ou seja, projeto que age retirando os sentidos diversos que a cidade possui em nome de subprojetos, incessantes, abertos e que levam aos desejos, aspirações e subsunções de práticas de consumo que nunca encerram.

Sobre esta relação, Lefebvre (1991. p. 190) considera que:

O espaço puro (formal) define o mundo do terror. Se invertermos a proposição, ela conservará o seu sentido: o terror define um espaço puro, formal: o seu espaço, o espaço do seu poder e dos seus poderes. O tempo foi evacuado desse espaço homogêneo. A escrita que o determina caçou a palavra e o desejo. Nesse espaço literal, separado do ato, da presença, da palavra, os atores ditos humanos, assim como as coisas, se classificam, se organizam, se colocam em estantes, em gavetas.

Na perspectiva lefebvreana, quando as formas mentais e sociais são analisadas de maneira crítica, tendo como referência as contradições, são permitidas superações das concepções de que as formas não existem em estado puro e sem conteúdo que lhes deem sentido, não havendo reflexões sem conteúdos ou pensamentos sem objetos, ou seja: “A forma ‘pura’ se torna operatória, como meio de classificação e de ação. Contudo, ela não pode existir assim. Na medida em que é forma, não passa de uma abstração” (LEFEBVRE, 1991. p. 191).

Sobre a relativização da pureza da forma, Lefebvre (1991. p. 194) considera que:

A pureza da forma se junta à do não-existente. A análise crítica tem, portanto, como função mostrar a existência social do que não tem existência exterior e “substancial”. Resulta daí que as formas dependem da consciência social, mesmo agindo sobre ela.

A ciência e a forma (seja o pensamento lógico ou a forma urbana) para Lefebvre podem embasar a crítica à reprodução do mundo moderno que opera pela ideologização da urbanização e industrialização em que o espaço é produto da concepção reprodutiva modelística do capitalismo, levando à racionalização e à mercantilização das formas e do consumo.

A partir do pensamento de Lefebvre, podemos dizer que a cultura, quando tratada como patrimônio hierarquicamente instituído, se configura como um *álibi* inserido na *lógica pura*, um movimento ou um campo que serve à estratégia de reprodução e realização territorial do patrimônio enquanto expressão de poder, mas que pode ser revertido quando consideramos o patrimônio natural pensado pela crítica e crise paradigmática que conclamam a volta ao senso comum, ao pensamento comunitário. Assim, a natureza usada surge de práticas espaciais envoltas em relações de poder e sem reforçar a alienação espaço-patrimonial. O patrimônio natural é uma representação cultural por ser originária da práxis territorial humana, mas seu sentido é sempre local, difuso, histórico e espacialmente situado e não limitado à simples proteção da natureza natural, posto que seu sentido e essência emana de contradições socioterritoriais.

Lefebvre esclarece que a natureza vem sendo ideologizada e tem sido utilizada como meio de reprodução do espaço capitalista na cidade e no campo. Este processo se reproduz no campo do patrimônio quando ela passa a ser objeto de espetacularização e comercializada como meio de realização da economia turística do patrimônio, como local de promoção do lazer e visitação, buscando a amenização do modo de vida estressante do dia-a-dia da cidade, do trabalho e da falta de tempo para descanso.

Dessa forma, as reflexões de Lefebvre (1991) nos deram subsídios para tecermos análises referentes ao processo de incorporação de uma parte não urbanizada de Mosqueiro como projeção de um objeto destinado ao consumo capitalista da natureza e constatamos que o meio rural da ilha se constituiu como local com potencial de turistificação centrada no aproveitamento da natureza, como meio de realização do comércio patrimonial.

Aliás, a reprodução do espaço do patrimônio em contextos de comunidades tradicionais amazônicas acontece com a incorporação de sujeitos e seus territórios como “áreas naturais” representadas como ícones de primitivismo, de volta ao mundo natural, de

fuga do urbano e como retorno ao bem viver. Estas justificativas explicam a criação de unidades de conservação e de áreas naturais como locais destinados à contemplação e ao lazer. Porém, invisibilizam sujeitos e comunidades que habitam no interior de tais áreas, especialmente suas territorialidades estruturadas na apropriação e uso da natureza como extensão de suas vidas.

Apesar da lógica patrimonial dominante prezar pela representação da natureza como um meio exterior ao meio social e reforçar a separação inscrita na relação sociedade-natureza, no contexto de comunidades tradicionais amazônica esta relação adquire novas nuances, mudando completamente de sentido, pois a natureza é projetada e internalizada como uma dimensão funcional da vida, de práticas de trabalho e socialização cultural.

A partir do exposto, compreendemos que a relação sociedade e natureza para as comunidades investigadas, mesmo estando inseridas na dinâmica de turistificação do patrimônio natural com a implementação do Parque Ambiental pela Prefeitura de Belém, baseia-se na integração entre ambas, sem hierarquizações e projeções abstratas do espaço como reunião de elementos naturais belos e excepcionais em que os sujeitos teriam a função mostrá-los como locais exóticos, primitivos e conservados.

A ordem territorial patrimonial que se impõe como Parque Ambiental em Mosqueiro é contestada por ilhéus ao revelar uma dinâmica de reprodução do espaço segregadora, menosprezando territórios multifuncionais e multidimensionais ribeirinhos. A territorialidade da Prefeitura inscrita na imposição do parque Ambiental de Mosqueiro como local de valor excepcional a ser utilizado pela economia do turismo acaba por tratar a natureza como realidade aparente, desvinculada da totalidade socioespacial e de territorialidades culturais de ilhéus.

Por fim, no contexto da parte não urbana de Mosqueiro, a harmonização espiritual e cotidiana que envolvia a reprodução secular de práticas socioespaciais de ilhéus, fundamentadas na integração e uso utilitário racional e ancestral da natureza, foram rompidas com um evento externo identificado na implantação do Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro como local de existência da natureza, como patrimônio natural de Belém e por ser implementado no interior de sítios de ilhéus. O desdobramento deste processo será analisado no próximo tópico.

4.2 - CONFLITOS E TENSÕES TERRITORIAIS NO CONTEXTO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE MOSQUEIRO

A criação de unidades de conservação em contextos de comunidades tradicionais extrativistas amazônicas frequentemente resulta no acirramento ou emergência de conflitos espaciais. No contexto do patrimônio natural, esta problemática acontece por divergências quanto à multiplicidade de concepções e usos da natureza como patrimônio natural, em que o Estado a representa como bem a ser conservado para espetacularização turística ou preservado como bem intocável. Para as comunidades tradicionais, o patrimônio natural só tem sentido pensado como natureza que determina fazeres culturais, identidades, trabalhos e práticas sócio-espaciais cotidianos.

Pois bem, as unidades de conservação, especialmente os parques ambientais em escala internacional e nacional, têm sido utilizadas como um dos principais instrumentos de ordenamento territorial e promoção do turismo sustentado ecologicamente. Trata-se de uma demanda global de luta e defesa do ambiente, de organização social e expansão do mercado que engloba natureza, patrimônio e turismo.

No Brasil, o processo de criação de unidades de conservação historicamente foi gestado por uma racionalidade científica, técnica e ambiental assentada em dois eixos principais de proteção da natureza: a preservação e a conservação. Este fato tem gerado muitas controvérsias e conflitos, por ignorar territórios e territorialidades de comunidades locais e tradicionais.

De acordo com Vargas (2007), a literatura demonstra uma polarização de debates sobre o termo conflito que se assenta na perspectiva *objetivista*, indicando situações de cunho político-social e da estrutura da sociedade. Já a visão *subjetivista* decorre de percepções divergentes entre as partes envolvidas. Para Vargas, tais polarizações adquirem conotações espaciais, revelam tensões que envolvem estratégias de controle e uso de certos locais e se relacionam a projetos que evocam disparidades socioeconômicas, relações de poder e múltiplas representações de territórios.

O termo conflito, no campo da geografia ambiental, tem se apresentado recorrentemente por designar divergências quanto à forma de representação, apropriação e uso da natureza. O conflito na perspectiva espacial nasce quando indivíduos, coletividades, instituições, entre outros, exercem territorialidades contraditórias visando à posse de determinados recursos.

No campo territorial o conflito está atrelado à política, economia e epistemologia científica conforme discute Acsegrad (2014), por decorrer de um produtivismo mundial

capitalista ligado a um projeto político-econômico que impõe o desenvolvimento como estratégia de prosperidade e exploração de recursos naturais. Contudo, Acselrad acrescenta que esta noção é fortemente rechaçada por sujeitos afetados e agentes sociais, ao criarem movimentos contestatórios centrados em práxis subversivas, principalmente por defenderem a exploração de territórios sem o “belicismo”, tecnocracia e administração e se posicionarem contra as típicas racionalidades instrumentais, científicas e tecnológicas.

Conflitos podem surgir a partir de diversas perspectivas, seja pela ação de uma ordem territorial externa, que se impõe em uma fração espacial ou território, ou pela dissidência endógena de certos grupos num plano territorial específico. Contudo, é comum a desestruturação espacial advinda da imposição de ordens exógenas. Este processo pode resultar em reestruturações territoriais com ou sem mudanças de conteúdos (formas) e sentidos (funções) de determinados territórios.

Assim, por mais que o Estado tente capturar dinâmicas socioespaciais locais e criar modelos espaciais de proteção da natureza, o que se verifica é que há emergência de grupos subalternos que lutam contra as ordens impostas pelas territorialidades hegemônicas, a outorgação de “próteses territoriais”, a continuidade de desflorestamentos e a perda da biodiversidade e, em muitos casos, resulta no aumento expressivo de situações de vulnerabilidade socioambiental, sobretudo de territórios dos povos tradicionais (BRASIL, 2014).

Becker (2010) enfatiza que o conflito que envolve a reprodução do poder numa malha territorial é processo inerente à reprodução social. Para esta, o conflito é gerado quando grupos agem numa mesma base territorial, criando diferentes perspectivas de uso e concepções de território, em que uma ação se torna dominante e quando:

a malha territorial vivida é uma manifestação das relações de poder, da oposição do local ao universal, dos conflitos entre a malha concreta e a malha abstrata, concebida e imposta pelos poderes hegemônicos (BECKER, 2010, p. 20).

Para Pimentel (2018), o conflito na perspectiva espacial pode ocorrer quando um determinado grupo exerce territorialidade se apropriando de recursos naturais disponíveis e manifestando relações de poder de forma material, imaterial e simbólica, afetando territorialidades de outros grupos numa determinada área.

Portanto, há um consenso universal que parte de instituições que tratam da proteção do patrimônio e da natureza, de que as unidades de conservação de proteção integral devem restringir a presença humana e que os recursos naturais disponíveis devam ser preferencialmente utilizados para a realização do turismo. Assim, a natureza é definida como patrimônio natural ou *natureza naturans* (natureza dada, inata e pré-existente) e de significativo valor ou *natura naturata* (natureza criada), decorrente do uso humano, mas que tem função utilitária. Neste meio termo, as comunidades tradicionais passam a ser ignoradas.

É importante ressaltar que conflitos espaciais em unidades de conservação surgem de territorialidades que se dissidem quanto à projeção, representação e uso da natureza como recurso natural, expressão cultural e como patrimônio natural. Quanto ao patrimônio, percebe-se que, de um lado, este é praticado, usado e manipulado cotidianamente por sujeitos que vivem em comunidades tradicionais, mas quando projetado, apartado da sociedade ou como objeto turístico, serve à política da conservação e preservação.

O patrimônio natural pensado como matéria natural e massa frágil composta pela biodiversidade, florestas, águas e terras (recursos naturais, em geral), formado pela estrutura morfológica e física da natureza, tem sido utilizado como objeto de espetacularização com fins turísticos e atende demandas ambientais internacionais e nacionais governamentais de proteção da natureza. Contudo, quando praticado pelo trabalho e não trabalho¹⁹ endogenamente edificados, deixa de ser natural, passando a ser reproduzido como práticas sócio-espaciais reguladas por relações de poder, variando de sentido conforme locais de vivências de sujeitos, mesmo que seja pertencente a uma realidade socioespacial indivisível.

O ensinamento de Santos (1997) demonstra que o presente só pode ser compreendido a partir do entendimento do passado e o espaço do passado só pode ser reconhecido a partir de relações sociais que ocorrem no espaço presente. Para este, o fundamento que permite a compreensão de como diferentes tempos produtivos são materializados no espaço advém da consideração da história espacial, pelo fato de o sistema espacial ser uma totalidade construída por subsistemas sociais (natureza, economia, política, ideologia etc.) que se reproduzem sucessivamente em frações espaciais que vão sendo acumuladas nas formas espaciais pré-existentes. Este é um importante princípio espacial menosprezado quando se

¹⁹ Para Lefebvre, o não trabalho constitui-se como ato de reprodução do lazer, cotidiano, habitar e viver que são constrangidos e subsumidos pelas expressões da ideologia de consumo e de repetições diárias organizadas pela racionalidade imposta pelo mundo moderno.

implementam unidades de conservação, especialmente na Amazônia, quando sociedades são pensadas sem história espacial.

Conflitos socioespaciais são comuns na Amazônia em decorrência do processo de integração da região ao restante do país e sua inserção à economia globalizada. Buscando mitigar os impactos desse processo, o Estado utiliza-se de diversas estratégias, uma delas é a criação de unidades de conservação. As unidades de conservação fazem parte de uma rede de poder inscrita no controle e proteção da natureza como recurso estratégico e periféricamente como patrimônio natural.

A imposição de objetos espaciais (parques ambientais e outros instrumentos de proteção da natureza) emanados do urbano orienta o ordenamento espacial destinado à proteção da natureza e acaba por constituir-se num fator territorial exógeno a espacialidades de comunidades tradicionais, por provocar a sobreposição de seus territórios e resulta e/ou intensifica conflitos, pois muitas comunidades são surpreendidas por projetos de proteção ambiental - impostos de forma hierárquica que desestabilizam suas territorialidades assentadas no manejo da natureza como patrimônio natural -, exercidos como práticas espaciais não identificadas com a ideologia que define a natureza como patrimônio natural a partir da reunião de elementos da fauna, flora e recursos minerais de inato valor.

É dentro desta lógica que se observa que a territorialidade da Prefeitura de Belém na parte não urbana de Mosqueiro efetivada com a criação e gestão do Parque Ambiental. Como patrimônio natural, resulta em conflitos socioespaciais, por limitar o consumo tradicional da natureza, impondo uma forma de manejo direcionada ao turismo ecológico.

Conflitos espaciais ocorreram quando a Prefeitura de Belém realizou a retirada de moradores da área que corresponderia ao Parque Ambiental. Constatou-se no relato do Sr. Alfredo (único morador do Parque) que houve um conflito espacial assemelhado ao que Diegues (1996) denominou de natureza intocada, pois o ilhéu argumentou que:

Eu já falei, teve umas reuniões aí que a gente faz parte de uma Associação, nossa aqui, aí teve umas coisas que o pessoal queria. Aí teve um lá que veio representando a SEMMA e disse que tinha que tirar o morador (*referindo-se a ele mesmo*), aí o rapaz que é nosso presidente se “espoletou” lá e disse: tu vás tirar ele daqui pra ir pra onde? Tu tens um lugar pra botar ele? Esse homem nasceu e se criou e criou os três filhos dele, tem filha com trinta e poucos anos! Eu tô aqui desde os 20 anos. Tava com 20 anos quando eu morava aqui mais em cima (*indicando um lugar mais a frente*), aí quando eu me juntei com ela ali, aí desde daqui (*desse período*) a gente veio prá cá! Ela morava. Ela morava daí (*apontou para um certo local*). Eu tenho filha de trinta e poucos anos. Eu vim pra cá com 20 anos. Aí moro aqui desde esse tempo! Era só um dia cozinho para fazer uma barraquinha, aí fui fazendo! Agora já melhorou bastante! As minhas filhas estão tudo bem! Aí foi que ele

falou, agora tu vais tirar ele daqui pra botar aonde? Ah, porque tem casa não sei onde. Casa, não sei onde que dão “Minha Casa Minha Vida”, tu vai tirar ele daqui para ele morrer lá no meio dos bandidos porque ele vive de pesca, lá tem emprego? O que é que ele vai fazer lá? Vai se juntar com um monte de assassinos que tem lá dentro. Aí foi maior discussão lá! Aí o cara pegou e se calou porque todo mundo saiu contra!... Aí desde disso aí, o cara foi, porque já veio técnico, tudo! E os outros nunca se importaram com nada! Eu trabalhei muito anos lá! Eu também sei como é que é a situação. Esse “um” (*técnico da SEMMA – grifo nosso*), novato, tá trabalhando lá, aí veio e disse que tinha que tirar o morador da área do Parque. Olha, geralmente não tem morador na área do parque, mas aí ele não é morador da área do Parque, porque geralmente, quando foi fundado o Parque aí, ele já morava aí há anos (*referindo-se a si mesmo!*) já tinha uma vida aqui! Então se o pessoal não mexeu com ele, então porque tu vais mexer com ele agora! Foi a maior confusão lá, aí ele não veio mais aí porque o rapaz proibiu e disse não quero mais (*referindo-se ao líder da Associação de Moradores*)(Entrevista com o Sr. Alfredo. Em: 12/07/2021).

O ilhéu também relata que no processo de demarcação do Parque Municipal pela CODEM foi constatada a existência de um morador que criava gado no interior da área onde seria institucionalizado o Parque Ambiental, resultando novamente em conflitos espaciais. Segundo o ilhéu, o antigo morador foi obrigado a retirar-se do local. O Sr. Alfredo relatou que:

A CODEM veio para demarcar a área para ver se tinha gente dentro. Só tinha um rapaz lá na terra-firme, pro lado de lá, o “Poeirão” que é o fim do Parque e tinha uns gados lá, aí eles então cercaram. Aí foi uma brigazinha que tiveram como ele, mas foi resolvido! Depois ele cedeu a área, aí pronto, foi a única coisa (*evidenciou que foi o único problema*), mas só que agora eu acho que até recuperou a vegetação lá onde ele limpou que tinha uns gados (Entrevista com o Sr. Alfredo. Em: 12/07/2021).

No relato do Sr. Alfredo fica evidente que a territorialidade da Prefeitura de Belém com a institucionalização do Parque Municipal resultou em conflitos por ignorar a presença de moradores tradicionais e sujeitos que produziam para subsistência. Esta relação tem amparo nas análises Bourdieu (2001) ao enfatizar que territorialidades são projetados a partir da coexistência de um campo conflituoso de exercício do poder.

O relato do ilhéu também tem amparo nas análises territoriais de Raffestin (1993), que discorre sobre a constituição de territórios e territorialidades por simetrias e dissimetrias territoriais, pois a saída do ilhéu da área que se constituiria no Parque significou a subsunção a uma territorialidade externa e dominante, juridicamente amparada nas leis e no poder burocrático da administração Estatal, ou seja, o discurso exercido pelo poder municipal que enfatizava a necessidade de preservação ambiental implicou na perda de recursos,

informações acumuladas sobre a área e não possibilidade de comunicação da relação dissimétrica imposta nesta relação por parte de ilhéus. Ou seja, a instituição do Parque Ambiental Municipal reverberou na “limpeza social da área”, na restrição de acesso e uso de recursos e determinou o uso do patrimônio natural pela vocação turística.

A valorização da cultura turística para a promoção do Parque Ambiental e a subsunção territorial na qual os ilhéus foram submetidos criou um quadro de conflito e tensões territoriais. A relação assimetria e dissimetria no processo de apropriação e controle do patrimônio natural é evidenciada no discurso do ilhéu Santana, que é um pescador de 48 anos habitante da localidade “Rio Murubira” que, ao ser perguntado sobre como os moradores protegiam a natureza e quais problemas territoriais e ambientais eram evidentes no local onde morava, respondeu: “Não! Aqui a gente procura manter tudo que preserve a natureza, entendeu?... É só esse em termos de pescaria” (Santana, 30/07/2021). Ele refere-se ao fato de não poder pescar nas margens que contornam o Parque Ambiental.

O ilhéu citado acima interpretou a existência de um problema territorial com o impedimento de pescar às margens e interior do Parque Ambiental. Por outro lado, a Sra. Heloisa Trindade Marques, que é moradora da localidade “Rio Murubira”, relata que uma parte das terras onde existe atualmente o Parque pertencia à sua mãe, pois sua genitora residia no local há dezenas de anos, mas a situação não repercutiu em reconhecimento pela Prefeitura de Belém, por não ser ressarcida com indenização:

Porque esse parque aí já é coisa da FUNVERDE, porque antes de ter ele, essa coisa de parque aí, era da família de minha mãe que morava aí! Bem dizer, que vinha ser nosso o terreno, mas aí abandonaram, aí a FUNVERDE tomou conta! (Entrevista com a Sra. Heloisa – Rio Murubira. Em: 30/07/2021).

A situação relatada pela ribeirinha evidencia o frágil contexto de reconhecimento de propriedade de terras de comunidades tradicionais na Amazônia, principalmente em áreas de interesse do poder público e do capital privado, em que territorialidades tidas como exógenas deslegitimam possessões territoriais baseadas em critérios de ancestralidade. Para Acserald (2014), o processo de modernização da América Latina, baseado no cientificismo produtivista que lança mão da noção de “neodesenvolvimento ecológico”, tem negado direitos de manifestação de culturas e saberes de povos subalternizados em locais onde reproduzem suas cotidianidades e sofrem os efeitos perversos de demandas da economia de mercado, à medida que:

Uma para-ciência etnocêntrica dos impactos é, por seu turno, acionada sistematicamente, desconsiderando a presença de povos e comunidades

tradicionais no território, levando em conta apenas as relações formais de propriedade da terra, ignorando áreas de uso comum e o pluralismo jurídico vigente, notadamente, nas áreas de fronteira de expansão do mercado e do capital (ACSERALD, 2014, p. 98).

Acserald destaca a expansão do perverso processo de ocupação de novas fronteiras como dinâmica desarticuladora de territorialidades de territórios de comunidades tradicionais. Esta para-ciência tem suas bases no pensamento Positivista ao separar sujeito e objeto, cuja relação apoia a separação entre sociedade-natureza e propõe os modelos ambientais da conservação e conservação como ícones de desenvolvimento de um capitalismo, dócil e preocupado com as questões ambientais, mas acaba sendo danoso às comunidades tradicionais que perdem suas ancestrais terras por falta de registro jurídico e apoio do Estado.

Para Silva Pimentel (2016), a sociedade urbano-industrial comumente concebe as unidades de conservação como territórios que possuem valor de mercado e a natureza é imaginada como recurso e objeto separado do homem; porém, para as comunidades tradicionais, ocorre o inverso desta relação, à medida que não concebem uma área ambiental restrita à exploração econômica.

Sobre esta problemática, Silva Pimentel (2016, p. 229) considera que:

a percepção do território se faz numa perspectiva integrada, considerando a dimensão social, política, econômica e cultural, nas quais identidades e valores simbólicos e afetivos constituem seu território.

Segundo a autora, são comuns sobreposições territoriais em áreas de unidades de conservação, pois sujeitos locais constroem seus territórios e territorialidades de forma dissonante da perspectiva territorial oficial e criam atividades produtivas múltiplas, socialização cultural e identitária variadas e apreço à memória coletiva e resistência política, mesmo que subalterna.

A discussão elaborada por Pimentel acaba por referenciar nossas análises acerca dos conflitos territoriais decorrentes da institucionalização do Parque Municipal de Mosqueiro, ao verificarmos que a área protegida tornou-se objeto artificial ao “guardar” uma mostra da natureza local como bem inviolável, excepcional, de paisagens raras e patrimônio natural a ser mantido sem o contato humano e proibindo o uso da natureza pelas comunidades tradicionais que habitavam seu interior e entorno.

De acordo com Paulo Porto - que atua como técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém (SEMMA) -, a ação da Prefeitura que resultou na criação do Parque Municipal foi importante, porque deteve parte da expansão urbana desordenada da ilha de Mosqueiro, pois estava sendo constante o lançamento de campanhas imobiliárias que visavam atrair moradores para um importante corredor de turismo, banho e fronteira de moradia da capital paraense. Para Paulo Porto:

O parque é uma área de pressão muito grande e a gente tem ele criado... foi criado por lei, por conta de uma pressão antiga em 1990, na década de 90, da construção de um condomínio que vinha da estrada do aeroporto, dos primeiros limites do parque, até na beira do rio do Cajueiro com o Murubira, e que na época o prefeito Hélio Gueiros, fez uma lei e cercou o parque, mesmo assim a gente tem algum, os limites dele foram refeitos várias vezes. A gente tem a ideia, a prefeitura tem a ideia de manter aquilo ali, mas a gente sabe que a pressão é muito grande e ali é uma unidade de conservação criada já por lei, é difícil que ela seja invadida, mas a gente tem alguns problemas de pessoas invadindo, tirando madeira, fazendo caça ilegal lá, a nossa grande preocupação é essa (Entrevista com Paulo Porto, junho de 2021).

O relato do Sr. Paulo Porto evidencia a preocupação da Prefeitura de Belém em conter a expansão urbana desordenada numa importante área ambiental de Mosqueiro. O Técnico municipal também relata preocupação com o constante acesso de visitantes no interior do Parque, o que poderia resultar em degradações ambientais. Paulo Porto enfatizou a necessidade de criação do Parque Ambiental devido à venda de um loteamento imobiliário num local de áreas verdes da ilha:

O fator primordial foi que houve um loteamento chamado Paquetá 1, Paquetá 2 e Paquetá 3 que ia ser vendido, começou a ser vendido pela população, né? Seria um loteamento que ia por trás do limite do parque, por trás da estrada do Aeroporto até a beira do Murubira, junto com aquela fazenda rio Murubira que tem lá também que faz limite um pouco com o parque, que tem uma certa distância. Então, na verdade porque iam desmatar uma área muito grande, sem um trabalho de saneamento pra aquilo ali, iam acabar matando os rios, né? Então por essa pressão desse loteamento que o prefeito fez uma lei pra que aquilo fosse uma área de proteção ambiental, um parque municipal da ilha de Mosqueiro. Foi basicamente por conta disso que ele foi criado, para também frear essa ocupação desordenada que estava sendo no Mosqueiro, né? Então você viu que já tinha populações tradicionais na ilha já, você já viajou por Caruarú, Mari-Mari, essas comunidades são comunidades tradicionais que já existiam ali! E ali como era uma área próxima ao meio urbano não tinha ainda uma ocupação dentro dessa área que são 190 hectares do parque (Entrevista com o Sr. Paulo Porto. Em: 14/07/2021).

É preciso ressaltar que, conforme descreve Paulo Porto, a territorialidade da Prefeitura Municipal de Belém na parte não urbanizada de Mosqueiro, que culminou com a institucionalização do Parque Municipal, tornou-se válida ao conter o crescimento urbano desordenado de parte da ilha. Contudo, se mostra contraditória ao menosprezar territórios e territorialidades de comunidades locais tradicionais, inclusive proibindo o uso de quintais e sítios ancestrais que foram territorialmente sobrepostos.

Outro conflito espaço-ambiental é narrado pela Sra. Heloísa Trindade, ao evidenciar a insatisfação quanto à proibição de manejo de recursos naturais no interior do Parque Ambiental de Mosqueiro alegando que a área tinha a função de um quintal:

É que antigamente, né?, podia tá no outro canto (*fez referência ao Parque*) para apanhar açaí, agora já não pode, só pode apanhar da gente mesmo, não pode invadir mais, desse outro lado aí (*seu sítio fica em frente ao Parque*) a gente não pode apanhar açaí porque o vizinho ali já tomou conta de tudinho já (*referindo-se ao “fiscal” e único morador que reside no interior do Parque*),... é ele que toma conta de tudo isso aí. Isso é ruim, porque a gente não pode apanhar, a gente não pode mexer, porque ele diz que é dele, né? E como é que uma pessoa vai coisar (*tomar conta de tudo*), por exemplo assim, lá da casa dele a área tudinho, acho que tá errado isso, né? (Entrevista com o Sr. Heloisa. Em: 30/07/2021).

A Senhora Heloisa demonstra indignação por não poder usar uma área natural “de frente” do local de sua moradia, relatando que a base de seu sustento familiar se sustenta na extração do camarão e coleta de frutos. A imagem a seguir destaca a cisão de “territórios da extração do camarão” nas margens situadas em frente da residência da Sra. Heloisa e em frente ao Parque, ou seja, um território usado e outro impedido oficialmente de ser usado.

Figura 29 - “Território Fragmentado da Pesca do Camarão” de *Fronte* ao Parque e em Frente à Residência Ribeirinha – Rio Murubira, Mosqueiro-Pa



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 30/07/2021.

Ao ter seu território cindido pela implantação do Parque Ambiental de Mosqueiro, que dividiu seu sítio como local de memória de seus antepassados e área de realização de tarefas cotidianas vinculadas ao trabalho e subsistência, a Sra. Heloísa acaba por posicionar-se politicamente contrária à existência do mesmo como local que restringe acesso aos moradores locais. Fica evidente que a imposição do Parque de Mosqueiro desconsiderou dinâmicas territoriais de sujeitos que habitavam a área antes de sua instalação.

A senhora Heloisa Trindade Marques, ao ser perguntada se *“as atividades que desenvolvia vinculadas ao uso da natureza eram suficientes para garantir a alimentação familiar e necessidades básicas, tais como: compra de remédios, pagamento de tarifa de energia, compra de combustíveis para realização de deslocamentos etc.”* ela respondeu: *“Não, falta!, falta para pagar a energia, tem que guardar um dinheirinho para pagar, ir lá na Vila e pagar! Alimentação, dá para sobreviver! Com dificuldades!”* (Entrevista com o Sra. Heloisa Trindade Marques. Em: 30/07/2021). Dessa forma, o Parque Municipal de Mosqueiro reforça a opressão territorial e socioeconômica por constituir-se num objeto espacial que afeta a geração de renda ao impedir práticas de trabalho em locais ancestrais e historicamente atrelados aos fazeres diários de ilhéus.

Para o Sr. Santana, as atividades que realiza não garantem o sustento familiar ao indicar que *“suficientes, suficientes não são!* (Entrevista com o Sr. Santana. Em: 30/07/2021). Já o Sr. Roberto Cardoso sobre o questionamento informou: *“um pouquinho, mas falta muita coisa, a gente vai vivendo, um dia come bem, no outro um pouco mal, vai levando!* (Entrevista com o Sr. Roberto Cardoso. Em: 30/07/2021).

Os relatos dos ilhéus reportam a necessidade de integração de políticas públicas patrimoniais e ambientais com as demais políticas públicas de assistência social e geração de renda. Por outro lado, o patrimônio natural não pode ser considerado como objeto espacial com fins meramente comerciais e do planejamento sem que esteja conectado ao restante do todo socioespacial a qual pertence. Trata-se de um processo de segregação socioespacial que envolve o patrimônio, natureza e comunidades tradicionais.

A proibição de acesso e manejo no interior e entorno próximo ao Parque Ambiental de Mosqueiro é evidenciada pelo ilhéu Santana de 48 anos, residente na localidade *“Rio Murubira”*, ao enfatizar a indignação de não poder pescar às margens do Parque, mesmo reconhecendo a importância ambiental da área:

A importância disso é que isso aí se torna o pulmão da natureza, até porque esse vento pra mim, sem despoluir, sem essa mata, não existia.

O lado que eu não posso fazer nada é que eu fico impedido, sem agredir a natureza, não só eu como várias pessoas.

Se colocar o matapi e a rede lá o que acontece?

Eu perco meu material. Essa que é a pura verdade, não só eu ou quem colocar, porque tiram, cortam, é a falta de respeito, porque a pessoa pode usufruir, qualquer um da gente pode usufruir até porque é do Estado. Se você preservar uma coisa, ele preservar, eu preservar, todos nós temos direitos, nós pagamos imposto! (Entrevista, Sr. Santana. Em: 30/07/2021).

A afirmação de territorialidade de comunidades tradicionais na ilha de Mosqueiro diante do impedimento de apropriação e uso da natureza impostos pelo Parque Ambiental se configura um quadro de opressão territorial e cultural.

Sobre o contexto de opressão típico do processo, Costa (2016) propõe o reconhecimento de patrimônios de sujeitos invisibilizados pela cultura patrimonial dominante a partir de *utopismo patrimônio-territorial*, que deve ser compreendido a partir de dois polos, estando o primeiro amarrado à ideologia da universalidade advinda da ciência moderna, da colonização econômica e colonialidade cultural, e a segunda fincada na crítica utópica como possibilidade de exaltação de processos territoriais e subjetividades que indicam resistência de sujeitos locais diante de estratégias de dominação impostas pela modernidade capitalista.

A ativação patrimonial defendida por Costa (2016) estaria arraigada em duas facetas integradas e culminariam na exaltação de territórios que reportam a apropriação e uso de lugares da memória, a existência e reexistência a serem incorporados pela perspectiva patrimonial global, como espaços gestados por sujeitos situados aptos a exaltarem locais que indiquem o resgate de histórias de vidas invisibilizadas, objetos espaciais tidos como símbolos de perversão e retrocesso humanitário para que não sejam “apagados” da histórica de depreciação das relações humanas e sirvam como ícones de enfrentamento e resistência à opressão capitalista que assola historicamente o “continente latino”, e com a valorização do próprio “sujeito-patrimônio”, entendido como o maior bem a ser preservado, cuidado e reconhecido para que seja amenizada a condição de indigência, pobreza, marginalização, degradação da vida, trabalho, desemprego, miséria social, baixa renda e inferiorização cultural.

As problematizações levantadas por Costa (2016) nos levam ao entendimento do real sentido da institucionalização do Parque Municipal de Mosqueiro como patrimônio natural, por estar assentado na perspectiva de uma natureza intocada, servindo como potencial de turistificação e ícone do território geopolítico do ordenamento territorial governamental sem a consideração da reprodução de práticas sócio-espaciais por parte de comunidades tradicionais

que são edificadas no manejo da natureza como patrimônio natural envolto por relações de poder que orientam e dão sentido a atos de existir e resistir em suas espacialidades endógenas e singulares.

O reconhecimento de territorialidades culturais subalternas de sujeitos locais criadas por práticas diárias de apropriação e uso do patrimônio natural representa um movimento epistêmico e cultural insurgente, comunitário, contestador e subversivo frente à ordem científico-cultural patrimonial que projeta a natureza como símbolo que leva ao desenvolvimento do lazer e turismo, conforme as relações mercadológicas que partem da sociedade urbana industrial e que traduzem as espacialidades de grupos de comunidades tradicionais amazônicas como “caricaturas” representadas por ambientes naturais da “disneyficação”. A “disneyficação” é um termo problematizado por Smith (2006) como expressão de um processo de turistificação do patrimônio que leva ao lazer e consumo feito um parque de diversão.

A dicotomia sociedade-natureza e conservação-conservação acabam por constranger e afetar negativamente territorialidades de comunidades tradicionais embasadas no manejo sustentável da natureza. Contudo, os sujeitos ilhéus continuam desenvolvendo territorialidades dissidentes e contestadoras da ordem territorial imposta por adentrarem ao Parque Municipal e continuarem usando seus antigos sítios. Os ilhéus continuam protegendo a natureza, mesmo desenvolvendo atividades de limpeza de terrenos e manejos variados. Trata-se de um tipo de racionalidade ambiental endógena e ancestral.

Por outro lado, constatamos que a destruição da natureza do entorno do parque Ambiental tem acontecido devido ao surgimento de novas ocupações urbanas, pela falta de uma fiscalização eficiente na área ambiental e ausência do poder público no que se refere ao ordenamento do uso do solo. A pressão demográfica identificada com a ocorrência de novas ocupações no entorno distante e próximo do Parque tem gerado desmatamentos sucessivos, conforme discute Venturieri (1998), ao problematizar as intervenções ambientais espontâneas em áreas naturais de Mosqueiro:

explica-se pelo fato que estas áreas estão em grande parte distantes das regiões noroeste e norte da ilha, as quais vêm sofrendo tradicionalmente as maiores pressões de ocupação, em virtude de concentrarem a vila do Mosqueiro e sobretudo as praias (VENTURIERI *et al.*, 1998. p.254).

A ilha de Mosqueiro tem sofrido enorme pressão demográfica em suas áreas florestadas e em margens de rios. Neste sentido, tem sido comum o surgimento de novas moradias nas bordas e fronteiras urbanas do Parque Municipal e “áreas de matas virgens”. A

imagem a seguir revela uma ocupação surgida entre os meses de julho e agosto de 2020, às margens da rodovia Augusto Meira Filho com a PA-391 (próxima ao Pórtico de Mosqueiro):

Figura 30 - Ocupações Espontâneas na Franja do Parque Ecológico Municipal



FONTE: Trabalho de campo realizado pelo autor em: 23/08/2020.

A pressão demográfica próxima ao Parque Municipal de Mosqueiro, que repercute na retirada de vegetação de seu entorno, é decorrente do crescimento urbano desordenado e da falta de plano de manejo para florestas situadas nas franjas da área preservada, o que perfaz um modelo de organização territorial caracterizado pela implantação de unidade de conservação sem previsão de ordenamento territorial com o restante do todo socioespacial circundante.

O Senhor Paulo Porto, técnico da SEMMA, apresenta uma visão ampla e integrada quanto à necessidade de uso do Parque de Mosqueiro como objeto espacial de interesse científico, comunitário e ambiental. Demonstrando possibilidade e desafios quanto à gestão da área e seu entorno. Ele aponta a importância de tornar o patrimônio um bem a ser usado, um interesse coletivo, destacando a urgência em transformar a área intocada em reserva de desenvolvimento sustentável.

Apesar da sugestão de mudança de nome e função da área protegida, consideramos que a percepção do técnico municipal ambiental apresenta um salto desafiador ao indicar que as comunidades tradicionais deveriam ser perguntadas sobre o que fazer com o patrimônio

natural disponível, porém, a função que exerce e a estrutura burocrática administrativa e jurídica do PDTU limitam sua ação e a consolidação da proposta. Então vejamos o que diz Paulo Porto:

...o nosso grande problema é como a gente implementar, implantar realmente o parque como ele deve funcionar, como ele deveria funcionar, é um investimento alto que a prefeitura através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente ainda não tem, fizemos vários projetos, mas ainda não conseguimos os recursos para criar realmente ele como um parque municipal com todas as características, recebendo público, fazendo educação ambiental, fazendo pesquisa científica, exatamente mais ou menos como a gente tem aqui em Belém o Bosque Rodrigues Alvez. O Bosque Rodrigues Alvez também é uma Unidade de Conservação, é um jardim botânico, né? Ali dentro do parque a gente tem várias espécies nativas ainda que a gente pode trabalhar na pesquisa científica, na reprodução de mudas na recuperação de áreas degradadas não só dentro do parque, mas também dentro da ilha de Mosqueiro, o trabalho de educação ambiental com as escolas, com a comunidade mesmo do entorno fazendo parte, discutindo um plano de manejo para aquela área, o objetivo é esse. Já tivemos algumas reuniões nas gestões passadas, mas que não caminharam, de se discutir o que a população quer para aquela área, de se oferecer uma maneira de ter renda para aquela população que mora no entorno do parque, fazer pesca esportiva, criar qualquer mecanismo que você possa utilizar ali para o parque para que ele possa ter uma destinação, para que ele não possa ficar apenas uma área cercada, fiscalizada e sem utilização. Esse não é um grande objetivo nosso! Nosso grande objetivo é colocar aquela área para que você traga pesquisadores, visitantes não só da ilha, mas que a ilha participe também da gestão do parque por ser um distrito administrativo de Belém. Todo esse trabalho que a gente vem tentando fazer ao longo dos anos. Então o nosso objetivo é que a gente não só o de Mosqueiro, mas esse daqui de Belém, e também criar novas áreas de conservação dentro do município ou dentro de Mosqueiro não só como parque com proteção integral, mas também como uso sustentável, como tem as populações de Caruarú que fazem, que tem uma produção de farinha, de tucupí, de frutas regionais, de peixe também. Todas essas comunidades sempre estão em beira de rio. Então é trabalhar isso para que essas comunidades se auto-sustentem no caso de criação de uso sustentável, dessas reservas extrativistas que a gente ali no Mosqueiro. Então esse é o grande objetivo nosso! (Entrevista com o Sr. Paulo Porto. Em: 14/07/2021).

Paulo Porto narra o que pode ser uma possível estratégia de gestão espacial do patrimônio natural no Parque ao propor fragmentação da área buscando ter uso múltiplo. Para o técnico municipal, seria possível dividir o Parque em áreas de visitas, “intocáveis”, de pesquisa e de uso ribeirinho.

A visão técnica, embora pareça sempre distante dos interesses de nativos, busca integrar homem a natureza, reconhecer necessidades de comunidades tradicionais e apontar o uso sustentado relacionado ao tradicional conceito de desenvolvimento sustentável do

patrimônio. Porém, há um abismo entre o que se idealiza e a realidade prática de gestão promovida pela Prefeitura Municipal, que tem dado continuidade à imposição de restrições quanto ao uso do Parque. Vejamos o que aponta Paulo Porto:

ali a gente quer conservar e preservar as espécies nativas que você ainda tem lá, dentro daqueles 190 hectares, a fauna livre que você tem lá, fazer o zoneamento da área do parque, as áreas permitidas para visitação, as áreas destinadas à proteção total sem visitação de público, só para a pesquisa científica. Essa é uma das grandes finalidades dessa área do parque. Ele sofre uma pressão muito grande, a gente sabe! A importância de você ter unidades de conservação nas suas cidades contribuiu basicamente para a melhoria do clima evitando que você tenha temperaturas altas nas cidades, contribuindo para mostrar para a população, para as áreas de pesquisas a importância de você ter coberturas vegetais com flora, fauna, solo, no caso desse de Mosqueiro. A importância que isso traz para a melhora do clima e para a qualidade de vida da população. Quando se fez essa área, é muito grande, a gente ainda tem problemas de pessoas querendo adentrar ao parque para fazer casas, querer que se expanda isso por falta de espaço para moradias, mas a gente vem trabalhando para que isso não aconteça, né? Tentando proteger o máximo possível essa área, não só essa, mas outras áreas também. A população do entorno é favorável, pelo menos as últimas vezes que nós reunimos para criação do plano, para se discutir a criação de um plano de manejo, eles eram favoráveis que essa área não viesse a ser ocupada, até porque não seria ocupada por essas populações tradicionais, seriam outras pessoas que vinham por ser uma área nobre, na verdade, ali dentro de Mosqueiro (PAULO PORTO, jul. 2021).

A manutenção do Parque Ambiental referenciada na importância da arborização como meio de equilíbrio do clima, biodiversidade e qualidade de vida se configura como proposta utilitária voltada à mitigação de problemáticas ambientais e espaciais advindas do urbano e, não poderia ser diferente se considerarmos que, apesar da Prefeitura tratar o Parque como patrimônio natural como expressão de elementos naturais, este está inscrito numa totalidade socioespacial indivisível. Contudo, para além do PDTU, é preciso dar visibilidade ao patrimônio natural como dimensão territorial, meio de existência, resistência e reprodução socioespacial de comunidades tradicionais, visto que este se configura como parte influenciadora da totalidade em destaque.

Os conflitos ambientais no entorno do Parque de Mosqueiro também têm origem entre os comunitários que se queixam quanto à baixa oferta do pescado e do camarão que para o ilhéu extrativista de açaí e pescador de camarão Sr. Roberto Cardoso da Silva (ver imagem abaixo) morador “de frente ao Parque” localidade “Rio Murubira”, tem a ver com a falta de consciência dos ilhéus acerca da não realização do defeso, apontando para a necessidade de um plano de manejo técnico:

A pesca poderia ter um “embargamento” da pescaria aqui como tem em certos lugares aí que seis meses não pesca, né? É isso aí, porque é muito pescador, é muita rede, aí o peixe e o camarão desaparecem. Dá, mas é pouquinho, já não é aquele camarão graúdo.

Essa diminuição ocorre devido à ação do pessoal de fora?

Não, tudo aqui, olha (*referindo-se a toda extensão territorial e margens do rio*), todos esses moradores pescam até a boca da cabeceira (*parte final do rio Murubira*) desse rio, tanto faz pra cá, pra Vila, Murubira, tudo pescam, vai para vários lugares a pesca. E aqui não tem embargamento nenhum, é todo dia que Deus dá é pesca! (Em: 30/07/2021).

O Sr. Roberto Cardoso vive “de frente” ao Parque Ambiental e lamenta a intensa realização da prática da pesca que resulta na escassez da oferta do peixe e do camarão. Trata-se de uma percepção que indica a existência de um conflito entre os próprios ilhéus.

O ilhéu João Santos tem demonstrado preocupação com o uso excessivo da retirada do camarão, o que configura uma consciência ambiental em relação à escassez do crustáceo e uso excessivo a que tais patrimônios estão expostos.

Sobre esta relação, o Sr. João Santos enfatiza que:

Não tem camarão! Olhe, eu acho que é tanta exploração, é muita gente. Antigamente eu usava 12 matapis e dava um paneiro por dia. Hoje em dia você passa a beirada²⁰ toda e é só matapi. Se eu sair de noite não tem uma “beirada” que não tenha, né? É muito consumo! É muito consumo! ... É muito consumido, não põe, né? Só pode ficar vasqueiro²¹ (Entrevista com o Sr. João Santos. Em: 12/07/2021).

A fala do ilhéu evidencia a existência de conflitos internos entre eles, porém estes não se comparam às repercussões advindas da instituição do Parque Ambiental, que impôs o impedimento de acesso, a perda de sítios e o compartilhamento de territórios de manejos coletivos. Por outro lado, Silva Pimentel (2016) considera que, em unidades de conservação, a falta de conhecimento técnico quanto às formas adequadas de manejo, mesmo com todos os saberes e fazeres tradicionais, aliado as dificuldades quanto à realização de tarefas de produção e extração, quase não permitem a satisfação de necessidades de subsistência, tornando as comunidades nativas facilmente cooptadas por projetos que apontam para novas práticas de manejos ambientais, metas e benefícios econômicos, mas que resultam em conflitos mais intensos quanto os verificados anteriormente.

²⁰A *beirada* é para o ilhéu um movimento de vazante da maré.

²¹O *vasqueiro* representa uma situação de escassez em que o produto fica quase que esgotado, em falta, limitado, reduzido.

A seguir, elencamos as razões dos principais conflitos territoriais que ocorrem no interior e entorno do Parque Municipal de Mosqueiro:

Quadro 3 – Conflitos Socioespaciais			
Localidades Ribeirinhas	Entorno do Parque	Interior do Parque	Razões Gerais
Rio Murubira e Tamanduá	<ul style="list-style-type: none"> - Proibição de acesso, de realização de práticas de pescada e extração do camarão; - Falta de Plano de Manejo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impedimento de acesso; - Não participação da comunidade e indivíduos locais na administração da área; - Presença de um único morador o interior do Parque. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desarticulação das comunidades que não se sentem representadas nas decisões que envolvem do Parque Ambiental; - Falta de diálogo entre o poder público e os ilhéus; - Ideia preservacionista de natureza intocável; - ideia de patrimônio natural constante do Plano Diretor de Belém como aglomerado de elementos naturais a serem protegidos e sem proximidade com o restante do todo socioespacial.
Comunidades Extrativistas Produtoras Rurais	Entorno do Parque	Interior do Parque	Razões Gerais
Caruarú e Tucumandeuá (localidades Curuçá e São João).	<ul style="list-style-type: none"> - Desconhecimento da área ambiental; - Não integração as políticas territoriais e ambientais de gestão do Parque; - Imposição de projetos de turismo local pela Prefeitura sem participação satisfatória da comunidade como protagonista da ação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Impedimento de acesso; - Não participação da comunidade e indivíduos locais na administração da área. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de participação em projetos de gestão da área.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de entrevistas com ilhéus.

A partir da sistematização dos conflitos socioespaciais que envolvem o uso da natureza no interior e entorno do Parque Municipal de Mosqueiro, compreendemos que a fissura que separa a necessidade de manejar, manipular, transformar e controlar territorialmente a natureza como patrimônio cultural territorial que atenda à necessidade de manutenção da vida e o seguir regras de manejos propostos por órgãos governamentais configuram, para Diegues, um conflito embasado na:

disjunção forçada entre a natureza e a cultura tradicional, em que os homens são proibidos pelo Estado de exercer suas atividades do fazer patrimonial, e também do saber, representa a imposição de um mito moderno: o da

natureza intocada e intocável, próprio da sociedade urbano-industrial sobre os mitos das sociedades tradicionais (DIEGUES, 2001. p. 38).

O patrimônio natural pensado pelo e para o urbano implica concebê-lo como “almoxarifado”, complemento, “anexo”, adereço, alegoria, acessório e paisagem cultural que se destina a embelezar os cenários (urbanos e rurais) da cidade de Belém ao favorecer a “qualidade ambiental”. Destaca-se que o PDTU Belém (1988) tem, entre outras funções, conforme o Artigo 62, Inciso I, proteger o patrimônio natural pela arborização. Porém, a ênfase ambiental aprofunda a separação sociedade-natureza, repercutindo na consideração do espaço geográfico sem a presença de sujeitos que nele habita.

É importante ressaltar que a representação do patrimônio natural como produto do urbano ignora e invisibiliza territórios e territorialidades de comunidades tradicionais, por tratar o patrimônio como natureza intocada, conforme enfatiza Diegues (2001), e como área que não deve constar a presença humana. Este quadro reforça o poder heterônimo problematizado por Souza (2018), indicando a burocratização e (des)socialização no uso de espaços.

Neste sentido, consideramos necessário o reconhecimento de grupos de comunidades tradicionais em locais em que o poder heterônomo considera como expressão maior de preservação de uma natureza ameaçada e que deva ser apartada da sociedade. O que está em voga é a necessidade de dar protagonismo às comunidades na escolha de seus patrimônios e como devem ser usados. É preciso reconhecer a eleição e reprodução de patrimônios elaborados por práticas sócio-espaciais e a significância que as comunidades tradicionais atribuem a eles, sendo fundamental o respeito às escolhas daquilo que consideram como patrimônio.

Assim, por mais que o Parque Municipal tenha cindido territórios e territorialidades ribeirinhas e ter implicado na invisibilização de sujeitos locais que historicamente estiveram vivendo às margens de políticas públicas destinadas ao exercício da cidadania, geração de renda e apoio econômico, é importante considerar seus patrimônios a partir de conflitos sócio-espaciais e turistificação de espaços conforme evidencia Costa *et al.* (2004), que propõe a consideração das formas como os ilhéus representam e manejam os recursos, dando autonomia em suas escolhas patrimoniais, o que edificaria um contexto de *autonomia* problematizada por Souza (2018) e da maneira multidimensional e multifuncional como reproduzem seus territórios, natureza e territorialidades, ratificando a escolha e uso de patrimônios como escombros da colonização e colonialidade de poder, conforme discutido por Costa (2016).

A seguir, apresentamos uma proposta de gestão da natureza como patrimônio cultural construída e reproduzida por práticas sócio-espaciais de ilhéus. Trata-se de uma proposta alternativa que evidencia o uso do patrimônio a partir de conflitos sócio-espaciais e embasada em cotidianidades de sujeitos locais.

CAPÍTULO 5 – PROPOSTA DE TURISTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Trata-se de uma proposta de turistificação da natureza como patrimônio cultural edificada a partir dos sucessivos trabalhos de campo desta pesquisa, em que identificamos desesperanças de ilhéus quanto à baixa expectativa de geração de renda familiar, incerteza quanto ao acesso a alimentação, aposentadoria, posse de terrenos e participação na gestão de seus tradicionais quintais produtivos que foram expropriados pela implantação do Parque Municipal Ambiental de Mosqueiro. Neste sentido, sistematizamos algumas angústias, demandas e necessidades patrimoniais de *sujeitos situados* e invisibilizados socioespacialmente por diferentes esferas governamentais e que resultaram nesta sugestão de uso turistificado da natureza a partir de uma tríade assentada na integração entre políticas públicas patrimoniais, políticas de valorização da cidadania e territorialidades de ilhéus que emergem de cotidianidades e fazeres locais.

5.1 - UMA PROPOSTA SÓCIO-ESPACIAL DE USO DA NATUREZA COMO PATRIMÔNIO NATURAL

Silva (2018), ao analisar as práticas de proteção do patrimônio natural institucionalizado em Belém na década de 1980, constatou que os bens institucionalizados como patrimônios se constituíam em heranças de um passado colonizador que atribui outras funções aos objetos e bens naturais e demarca a domesticação da natureza, em que “o parque, a praia, o bosque, simplesmente são arrancados de seu valor de uso e posteriormente são *embalados* no prevalecimento do valor de troca (SILVA, 2018, p. 306).

Numa outra esteira, Pereira (2018), ao analisar a dinâmica de apropriação turística do espaço do patrimônio natural não institucionalizado na ilha de Cotijuba (Belém) como processo inerente a extensão do tecido urbano da capital, sugere utopicamente a importância de o Estado promover o desenvolvimento local no sentido de integrar as comunidades locais sem que estas percam os laços afetivos que tecem com os espaços físicos locais e que tenham maior autonomia na gestão de seus patrimônios.

No contexto de Mosqueiro, Ribeiro (2018), ao analisar práticas socioespaciais que se constituíam em territorialidades turísticas na orla da ilha envolvendo a perspectiva simbólica e conflitos entre “bucólicos” (compreendidos como turistas de segunda residência e camada mais abastada da população que aproveitava a ilha para lazer e descanso) e “farofeiros” (designados por camadas populares), conclui que o espaço da ilha é permeado por tensões e conflitos socioespaciais, indicando a necessidade de uma integração entre ações de diferentes

grupos institucionais e de representação da sociedade civil numa perspectiva mais democrática de turistificação do espaço em análise.

Os conflitos socioespaciais e ambientais foram ignorados na experiência de promoção turística das comunidades extrativistas de Mosqueiro, nos anos 2000, organizada pela Prefeitura de Belém e denominada “Trilha Ecológica Olhos D’água”. Na época, tornou-se comum a competição entre as comunidades, a concentração turística em Caruarú, o questionamento da preferência de certos locais em detrimento de outros, o fato de ilhéus não participarem da tomada de decisões relevantes e por suas ações, em muitos casos, estarem limitadas à animação de turistas com a realização de práticas de artesanato, produção de farinha e narrativas de memórias, sendo constatado que após a saída dos turistas, as atividades espetacularizadas pelos ilhéus cessavam.

A leitura e a interpretação do patrimônio como prática sócio-espacial fundamentada na autonomia de sujeitos e comunidades tradicionais têm apoio na ciência geográfica. De acordo com Costa *et al.* (2004), há três vertentes principais de discussão do turismo na geografia, estando a primeira vinculada ao contexto de redes decorrentes do meio técnico-científico e informacional e da produção social do espaço turístico; a segunda tem relação com o espaço vivido por sujeitos que habitam locais onde o turismo acontece e a percepção via observação e leitura de paisagens pelos turistas; e a terceira diz respeito à existência de práticas sociais e conflitos ligados à representação de atores que promovem o turismo. Para a autora, as vertentes estão relacionadas e se desenvolvem de forma contraditória. Contudo, a terceira vertente chama a atenção por centrar na dominância de conflitos territoriais resultantes de projeções ou representações através de discursos, símbolos e imagens que os grupos locais realizam diante da promoção do turismo.

Tavares (2007), ao analisar conflitos territoriais que envolviam a ação do poder público e as dinâmicas de sujeitos locais em diferentes espacialidades de Mosqueiro e que estavam assentados em discussões que perpassavam por propostas de emancipação da ilha, em dinâmicas de especulação imobiliária da praia do Paraíso e em ações do ecoturismo na Trilha Ecológica Olhos D’Água, constatou que nesta última a ação municipal repercutiu na valorização de práticas de consumo destinada a sujeitos sofisticados ou de alto padrão, na falta de representatividade sócio-cultural e ambiental, na insignificante preservação ambiental, emprego e renda e na limitação da participação da população local.

Para Costa *et al.* (2006) o ecoturismo da Trilha Ecológica Olhos D’Água pautou-se na pouca integração entre experiências do vivido pelos ilhéus e as atividades propostas para a trilha repercutiram no apreço à noção de natureza espetáculo e representação de sujeitos locais

como exóticos, acirrando conflitos devido às tênues relações entre as comunidades com a natureza.

Costa *et al.* considera utopicamente que o ecoturismo deve estar pautado numa organização sócio-espacial mais abrangente, em sintonia com os sujeitos locais e que não esteja focada na sacralização da natureza como paisagens em estado originário.

Sobre o ecoturismo como um dos alicerces da turistificação da cultura e natureza em comunidades extrativistas de Mosqueiro, criado a partir de especificidades locais, Costa *et al.* (2006, p. 171) enfatiza que:

Nesse íterim, entende-se que uma trilha ecológica deve ser parte integrante de um circuito ecoturístico mais amplo e integrado, onde sejam possíveis intervenções como alojamentos turísticos nas casas dos moradores locais, o que permitiria aos ecoturistas experienciar com mais propriedade o espaço vivido das áreas receptoras.

Podemos dizer que a proposta de Costa *et al.* concebe o ecoturismo como utopia ao considerar as experiências singulares, endógenas, por serem expressão de locais de vivência de ilhéus que desenvolvem fazeres, práticas sócio-espaciais, saberes e teceres locais tradicionais, evitando percursos focados em observações de paisagens naturais como vitrines do mundo original ou do patrimônio como local disneyficado com foco em materialidades, conforme aborda Smith (2006).

A perspectiva patrimonial e territorial enfatizada por Costa (2016) aponta a possibilidade de valorização de patrimônios de *sujeitos situados* e que vivem às margens das dinâmicas patrimoniais que exaltam valores da sociedade capitalista. Para Costa, a valorização patrimonial considerada subalterna e utópica se constitui a partir dos escombros da colonização e colonialidade do poder impostas aos povos latino-americanos e está dividida em três esferas ou utopismos patrimoniais: Utopismo patrimonial-territorial, estruturado na formação histórico social da América latina e caracterizado como resistência à colonialidade do poder e do saber; Utopismo singularista, questionando a urbanização do continente e Utopismo patrimonial existencialista frente aos riscos da América latina. Para Costa, utopias são projetos, idealizações, imaginações que buscam uma possibilidade de realização de rompimento da sociedade presente objetivando construir o futuro de outra forma e se fundamenta numa base tópica pré-existente do passado para que se almeje a construção de novos modelos patrimoniais diferentes dos atuais. O autor desfere críticas à colonialidade epistemológica do poder que dicotomiza a sociedade-natureza, indução e dedução e análise-processos. Assim, a temática da preservação patrimonial na América Latina demandaria novas

matizes fundamentadas no existencialismo e proposições frente à urbanização e aos riscos sociais.

Segundo Costa (2016), o utopismo patrimonial territorial busca revalorar a história da América latina, as especificidades da arte, religião, cultura, costumes, os fazeres, os modos de vida, as tradições, memórias os negros, pobres e indígenas invisibilizados na colonização imposta pela modernidade e inserindo-se na modernidade de acordo com as suas dinâmicas endógenas.

Ainda de acordo com Costa (2016), o utopismo singularista critica a imposição da universalidade dada ao patrimônio latino-americano pela UNESCO, que impõe pela patrimonialização uma visão, construção e ideia única de patrimônio. Assim, a utopia da universalização proposta busca, através da dialética do concreto, enfatizar via roteiros a existência de práticas culturais, sítios e monumentos não institucionalizados.

Neste caso, o utopismo singularista teria por base o utopismo patrimonial-territorial, pois resgataria sítios, locais e lugares, paisagens, práticas de espaços que se constituiriam em ações direcionadas à valorização de patrimônios não reconhecidos pelos órgãos da patrimonialização, sendo construída por percursos narrados de paisagens e práticas dos habitantes, no sentido de não reforçar unicamente a defesa do patrimônio instituído, pois procura evidenciar patrimônios rurais e urbanos não oficializados através do apoio à administração e universidade.

O autor também destaca que no utopismo patrimonial existencialista o sujeito é consciente de suas ações na preservação e defesa de seu patrimônio. A construção do utopismo existencialista edifica-se a partir do confronto entre o plano das duas formas de produzir conhecimento: o plano teórico e o da vivência existencial. Costa cita as orientações de Sartre quando este último afirma que o sujeito não deve ser produto da condição dada, mas seu projeto de vida deve ser construído por aquilo que deseja ser e afirmando a resistência e preservação do patrimônio em risco.

Assim, as problematizações de Costa (2016) sobre a possibilidade de valorização de utopismos patrimoniais, as análises de diferentes pesquisas que evidenciaram a invisibilização de sujeitos e seus patrimônios em Belém e Mosqueiro e a situação de falta de reconhecimento patrimonial e precariedade econômica, social e política em que vivem comunidades ribeirinhas da referida ilha, propomos a gestão de patrimônios considerando as realidades territoriais de ilhéus e suas respectivas práticas sócio-espaciais.

A seguir, apresentamos uma sugestão de turistificação do patrimônio feita por um fazer científico que se elabora como instrumento provocativo por surgir de trabalhos de

campo desta pesquisa, de narrativas de ilhéus indignados por se sentirem abandonados em função da precária presença do poder público nos locais onde reproduzem suas cotidianidades e por se constituir numa proposta utilitária e autônoma do ponto de vista de ilhéus, por ser destinada ao aproveitamento endógeno, mesmo que tenha ligações com o mercado global do turismo patrimonial, de patrimônios naturais que surgem de práticas sócio-espaciais (territorializações do meio físico) sem que se constituam em separações cartesianas que envolvem o meio natural e o social.

Quadro 4 - Projeção de Conflitos Socioespaciais

Localidades Insulares (Rio Murubira, Tamanduá e Pratiquara).	Tucumandeua	Caruarú	Intra -Comunitários
<p>- A localidade Pratiquara é melhor estruturada quanto a itens como: trapiches, refeitórios sanitários. Enquanto as localidades Rio Murubira e Tamanduá necessitam qualificar a infraestrutura (banheiros, oferta de água, alimentação, descanso etc.)</p>	<p>- Na localidade São João, há carência de infraestrutura (banheiros e locais de descanso) quando comparada à Curuçá - Sítio do Sr. Deuso). - A localidade Curuçá situa-se às margens do rio Mari-Mari. Local ideal para banho e pesca. O manejo agrícola familiar é consolidado e diversificado o que favorece o acompanhamento de práticas de manejo em roçados. Apresenta trapiches para refeições e rodas de conversas.</p>	<p>Tensões espaciais devido concentrar maior quantitativo de famílias de toda parte não urbana. - Disputa interna devido à seleção de sítios e famílias. - Maior poder de negociação, pois os comunitários estão organizados em Associação Local.</p>	<p>Competição entre as comunidades por protagonismos devido: - Algumas apresentarem melhores infraestruturas e possibilidades de acompanhamento de eventos culturais, práticas de trabalho, lazer e banho. - Centralização de atividades coletivas comunitárias culturais e de lazer em Caruarú “periferizando” as demais comunidades (ex: “Trilha Ecológica Olhos D’Água). A Parte Insular (de frente ao Parque) é carente de reuniões culturais e sociais, mas é propícia ao manejo em sítios produtivos visando o acompanhamento de extração do açaí, camarão e pescado, piscicultura familiar, além de frutos, além da etc. Por outro lado, na parte continental é frequente a presença de pequenas capelas que homenageiam santos da igreja católica, barracões, trapiches estruturados, pequenos portos de madeira, além da realização de grandes procissões, reuniões comunitárias, festejos, rituais religiosos (levantamento de mastros, entre outros) concentrando grande número de visitantes e turistas, além de favorecer a geração e captação de renda local.</p>

FONTE: Elaborada pelo autor.

As vantagens comparativas e competitivas de localidades podem resultar em conflitos e tensões socioespaciais e ambientais se não forem discutidas coletivamente como potenciais democráticos de geração de renda, valorização de singularidades locais e exaltação de patrimônios naturais conforme as localidades.

5.2 - Integração entre Políticas Patrimoniais e Políticas Públicas Sociais.

A seguir, elencamos demandas sócio-espaciais de ilhéus vinculadas à necessidade de efetivação de políticas sociais e territoriais de reconhecimento da cidadania. Ressalta-se que as demandas sócio-espaciais foram construídas a partir de vivências com ilhéus e realização de entrevistas de campo, cujas necessidades estão evidenciadas nos relatos de ilhéus expostos anteriormente ao longo desta pesquisa. Foram aproveitadas narrativas em que ilhéus apontavam necessidades de exercícios de políticas públicas, carências quanto à existência de apoio financeiro e técnico à realização de atividades de comércio e alimentação, além de melhoramento de infraestrutura produtiva. Trata de um levantamento embrionário resultante da pesquisa de campo, mas que pode ser debatido, redefinido e ampliado.

Quadro 5 – Proposta de Integração entre Políticas Patrimoniais e Sociais e suas Relações com o Desenvolvimento Sócio-Espacial
- Criação de postos de saúde em cada comunidade (há apenas um em Caruarú).
- Implantação de escolas comunitárias em cada comunidade (há apenas uma em Caruarú).
- Subsídios ao uso de energia.
- Programas Sociais de Geração de Renda.
- Apoio financeiro (para compra de materiais, tais como freezer, fogão, geladeira, rabetas, canoas, pequenas lanchas (que são rabetas ou embarcações motorizadas feitas de metal), máquinas, entre outras) e técnico na produção agrícola, manejo vegetal e animal.
- Parceria entre produção local e excedente de manejos ambientais realizados em sítios com comunidades e escolas (escola local e demais situadas na parte urbana da ilha de Mosqueiro) com possibilidade de consumo/compra da extração do camarão, pescado, açaí, frutos, galinhas e de produtos advindos de roçados.
- Realização de cursos de manejo agrícola e ambiental (pesca familiar, agricultura etc.), buscando evitar a escassez do camarão, o esgotamento da piscicultura, do solo e floresta.
- Projetos de socialização/ “formação” socioambiental continuada.
- Apoio à comercialização de produtos.
- Fiscalização Ambiental buscando evitar desmatamentos, poluição de rios.
- Apoio à promoção de água encanada (via modelos de “poços amazônicos”).
- Programas de fomento a aposentadorias.

FONTE: Elaborada pelo autor.

Portanto, torna-se fundamental no contexto de políticas públicas oficiais direcionadas à valorização de patrimônios e exercício da cidadania, a consideração de práticas territoriais de ilhéus que repercutem na reprodução de patrimônios naturais como expressão cultural de multidimensionalidades de territórios e territorialidades, integrações territoriais que envolvem a natureza e a totalidade socioespacial da qual a parte não urbana de Mosqueiro faz parte.

A interação entre políticas públicas sociais voltadas à realização da cidadania e as patrimoniais devem ter por fundamento o princípio de que patrimônios naturais em comunidades tradicionais amazônicas nascem de dinâmicas territoriais pautadas na realização da vida, da existência e reprodução da territorialização do poder.

5.3 – Práticas Sócio-espaciais e os Roteiros de Patrimônios Naturais

A seguir, apresentamos propostas de Roteiros Patrimoniais conforme as realidades socioespaciais das comunidades e localidades investigadas.

Quadro 6 - Proposta 1: Roteiros Patrimoniais em Caruarú

Caruarú	Potencial	Possibilidades	Possibilidades de Participação/Acompanhamento
Festa de Santa Rosa de Lima	-Aproveitamento religioso.	- Roteiro Religioso.	- Festejo cultural com aproveitamento de rios e matas. Acompanhamento de manejos conforme cotidianidades de sujeitos locais em sítios locais.
Círio Fluvial	- Procissão Fluvial.	- Procissão e socialização cultural.	- Participação no Círio Fluvial (do bairro da Vila até Caruarú) com embarcações que percorrem os Rios Tamanduá, Murubira e Pratiquera.
Sítio do Sr. Mucura	- Roteiro Ambiental e Roteiro Gastronômico.	- Manejo e degustação do açaí, Camarão e pescado (Tambaqui no sítio do Sr. Mucura).	- Manejo conforme cotidianidades de sujeitos locais em seus sítios.

FONTE: Elaborada pelo autor.

Quadro 7 - Proposta 2: Roteiros de Patrimoniais em Tucumandeuá

Tucumandeuá	Potencial	Possibilidades	Possibilidades de Participação/Acompanhamento
Festejos e Caminhadas Religiosa de São João	-Aproveitamento religioso.	- Roteiro Religioso e socialização	- Festejos culturais e pontos de encontro para promoção de

		cultural.	narrativas locais que envolvam memórias socioespaciais em roçados e matas (Sra. Coló).
Curuçá	- Acompanhamento de Pesca no rio Mari-Mari e manejo em roçados (Sítios da Sra. Débora e do Sr. Deuso/Fátima).	- Degustação (às margens do Rio Mari-Mari) decorrente de manejos em roçados e rios conforme cotidianidades de sujeitos locais.	- Práticas de manejo em roçados e rios, além de Lazer e banho no Rio Mari-Mari.

FONTE: Elaborada pelo autor.

Quadro 8 - Proposta 3: Roteiros Patrimoniais “em Frente” e Interior do Parque” Ambiental de Mosqueiro

Localidades “de Frente ao Parque”	Potencial	Possibilidades	Roteiros e Patrimônio Natural
Tamanduá (sítio do Sr. João Santos)	- Roteiro Fluvial. -Acompanhamento de práticas de manejo.	- Pontos de Encontro e socialização de Memórias da Época da Borracha, relatos e demonstração da prática de extração do camarão e contos que envolvem seres animados e inanimados referenciados na interação com o rio Tamanduá.	- Rio Tamanduá com promoção de manejos conforme cotidianidades de sujeitos locais e interior e entorno do Parque Ambiental com manejo florestal e solo.
Rio Murubira (sítios das Sras. Heloísa Trindade, Naiana Marques, Márcio Augusto, Roberto Cardoso e Santana Barbosa).	- Roteiro Fluvial e ambiental em sítios produtivos.	- Acompanhamento de práticas locais de extração do camarão, açaí e pescado.	- Rio Murubira com aproveitamento e uso da mata, rio e solos no entorno e interior do Parque.
Rio Pratiquera	-Ponto Gastronômico (restaurante do Nonato).	- Roteiro gastronômico.	- Rio Pratiquera com práticas de pesca, degustação, banho e lazer.
Interior do Parque (Sítio do Sr. Alfredo)	- Ponto de Educação Ambiental e acompanhamento de práticas socioespaciais em sítio produtivo local.	- Conhecimento de práticas de manejo conforme cotidianidades de sujeitos locais (pesca, piscicultura e coleta	- Acompanhamento de práticas de cotidianas de manejo no interior do Parque Ambiental conforme cotidianidade do

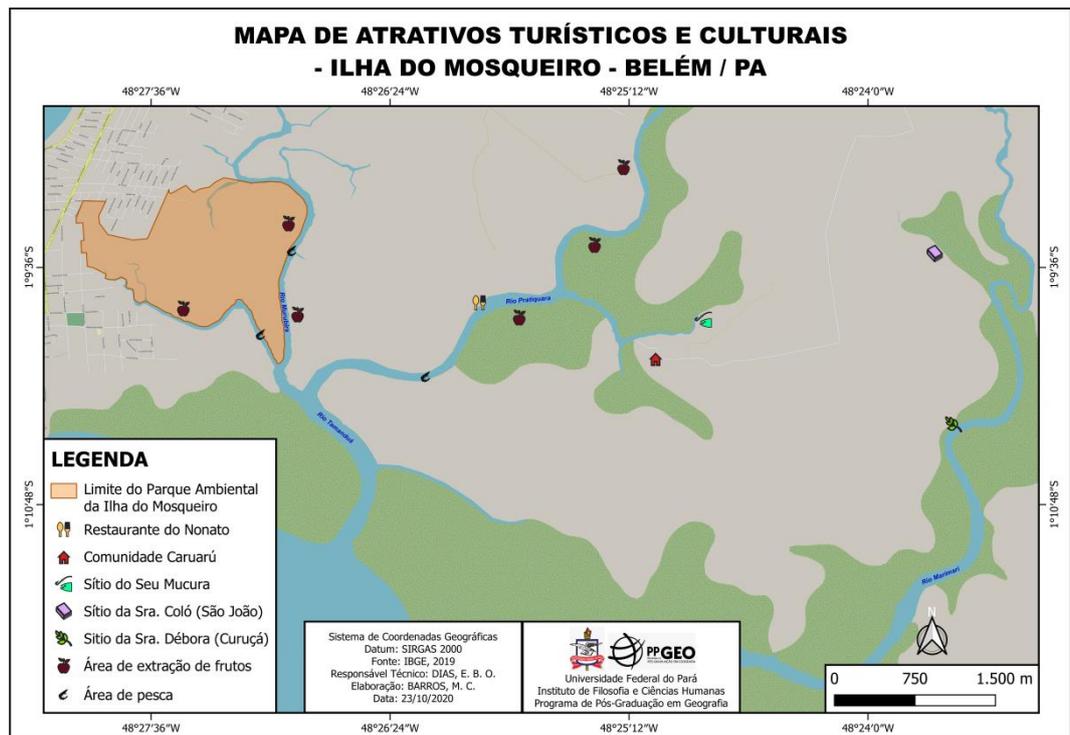
de açaf).

sujeito local(em seu sítio).

FONTE: Elaborada pelo autor.

A proposta de aproveitamento turístico e patrimonial das comunidades e localidades extrativistas resulta da análise de narrativas expostas pelos sujeitos entrevistados, de observações de seus cotidianos em que foram identificadas práticas sócio-espaciais que se constituíam em territorializações inscritas na apropriação e manejo da natureza como patrimônio cultural. A seguir, apresentamos a espacialização de locais que se configuram pela existência de bens patrimoniais como expressões de territorialização inscritas em práticas sócio-espaciais cotidianas realizadas em sítios locais.

Figura 3 – Mapa de Atrativos Turísticos e Culturais – Ilha de Mosqueiro

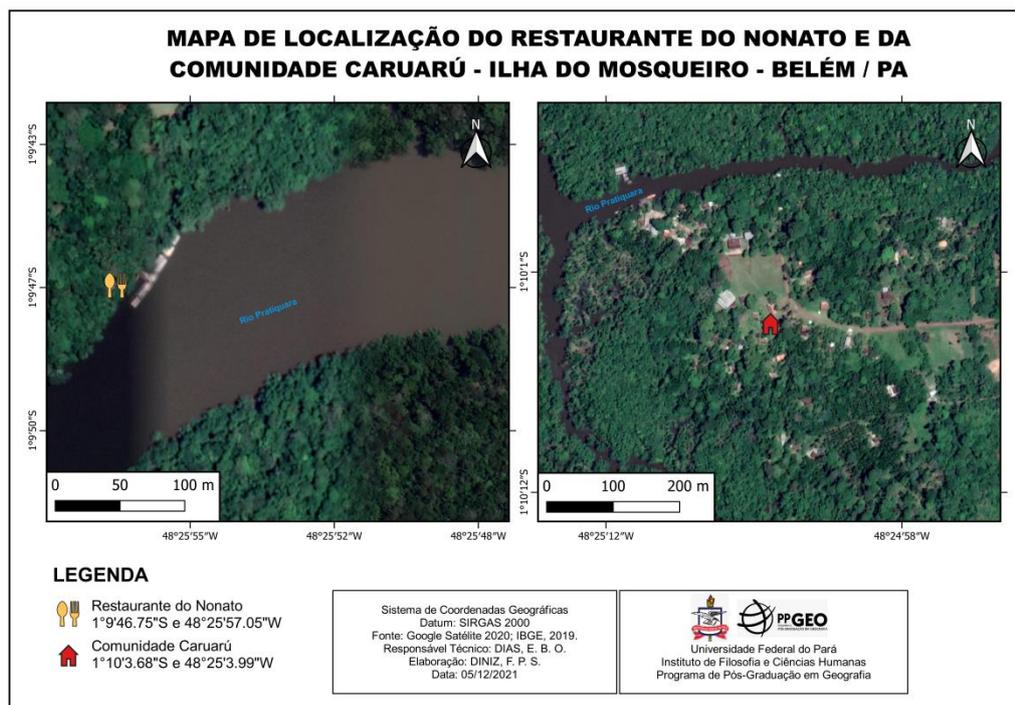


O mapa acima destacou locais em que ilhéus territorializam a natureza (sítios produtivos) e em que a apropriação e uso da mesma assenta a multidimensionalidade de territórios configurados por processos que fundamentam a existência da vida, consequentemente a demarcação de suas identidades territoriais.

A imagem a seguir destaca a localização do “Restaurante do Nonato”, que apesar de servir refeições destinadas ao atendimento de grupos sociais com padrão financeiro elevado em relação à realidade de moradores ilhéus, pode atuar como ponto importante de integração

de roteiros, por situar-se de “frente ao Parque” e, principalmente, por poder realizar a aquisição de produtos ribeirinhos advindos da pesca, frutos etc. Por outro lado, Caruarú pode ser polo de turismo conforme dinâmicas territoriais em sítios e eventos culturais coletivos comuns do local.

Mapa 4 – Localização do Restaurante do Nonato e da Comunidade Caruarú, Mosqueiro-Pa



Tal proposta de turistificação da natureza como patrimônio natural construído por práticas sócio-espaciais culturais territoriais sugere o aproveitamento e melhoria da infraestrutura existente nas comunidades e localidades, respeitando a arquitetura e dinâmicas territoriais locais típicas de sociedades amazônicas, valorizando a estadia com aproveitamento de horas ou dias (1 a 3 dias conforme interesse) em locais onde sujeitos vivem, onde trabalham e se socializam cultural e coletivamente, sejam em sítios ou nas comunidades.

Consideramos que se faz necessária a criação de uma pequena rede de transporte público terrestre (estilo Van), com demanda de raspagem por tratores da principal estrada vicinal criada pela Arquidiocese de Belém que integra a PA-391 (próximo ao Pórtico de Mosqueiro) à Caruarú e em caminhos que dão acesso às demais localidades e comunidades. Também se faz necessária a criação de uma rede de transporte fluvial, para integração das

comunidades em relação ao restante da ilha (partindo do Porto Pelé no bairro da Vila às comunidades).

Por fim, o aproveitamento de roteiros de patrimônios naturais a partir de práticas sócio-espaciais criadas e territorializadas cotidianamente pelos ilhéus deve contar, preferencialmente com participação mínima de alguns parceiros, entre eles podemos citar a esfera governamental (patrimônio, meio ambiente, seguridade social, infraestrutura, saúde, educação etc.), sujeitos locais e suas organizações, universidades, setor privado, indivíduos interessados e representações da sociedade em geral.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa problematizou dinâmicas territoriais relacionadas à instituição do Parque Municipal de Mosqueiro, que se desdobraram numa série de transformações territoriais locais. Primeiramente, verificamos e analisamos a institucionalização e gestão do Parque Municipal da ilha como um território geopolítico Estatal que concebeu a área ambiental como expressão de uma mostra de patrimônio natural assentado na proteção de mananciais, florestas e biodiversidade, menosprezando a presença humana.

Identificamos que os dois principais agentes envolvidos na apropriação e uso da natureza como patrimônio natural na parte não urbanizada de Mosqueiro são os sujeitos que habitam as comunidades tradicionais e a Prefeitura de Belém. Ressalta-se que devido ao contexto da pandemia do novo coronavírus e de recomendações associadas ao afastamento social, não foi possível estender a investigação a outros sujeitos, tais como visitantes turistas interessados no descanso, banho e lazer e moradores que residiam em locais urbanos e que possuíam segunda residência nas comunidades.

Identificamos que as práticas de proteção e o uso de patrimônios naturais desenvolvidos pela Prefeitura e pelos ilhéus eram dissonantes e contraditórios territorialmente, pois a primeira prezava pela intocabilidade do Parque e os segundos permeavam a existência, resistência e controle da natureza como meio de reprodução cultural em locais (interior e de frente ao Parque e na parte distante ou continental) que fundamentavam a subsistência alimentar situadas em quintais denominados sítios da produção de renda e trabalho e reprodução de cotidianos, por parte deles.

No primeiro capítulo, também tecemos discussões que envolviam dinâmicas territoriais associadas ao Parque Municipal de Mosqueiro como expressão do urbano e da organização do uso do solo de Belém. O urbano foi problematizado a partir de Lefebvre (1991, 1996), que o considera como produto do Mundo Moderno e a reprodução capitalista do espaço da cidade que funciona como *álibi* e *subsistema* do capital subordinando o espaço, o cotidiano, o trabalho e o lazer, mas que pode ser contrariado, constrangido e combatido pelo habitar como expressão do cotidiano centrado na ideia de pertencimento e luta de classes. Da mesma forma, destacamos que a natureza tem sido projetada como *fuga do urbano* e como objeto de consumo à medida que é projetada como patrimônio natural com função de melhorar a qualidade de vida e do ambiente da cidade de Belém conforme consta no PDTU

(2008), além de ser representada como local de descanso, lazer e com preferência à promoção exclusiva da atividade turístico-ecológica.

Por meio desta análise, concluímos que a Prefeitura instituiu o Parque Municipal seguindo à risca alguns fundamentos unesquianos, entre eles as noções de intocabilidade que, para Diegues (1996), representa um mito moderno de natureza intocada e de beleza estética que supostamente compunha paisagens cênicas excepcionais

No segundo capítulo, tornou-se importante a discussão acerca da ideia de natureza que orienta a criação de unidades de conservação e que está desdobrada na preservação e conservação; além de análises que envolveram o ideário de natureza como patrimônio natural na perspectiva UNESCO, que considera a excepcionalidade, universalidade, estética e intocabilidade como fundamentos da eleição de patrimônios naturais, e do SNUC, que ignora o conceito de patrimônio natural e não o referencia como objeto a ser preservado e conservado em unidades de conservação. Porém, ambas esferas, frequentemente, desconsideram as comunidades tradicionais.

No capítulo terceiro, relacionamos a discussão sobre territórios culturais de comunidades tradicionais como expressão de práticas sócio-espaciais e de uma totalidade natural indivisível, que teve apoio em discussões desenvolvidas por Davi Sack (1986) e Raffestin (1993), por considerarem a importância da comunicação do poder, sua expressividade sempre vinculada a relações tecidas a outros sujeitos e ao domínio de recursos. Destacamos a importância das discussões de Souza (2009, 2015 e 2018) sobre o combate ao poder heterônimo e a busca da autonomia; de Bourdieu (2001), com a definição de poder simbólico; de Silva (2014), com a relativização da ideia de cultura; e Smith (2006), ao considerar a flexibilização da ideia de patrimônio como expressão de materialidade e objetos antigos e ligados unicamente à dominância do Discurso do Patrimônio Autorizado.

Outro ponto relevante da pesquisa (capítulo 3) ocorreu com os trabalhos de campo nas comunidades e localidades que permitiram a identificação e análise de territorialidades de comunidades tradicionais, suas construções pelo uso da natureza, pelas relações de pertencimento, por afetividades e fazeres territoriais construídos de forma individual, familiar e comunitária. Dessa forma, o patrimônio natural vai além de uma simples representação de elementos naturais ou como representação da alta cultura, pois ele é sempre local e constantemente usado e modificado, e total, considerando a dinâmica de reprodução do espaço mundial, que constrange e é constrangido pelas especificidades locais.

No Capítulo quatro, problematizamos a noção de territorialidade visando traduzir práticas sócio-espaciais que fundamentavam a construção de patrimônios naturais de ilhéus.

Verificamos que, de forma espontânea, sujeitos locais se apropriavam da natureza pelo fazer diário, socialização comunitária e práticas de trabalho inscritas na pesca, extrativismo e roçados, que, de modo geral, eram permanentes, pois estavam relacionadas à necessidade de sobrevivência. Já as reuniões grupais demonstrativas de eventos culturais representadas por festejos profanos e religiosos, lazeres, procissões religiosas, entre outras, indicavam a construção de práticas sócio-espaciais reprodutoras de patrimônios naturais de forma efêmera, mas estavam ligadas aos processos territoriais que ocorriam no dia-a-dia das comunidades. Ou seja, os patrimônios naturais eram edificados, projetados e representados por territorializações momentâneas sem a devida preocupação com a espetacularização. Tudo acontecia obedecendo às dinâmicas internas e singulares de valorização cultural, e às dinâmicas espaciais, conforme as realidades locais.

O patrimônio natural cultivado, cultuado, reproduzido, apropriado, vivido, significado e territorializado em espacialidades de comunidades tradicionais não resulta da cultura formal, erudita, letrada, civilizada e institucionalizada. Tampouco se resume a elementos da natureza. Não expressa ou representa maior participação de grupos subalternizados representados pelo negro, índio, branco pobre, pardos miseráveis etc., supostamente inseridos democraticamente numa cultura oficial. Não é este o debate que deve ser tecido! Contudo, o debate a ser problematizado tem apoio na reflexão que leva ao questionamento da necessidade de se considerar os patrimônios naturais reproduzidos em espaços subalternos amazônicos tradicionais, ou não, pela perspectiva territorial, cotidiana, da vivência, sobrevivência, luta de classes, resistência, conflitos e tensões ou se é suficiente seu enquadramento em modelos formais de patrimônios para serem institucionalizados, turistificados e consumidos controversamente!

Também discutimos no 4º capítulo as razões da existência de conflitos territoriais que envolviam a apropriação de patrimônios naturais no interior e entorno do Parque Ambiental Municipal de Mosqueiro. Discutimos a ideia de patrimônio natural oficial sustentada no projeto secular de ciência advinda das Ciências ditas Naturais e Físicas, que impõem procedimentos investigativos baseados nas noções de abstração, quantificação, seleção de variáveis, neutralidade, universalidade, racionalidade, totalidade e análise, cujas normativas ordenam hegemonicamente o fazer urbano, a reprodução do espaço, o ordenamento territorial e, conseqüentemente, a ideia de patrimônio e de patrimônio natural. Constatamos e analisamos a razão que origina a existência de tensões e conflitos: a restrição imposta aos ilhéus quanto ao uso da área do Parque e a invisibilização de suas territorialidades,

evidenciando relação cartesiana que envolve sociedade e natureza como fenômenos separados de uma mesma totalidade socioespacial.

A discussão teórica sobre territorialidade foi fundamentada no que entendemos de fissuras do mundo moderno, do fazer científico dominante e na crítica à urbano-industrialização, por entendermos que apesar de a ciência reger a dinâmica de reprodução do espaço do patrimônio, seu desenvolvimento tem sofrido abalos, sendo nítida a existência de fronteiras que estão sendo trilhadas pela emergência de novos paradigmas que, no campo geográfico-patrimonial, permitiu-nos problematizar a construção de um paradigma subalterno, conforme enfatizam Santos (2009) e Costa (2016-2017), respectivamente com o *paradigma comunitário e do senso comum* e os *utopismos patrimoniais territoriais*

Ressaltamos que a pesquisa de campo no estágio que consideramos inicial, ou seja, antes da etapa de qualificação, não deu conta de responder ao objetivo referente aos conflitos territoriais que permeavam a apropriação e uso do patrimônio natural por diversos agentes no lócus de estudo situado no interior das comunidades Caruarú, Tucumandeuá e Mari-Mari, onde ilhéus reproduziam fazeres do trabalho, socialização comunitária, entre outros, pois estávamos tendo como referência a ação governamental realizada com a implementação da “Trilha Ecológica Olhos D’água”, no início dos anos 1990. Tínhamos a pretensão de trabalhar com fenômenos socioespaciais mais recentes e emergentes fundamentados em territorialidades de sujeitos locais e de instituições governamentais para que pudessemos analisar suas dinâmicas e interações. Neste sentido, as sucessivas conversas com ilhéus indicaram e apontaram que conflitos e tensões territoriais estavam em ebulição na parte que definimos como não continental e ribeirinha, situada de “frente ou de frente” ao Parque Ambiental de Mosqueiro, composta pelas localidades Tamanduá, Rio Murubira e Pratiquera, assim denominadas pelos ilhéus, mas que não são reconhecidas oficialmente - e para o interior do Parque (sítio do Sr. Alfredo, único morador). Contradições e tensões territoriais ainda ocorrem pela falta de reconhecimento de territorializações de sujeitos locais, pela dissonância de práticas discursivas institucionais e de ilhéus e pelo impedimento destes últimos de utilizarem ancestrais quintais apontados como sítios de geração de renda e reprodução cultural.

Apesar de o deslocamento espacial da pesquisa ter ocorrido e devido os conflitos territoriais e ambientais estarem mais latentes na parte insular, tendo como referência o Parque Ambiental, tal processo não inferioriza ou desqualifica os que se desenvolvem na parte que denominamos continental, principalmente se considerarmos que esta concentra a maioria das comunidades e sujeitos extrativistas, que os ilhéus padecem de políticas

patrimoniais e públicas direcionadas à melhoria da qualidade de vida e assistência, de certa forma, ainda, restritas à experiência turística da “Trilha Ecológica Olhos D’água”. Neste sentido, ficam as lacunas e novos estudos sobre a valorização de patrimônios naturais que nestes locais devem ser desenvolvidos.

Por outro lado, entendemos que patrimônios naturais em comunidades tradicionais não possuem valores universais, tampouco se limitam a valores estéticos e dimensões raras, à medida que resultam de práticas sócio-espaciais envoltas em territorializações do meio físico; só adquirem quando significados, apropriados, manipulados, defendidos, vividos, experienciados e projetados como expressão de vida, existência e resistência territorial.

Defendemos que o patrimônio natural pensado pela perspectiva territorial como expressão de práticas sócio-espaciais se constitui como processo contraditório, de ideologias que o identifica como produto de uma cultura romantizada pretérita a ser conservada como massa natural bruta ameaçada que deva ser guardada em unidades de conservação, em locais isolados do restante da totalidade socioespacial ou projetado como elemento isolado (rios, árvores, paisagens etc.) no interior de cidades ou fora delas, posto que envolve relações de sobrevivência, práticas de trabalho, cotidianos e manejo da natureza.

O patrimônio natural em espaços de comunidades tradicionais de Mosqueiro não se resume ao Parque Ambiental como exemplo do ordenamento territorial da capital paraense e proteção da natureza ameaçada e constituída por belezas estéticas, indo muito além da representação de objetos materiais *pseudoconcretos* (a natureza em si), pois é apropriado, usado e situado em sítios e locais de uso coletivo que se constituem em territórios e territorialidades culturais efêmeras e duradouras, estando integrado e conectado a processos permeados por fazeres do trabalho, lazeres e culturas e por ser originário de práticas sócio-espaciais negociadas que envolvem tensões, conflitos e contradições territoriais, o exercício do poder.

Esta concepção de patrimônio natural tentou traduzir parte das práxis patrimoniais de comunidades tradicionais que constituem seus patrimônios conforme racionalidades que desenvolvem e integram a natureza em seus cotidianos de forma não cartesiana ou fragmentária. Por outro lado, esta perspectiva representa um contra-movimento à alienação imposta pelos projetos patrimoniais oficiais que não consideram as contradições sócio-espaciais e propõem uma única vertente de entendimento do patrimônio natural, a baseada na separação homem e natureza.

A última parte foi apresentada como proposta de aproveitamento e turistificação de patrimônios naturais de ilhéus, considerando a emergência de conflitos e tensões territoriais

entre ilhéus e o poder público, além de associar políticas patrimoniais com as demais políticas públicas.

Apesar das dificuldades encontradas quanto ao reduzido número de literaturas que versem sobre experiências de reconhecimento e valorização de patrimônios naturais institucionalizados e não institucionalizados na Amazônia assentados na perspectiva geográfica e sócio-espacial que considerem totalidades espaciais, conflitos, tensões, contradições territoriais, territórios e territorialidades de grupos subalternos, invisibilizados e estereotipados, esta tese atua na descolonização de análises e ações técnicas patrimoniais que primam pela ordem patrimonial oficial como única, legítima e referencial que afeta, em geral, os países pobres, latinos e amazônicos. Assim, esta tese mostra-se como alternativa epistêmica frente a perspectivas dominantes do patrimônio natural que o traduzem como produto da cultura, da “alta cultura” e como reunião de objetos ameaçados que precisam ser protegidos e “guardados” em unidades de conservação.

Enfim, as esferas patrimoniais dominantes não cessam em colonizar, naturalizar, distorcer, subsumir, invisibilizar, cooptar e contrariar teorias, territórios e territorialidades de *sujeitos situados* que vivem em espaços periféricos amazônicos e que edificam seus patrimônios por territorializações vinculadas a apropriações e manejos da natureza, pois tal como a ciência dominante opera pela abstração, pelo monoculturalismo e padronização da realidade, ignoram e menosprezam o patrimônio natural como expressão da reprodução da vida em territórios singulares e subalternos margeados pelo exercício do poder e conflitos sócio-espaciais.

7. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Disputas cognitivas e exercício da capacidade crítica:** o caso dos conflitos ambientais no Brasil. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, nº 35, jan/abr 2014, p. 84-105. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222014000100004&script=sci_abstract&tlng=pt. Consultado em: set. 2020.

ANDRADE, A.L.D.O. O Tombamento na Preservação de Áreas Naturais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** - Brasília, nº 19, p. 41-44, 1984.

ARCASSA, Wesley de Souza; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **Ratzel:** para além do determinismo geográfico. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/semanas/geografia/2011/2011.ensino%20e%20epistemologia/wesley%20e%20paulo.pdf>. Consultado em: nov. 2019.

ARRUDA, Rinaldo. Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. *Ambiente & Sociedade* - Ano II - No 5 - 2o Semestre de 1999. p. 72-92. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/RfgDyLnkxRnFNqQcWTR6bQG/?lang=pt>. Consultado em: mar. 2022.

AZIZ AB', SÁBER. Patrimônio Natural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 221, 1987. p. 217-232.

AZEVEDO, José Roberto N. de; BARBOSA, Túlio. A Geografia Quantitativa: ensaios. ISSN: 1519-7816 vol. 13 n. 2 jul/dez. 2011 páginas: 1 – 15. **Espaço em Revista**. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16893/10344> . Consultado em: set. 2019.

BAUAB, Fabrício P. Da geografia medieval às origens da geografia moderna: contrastes entre diferentes noções de natureza, espaço e tempo. Tese de Doutorado, Unesp, 2005. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/11449/101430>. Consultado em: jan. 2020.

BELÉM. - Lei Ordinária N.º 7054, 27 de dezembro de 1977 - **Plano de Desenvolvimento da Grande Belém, 1977**. Disponível em:

http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?lei=7054&ano=1977&tipo=1. Consultado em: jun. 2020.

BELÉM. **Lei Ordinária n.º 7.603, 13 de Janeiro de 1993**. Plano Diretor Urbano de Belém, 1993. Disponível em:

http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?lei=7603&ano=1993&tipo=1. Consultado em: jan. 2020.

BELÉM. **Lei nº 8.655, de 30 de Julho de 2008**. Plano Diretor.

<http://planodiretor.belem.pa.gov.br/2008>. Consultado em: mar. 2020.

BECKER, Bertha K Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Bol. Museu. Paraense Emílio Goeldi. Ciências. Humanas**, Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr.

2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v5n1/a03v5n1.pdf>. Consultado em maio. 2021.

_____. **As Amazônias de Bertha Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica. Volume 1. Ima Célia Guimarães Vieira. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BISPO, Marcileia Oliveira. A Concepção de Natureza na Geografia e a Relação com a Educação Ambiental. **Terceiro Incluído** ISSN 2237-079X NUPEAT–IESA–UFG, v.2, n.1, jan./jun./2012, p.41–55, Artigo 19 DOI: 10.5216/teri.v2i1.19956. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/viewFile/19956/11534>. Consultado em: fev. 2020.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.07-16.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Constituição Federal de 1988. **Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Consultado em: ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000**. - Planalto Federal - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Consultado em: jan.2019.

BRASIL. **Ministério Público Federal**. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais / 6. Câmara de Coordenação e Revisão; coordenação Maria Luiza Grabner; redação Eliane Simões, Débora Stucchi. – Brasília: MPF, 2014. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/manual-de-atuacao/docs/manual-de-atuacao-territorios-de-povos-e-comunidades-tradicionais-e-as-unidades-de-conservacao-de-protecao-integral>. Consultado em: jan. 2021.

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/conservacao-1/areas-prioritarias/plano-de-areas-protegidas>. Consultado em: jul. 2021.

BRITO, Daniel Chaves. Reforma do Estado e Sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. p. 147-173. In: COELHO, Maria Célia N. (org.);

CAVALCANTI; Viadana. Fundamentos Históricos da Geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia Antiga. In: GODOY, Paulo R. Teixeira de. História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CASTRO, Edna (org.); MATHIS, Armin (org.); HURTIENNE, Thomas (org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**: gestão do desenvolvimento regional – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001.

CABRAL, Eugênia Rosa; DIAS, Juliana Santiago; GOMES, Sérgio Castro. Gestão Ambiental em Espaços de Lazer e Turismo: As Praias Urbanas da Amazônia Brasileira. **Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, 7(2), pp. 254-272, abr-jun, 2015. Disponível em: Consultado em: mai. 2019.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. Visão de Vidal de La Blache a Respeito de Friedrich Ratzel. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/26567>. Consultado em: dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320140302>. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, 26 (3): 419-432, set/dez/2014.

CARLOS, Ana Fani A. A Prática Espacial Urbana como Segregação e o “Direito à Cidade”. In: VASCONCEOS, Pedro de A. (org.); CORRÊA, Roberto L. (org.); PINTAUD, Silvana M. (org.). **A Cidade Contemporânea: segregação espacial**. 1ª ed.; 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto. 2016. p. 94-110.

_____. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico. In: PAES, Maria Tereza D. (org.); SOTRATTI, Marcelo Antônio (org.). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural** – São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. p. 27-43.

_____. **A Condição Espacial**. 1ª ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2018.

CARVALHO, Aline V. de. (org.); BACKX, Isabela (org.). Patrimônios em Unidades de Conservação no Brasil: reflexões necessárias. - 2018. **MÉTIS: história & cultura**. DOI: 10.18226/22362762.v17.n.33.14, 2018 - Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/article/download/6695/3474>. Consultado em: ago. 2020.

CASTRO, Edna Ramos. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em Face da Globalização e d Integração de Mercados. In: COELHO, Maria Célia N. (org.); CASTRO, Edna (org.); MATHIS, Armin (org.); HURTIENNE, Thomas (org.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional** – Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2001.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação** (tradução: Álvaro Cabral). São Paulo – Cultrix, 26ª Ed. 2006.

COLAÇO, Douglas; BAUAB, Fabrício Pedroso. A Geografia e a Cartografia Produzidas na Antiguidade: a contribuição dos clássicos. *Geografia (Londrina)* v. 25. n. 2. p. 60 – 75, jul/dez, 2016. 60 ISSN 2447-1747. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5433/2447-1747.2016v25n2p60>. Consultado em: dez. 2019.

CODEM. **Parque Ambiental de Mosqueiro**. Disponível em: <https://codem.belem.pa.gov.br/>. Consultado em: abr. 2020.

COSTA, M. A. F.; RIBEIRO, W. O.; TAVARES, M. G. C. O Turismo Enquanto espaço de análise geográfica: três perspectivas de abordagem. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 03, número 06, 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/download/124/94>. Consultado em: abril 2020.

_____. Entre a valorização da diversidade humana e a negação da historicidade sócio-espacial: o que pode o ecoturismo na Amazônia. **Terra Livre**, Goiânia - Ano 22, v. 1, n. 26 p. 165-175 Jan-Jun/2006. Disponível em: <https://silو.tips/download/terra-livre-amazonia>. Consultado em: jun. 2020.

COSTA, Everaldo Batista da. Everaldo Batista da. Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana-totalidade-mundo. São Paulo: **Humanitas**, FAPESP, 2015.

_____. Utopismos Patrimoniais pela América Latina, Resistências à Colonialidade do Poder XIV. **Coloquio Internacional de Geocrítica Las utopías y la construcción de la sociedad del futuro Barcelona**, 2-7 de mayo de 2016. Disponível em: http://www.ub.edu/geocrit/xiv_everaldocosta.pdf. Consultado em: nov. 2018.

_____. Costa, Everaldo Batista da. 2017. “Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia.” Cuadernos de Geografía: **Revista Colombiana de Geografía** 26 (2): 53-75, 2017. doi: 10.15446/rcdg.v26n2.59225. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf>. Consultado em ago. 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 6. ed. São Paulo: Unesp, 2017.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais. 2ª Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

COSTA, Maria Augusta Freitas; RIBEIRO, Willame de Oliveira; TAVARES, Maria Goretti da Costa. O Turismo Enquanto Espaço de Análise Geográfica: três perspectivas de abordagem. Mercator - **Revista de Geografia da UFC**, ano 03, número 06, 2004. Disponível: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/124/94>. Consultado em: mai. 2021.

CREADO, Eliana Santos Junqueira; MENDES, Ana Beatriz Vianna, FERREIRA. CAMPOS, Lúcia da Costa Simone Vieira de. Entre “Tradicionais” e “Modernos”: negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia Brasileira - 2008. **Ambiente & Sociedade**, Campinas v. XI, n. 2p. 255-271 jul.-dez. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2008000200004&script=sci_abstract&lng=pt. Consultado em: ago, 2018.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo. Vol. 7, ed. 34. 1997.

DIAS, Diego Carvalho SOUZA, Franciscarlo de. Ontologia na Antiguidade: a via para a descoberta do ser – de tales de mileto a aristóteles Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2009/pdf/28.pdf>. Consultado em: out. 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. As Áreas Naturais Protegidas, O Turismo e as Populações Tradicionais. – p. 85-102, 2001. In: SERRANO, Célia M. Toledo (Org.); BRUHNS, Heloisa T. (Org.). **Viagens à Natureza Turismo, Cultura e Ambiente**. Coleção Turismo. Papirus Editora.

_____. Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. Disponível. NUPAUB USP – PROBIO – MMA – CNPQ, São Paulo, maio 1999. em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/750/2/Biodiversidade%20e%20comunidades%20tradicionais%20no%20Brasil.pdf;Saber.es>. Consultado em: mar. 2022.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? **Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais**. P. 68-86 -2005 - Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/escobar-natureza>. Consultado em: fev. 2022.

FABRÍCIO, Deyse Cristina B.; VITTE, Antônio C. Paul Vidal de La Blache e a Geografia Francesa: do contexto histórico às Monografias urbanas. **Cordis**. História, Arte e Cidades, n. 6, jan./jun. pp. 301-332, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/10302>. Consultado em: set. 2019.

FERNANDES-PINTO, Érika. IRVING, Marta de Azevedo. Sítios Naturais Sagrados: valores ancestrais e novos desafios para as políticas de proteção de natureza. **DMA – Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 40, abril 2017. DOI: 10.5380/dma.v40i0.47843. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/47843>. Consultado em: mai. 2019.

FONSECA, M.C.L. Da Modernização à Participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília nº 24, Brasília, 1996 p. 153-163.

FURTADO, Ana Maria Medeiros; SILVA Jr., Oscar da Costa e. Impactos Ambientais do Desmatamento e Expansão Urbana na ilha do Mosqueiro (Belém – Pará – Brasil). **Observatório Geográfico América Latina**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/procesosambientales/impactoambiental/41.pdf>. Acessado em: out. 2019.

GALVÃO, Iapony Rodrigues; BEZERRIL, Kellia de Oliveira. O povo e seu território: uma discussão sobre a teoria de Friedrich Ratzel. **Revista de Geopolítica**, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 230 – 238, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/59>. Consultado em: Nov. de 2019.

GUERRA, Edgard Vieira; COSTA, Nayara da Silva. Geografia brasileira: novas e velhas leituras sobre Ratzel. **Revista de Geopolítica**, Natal - RN, v. 3, nº 2, p. 220 – 229, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/viewFile/63/60> . Consultado em: jan. 2020.

Gil, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas

HASBAERT, Rogério Costa. **O Mito da Desterritorialização: Do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed. 2011. 396 p. ISBN: 978-85-286-1061-.

HENRIQUE, Wendel. **O Direito à Natureza na Cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009. 186 p.

IPHAN. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto no 25 de 30 de novembro de 1937.pdf \(Site\)](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto%20no%2025%20de%2030%20de%20novembro%20de%201937.pdf) . Consultado em: ago. 2018.

IPHAN. **Carta de Atenas**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Consultado em: set. 2018.

IPHAN, **Recomendação de Paris: paisagens e sítios**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201962.pdf>. Consultado em: mai.2019.

IPHAN. **Livros do Tombo**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608>. Consultado em: fev. 2019.

IPHAN. **Patrimônio Mundial Cultural e Natural**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Consultado em: jun. 2020.

IPHAN. **Lista de Bens Tombados no Brasil**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Consultado em: mai. 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LA BLACHE, Paul V. de. Geografia Geral. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana - Primeiro artigo. Versão original: **Annales de Geographia** no 111, ano XX, tomo XX, 15 de maio de 1911 – Ano 7 – nº 13- 2005. Tradução: Maria Regina Sader e Simone Batista. Revisão: Rogério Haesbaert. . Disponível em: [periodicos.uff.br > geographia > article > download](http://periodicos.uff.br/geographia/article/download) . Consultado em: out. 2019.

LEAL, Larissa Sapiensa Galvão; FILIPAK, Alexandra; DUVAL, *Henrique Carmona* ; FERRAZ, José Maria Gusman; FERRANTE, *Vera Lúcia Silveira Botta*. Quintais Produtivos como Espaços da Agroecologia Desenvolvidos por Mulheres Rurais. **Perspectivas em Diálogo**: Revista de Educação e Sociedade ISSN: 2358-1840. Perspectivas em Diálogo, Naviraí, v. 7, n. 14, p. 31-54, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/index>. Consultado em: nov. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **A vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **O Direito à Cidade**; [tradução Cristina C. Oliveira] Itapevi, SP: Nebli, 2016.

_____. A LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: **Éditions Anthropos**, 2000). Primeira versão: início - fev.2006 Disponível em:

https://gpect.files.wordpress.com/2014/06/henri_lefebvre-a-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o.pdf. Consultado em: jun. 2020.

LEFF, Enrique. **O Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 7 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANZINI, Eduardo José.

Enteivsta semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros . Disponível em:

<https://wp.ufpel.edu.br/consagro/2012/03/16/enteivsta-semi-estruturada-analise-de-objetivos-e-de-roteiros>. Consultado em: fev. 2020.

MOREIRA, Antônio Flávio (org.); CANDAU, Vera Maria (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. 10 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PASSOS, Cláudio Roberto F. Os Gêneros de Vida na Geografia Humana (P. V. De La Blache). **Revista Okara: Geografia em debate**, v. 11, n. 1, p. 120-124, 2017. ISSN: 1982-3878 João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>. Disponível: <http://www.okara.ufpb.br/periodicos/ufpb/ojs2/index.php/okara/article/download/29409/18015/>. Consultado em: set. 2019.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios daspráticas preservacionistas na esferado patrimônio cultural e ambiental. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 26, nº 51, p. 115-140 – 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201882006000100007&script=sci_abstract&tlng=pt . Acessado em: out. 2019.

PEREIRA, Nabila. **Espacialidades do Patrimônio Natural na Amazônia: Produção do Espaço em Cotijuba, Belém-Pará**. Dissertação de Mestrado – PPGeo, 2018.

PEREIRA, Danilo C. A Natureza como Patrimônio Cultural: entre o conceito e a prática federal de preservação. **Revista Memorare**, Tubarão, SC, v. 4, n. 1, p. 120-145 jan./abr. 2017. ISSN: 2358-0593. Disponível em: www.portaldeperiodicos.unisul.br/memorare_grupeg/article/view. Consultado em: jun. 2019.

_____. Patrimônio Natural: atualizando o debate sobre identificação e reconhecimento no âmbito do IPHAN. **Revista CPC**, v.13, n.25, p.34–59, jan./set. 2018. Disponível em: www.revistas.usp.br/cpc/article/view/138007. Consultado em: mai. 2019.

PINHEIRO, Andréa de Cássia L.(org.); PONTE, Juliano Pamplona X.; Rodrigues, Roberta m. (org.). A Política de Transporte Público e a Estruturação do Espaço Urbano na Região Metropolitana de Belém. In: COSTA, Marco Aurélio (org.); MARGUTI, Bárbara Oliveira (org.). **Funções públicas de interesse comum nas metrópoles brasileiras: transportes, saneamento básico e uso do solo** /– Brasília: IPEA, 2014. 519 p.: il., gráfs., mapas color. – (Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil ; v. 2).

PIMENTEL, M. A. da S. Comunidades Tradicionais em Reservas Extrativistas Marinhas no Estado do Pará: conflitos e tensões. **Ambientes**. Volume 1, Número 1, 2019, pp. 191-218. ISSN: 2674-6816. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22690>. Consultado em: mar. 2020.

_____. Análise de Conflitos Sócioambientais nas Reservas Extrativistas de São João da Ponta e Curuçá- pa. Geoambiente on-line **Revista Eletrônica do Curso de Geografia** - ufg/rej Graduação e Pós-graduação em Geografia <http://www.revistas.ufg.br/geoambiente> 193 jataí-go | n 31 | maio-agos/2018. disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/geoambiente>. Consultado em: out. 2021.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia enquanto acumulação desigual de tempos: Uma contribuição para a ecologia política da região. **Revista Crítica de Ciências Sociais** - 107 | 2015. p. 63-90. As lutas pela Amazônia no início do milênio.URL: <http://journals.openedition.org/rccs/6018>. Consultado em: abr.. 2020.

QUEIROZ, H. L. (2005). A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá . Estudos Avançados, 19(54), 183-203. **Revista Estudos Avançados da USP**. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10077>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10077>. Consultado em: fev. 2021.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. A relação entre o solo e o Estado - Capítulo I O Estado como organismo ligado ao solo [p. 59]: Friedrich Ratzel. Tradução de Matheus Pfrimer. GEOUSP - **Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 29, pp. 51 - 58, 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74186>. Consultado em: dez: 2011.

_____. O Solo, Sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**; n.º 2 FFLCH/USP, 1983. (Publicada em 1986). Tradução de Mário Antônio Eufrásio. Disponível em: [www.revistas.usp.br › rdg › article › view](http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view). Consultado em: Nov. 2019.

RBRB. Mapa do Complexo da Amazônia Central. **Rede Brasileira de Reservas da Biosfera**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=i&url=https%3A%2F%2Freservasdabiosfera.org.br%2F&psi=AOvVaw05udyLM7RIRm1GMRytSl_p&ust=1650196650952000&source=images&cd=vfe&ved=0CAoQjhxqFwoTCPjNjuvDmPcCFQAAAAAdAAAAABAU . Consultado em: mar. 2022 .

RODRIGUES, Eliene Jaques. **Banidos da Cidade, Unidos na Condição**: Cidade Nova: espelho da segregação social em Belém. Belém: UFPA/NAEA, 1998.

ROCHA, Gilberto de Miranda; GONÇALVES, Sabrina Fortes e Silva. Considerações sobre a federalização e a gestão compartilhada do território na Amazônia brasileira. **Revista Confins** – número 30 | 2017. DOI. <https://doi.org/10.4000/confins.11665>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/11665#text>. Consultado em: mar. 2021.

RIBEIRO, Rafael Winter. Patrimônio, Discurso e Prática: Incursões sobre Democracia e Cidadania a partir do Rio de Janeiro e O Patrimônio Mundial. In: _____. **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural. Identidades, Usos e Ideologias**. São Paulo, Anablume, 2017, p. 45-66.

_____. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: **IPHAN/COPEDOC**. 2007.

Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_PaisagemCultural_m.pdf. Acesso em: 11 ago. 2018.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. “Bucólicos” e “Farofeiros”: simbolismo e materialidade nos conflitos de territorialidades na orla oeste de Mosqueiro, Belém/Pa. DOI: 10.17552/2358 - 7040/saco.v1n2p105 – 122. Willame de Oliveira RIBEIRO. **Boletim Amazônico de Geografia** (ISSN: 2358 - 7040 - conectados), Belém, v. 01, n. 02. pág. 105 –122 - jul./dez. 2014. Disponível em: <https://silo.tips/download/bucolicos-e-farofeiros-simbolismo-e-materialidade-nos-conflitos-de-territorialidade-na-orla-oeste-de-mosqueiro-belem-pa.html>. Consultado em jul. 2018.

SACK, Robert David. La Territorialidad Humana. Su teoría y la historia. **Humanas** – - 1986 . Disponível em:

http://www.humanas.unal.edu.co/estepa/files/9713/3050/6990/Sack_territorialidad.pdf.

Consultado em: fev. 2021

SAGRES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)**. 3ª ed. Belém: Editora Paka Tatu, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência**. – 7 e.. – São Paulo: Cortez Editora, 2009.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem**. – 5. Ed., 3ª. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O Espaço Cidadão** – 7 ed., 2. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

_____. **Da totalidade ao Lugar**. 1ª Ed. 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b. 176 p.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. - 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SANTIAGO, João Phelipe. Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território, 2014. Rio de Janeiro. Porto Alegre: Editora Letra1; Rio de Janeiro: **Rebrageo**, 2014, p. 159-170. ISBN 978-85-63800-17-6. Disponível em: <https://www.editoraleta1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p159-170.pdf> . Consultado em set. 2019.

SEDOP. Estudo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém. **SEDOP**. 2018. Disponível em:

https://www.sedop.pa.gov.br/sites/default/files/estudo_de_delimitacao_da_regiao_metropolitana_de_belem.pdf. Consultado em: mai. 2020.

SILBERMAN, Neil. A. (Org.); Carvalho, Aline (Org.); FUNARI, Pedro P(Org.). **Desafios para o Patrimônio Mundial: em busca de novas práticas**. Jundiaí. Paco Editorial, 2016.

SILVA PIMENTEL, M. A.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 20, n. 2, p. 224-237, mês. 2016. ISSN 2179-0892. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/download/122692/122598/238795> . Consultado em: abr. 2020.

SCIFONI, Simoni. Os Diferentes Significados do Patrimônio Natural. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 10, núm. 3, 2006, pp. 55-78. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3055/305526866004.pdf>. Consultado em: jul. 2019.

_____. **A Construção do Patrimônio Natural**. São Paulo: FFLCH, 2008, 199p.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A Produção Social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). HALL, Stuart (org.). WOODWARD, Katryn (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 14 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Cleber Gomes da. Turismo e Patrimonialização e o Tombamento Estadual dos Bens Naturais de Belém do Pará (Brasil). **Turismo & Sociedade** (ISSN: 1983 - 5442). Curitiba, v. 11, n. 2, p. 289-312, maio-agosto de 2018. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/60917>. Consultado em: fev.2019.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Abingdon: Routledge, 2006. Disponível em:

<https://rbb85.files.wordpress.com/2015/11/laurajane-smith-uses-of-heritage.pdf>>. Acessado em: 6 abr. 2019.

SOUZA, Marquessuel Dantas de. Friedrich Ratzel: Friedrich ratzel (1844-1904). In: Hulot, le Baron e Rabot, m. Charles (orgs). *La Géographie – Bulletin de la Société de Géographie. Revue Mensuelle*, tome x, 2º Semestre, Paris: masson et cie, éditeurs, pp. 103-108, 1904. 430p. **Revista de Geografia** (UFPE) V. 32, No. 3, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/viewFile/229194/23584>. Consultado em: dez. 2019.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, Paulo César da Costa Gomes (org.); CORRÊA, Roberto Lobato. – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 352p.

_____. **Dos Espaços de Controle aos Territórios Dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política..** 1ª ed. – Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

_____. Desenvolvimento Sócio-Espacial (261-300). In: **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial** 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

TAVARES, Maria Goretti da C; GOMES, Kleber dos Santos G.; COSTA, - Maria Augusta F. da ; RIBEIRO, Willame de Oliveira. Turismo e desenvolvimento local em uma ilha fluvial na Região Metropolitana de Belém: o caso da ilha de Mosqueiro na Amazônia brasileira.

Revista Universitária de Geografia vol.16 no.1 Bahía Blanca 2007. Disponível em:

http://bibliotecadigital.uns.edu.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1852-42652007001100005&lng=en&nrm=iso. Consultado em: jun. 2019.

TRINDADE Jr, Saint-Clair C. **Formação Metropolitana de Belém** (1960-1997) – 1ª Ed. – Belém-Pa: Paka-Tatu, 2016, 329p.

TREVISAN, Fernanda Lodi. A Valorização Turística do Patrimônio Mundial Natural do Brasil. VII Congresso Brasileiro dos Geógrafos, **Anais do VII CBG** – ISBN: 978-85-98539041, 2014. Disponível em: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404084293_ARQUIVO_CBG_TrabalhoFinal.pdf . Consultado em: mar. 2021.

UNESCO. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 2004. **UNESCO**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/images/0013/001333/133369por.pdf>. Consultado em: set. 2018.

UNESCO. Diretrizes Operacionais para a Implantação do Patrimônio Mundial. **UNESCO**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/out/opgu77.htm> (site) . Consultado em: set. 2018.

UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação do Patrimônio Mundial. **UNESCO**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.pdf> - (site). Consultado em: set. 2018.

UNESCO. Lista do Patrimônio Mundial. **UNESCO**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/>. Consultado em Nov. 2018.

UNESCO. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/syndication>. Consultado em: ago.2019.
UNESCO. Lista do Patrimônio Mundial. **UNESCO**. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/?&type=natural>. Consultado em: ago.2020.

UNESCO. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. **UNESCO**. Unesco, 2011, p. 1-146.. Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Disponível em: whc.unesco.org/archive/opguide11-pt.doc. Consultado em: mai. 2019.

UNESCO. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (Unesco), 1972, p. 1-16. **UNESCO**. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> . Consultado em: maio 2019.

UNESCO. Complexo de Conservação da Amazônia Central. **UNESCO**. Disponível em:

UNESCO, 2003. <http://whc.unesco.org/en/list/998/documents/>. Consultado em: ago, 2021.

VARGAS, Gloria Maria. Conflitos Sociais e Sócio-ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, 19 (2): 191-203, dez. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1982-45132007000200012&script=sci_abstract&tlng=pt . Consultado em set. 2020.

VENTURIERI, Adriano; WATRIN, Orlando dos Santos; ROCHA, Ana Maria Àguila da; SILVA, Benedito Nelson R. da S. Avaliação da Dinâmica da Paisagem da Ilha do Mosqueiro, Município de Belém, Pará. **Anais IX Simpósio Brasileiro de Sensoriamento**

Remoto, Santos, Brasil, 11-18 setembro 1998, INPE, p. 247-256. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/399857/avaliacao-dadinamica-da-paisagem-da-ilha-do-mosqueiro-municipio-de-belem-para>. Consultado em: out. 2019.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Revista Patrimônio e Memória**: UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.1, p. 137-152 - out. 2009. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/145>. Consultado em: ago. 2018.

ZARATTINI, Andréa Curi. IRVING, Marta de Azevedo.

Convenção do Patrimônio Natural Mundial: ressignificações do conceito de patrimônio natural e institucionalidades em sua aplicação no Brasil. **OLAM** – Ciência & Tecnologia – ISSN 1982-7784 – Rio Claro / SP, Brasil
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/index> Ano XII, n. 1-2, janeiro/dezembro, 2012, p. 193 Disponível em:
<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/olam/article/view/6119/4722>. Consultado em: nov. 2018.

7. APÊNDICE

7.1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA – SUJEITOS DA PESQUISA

Obs: A nomenclatura “Patrimônio Natural” foi substituída pela palavra “natureza” visando adequá-la a realidade dos entrevistados.

1) Dados Pessoais:

- Nome:
- Idade:
- Sexo:
- Profissão:

2) Quantas pessoas ou famílias moram com você?

3) Quantos cômodos ou compartimentos têm sua casa?

1(); 2(); 3(); 4(); 5(); Outros ()

4) Quantas pessoas da sua família exercem atividades remuneradas? Onde realizam as atividades? Quais são as atividades ?

5) Em qual comunidade Você mora? Há quanto tempo?

6) O que é a natureza para você?

7) Você usa a natureza em seu dia-a-dia? Como?

8) Quais são as atividades ligadas ao uso da natureza que garantem o sustento de sua família? Como ocorrem?

9) Você comercializa o que usa, retira/extrai da natureza? O que? Como?

10) Você Encontra dificuldades na realização destas atividades? Por que?

11) Quantas pessoas do local que você reside utilizam a natureza para sustento? Como utilizam?

12) Há locais onde você reproduz seu dia-a-dia que considera especial para a realização de fazeres e atividades comunitárias/coletivas (reuniões, trabalhos, festejos, memórias, lazeres, etc.) ? Quais? Como acontecem?

13) As atividades que desenvolvem vinculadas ao uso da natureza são suficientes para garantir a alimentação familiar e outras necessidades básicas (compra de remédios, pagamento de tarifa de energia, deslocamentos, etc.) da sua família? Por que?

14) As atividades que desenvolve atuam na preservação da natureza? Por que?

- *Caracterizar cada atividade e descrever como acontecem:*

- a) Pesca:
- b) Agricultura:
- c) Coleta/extrativismo:
- d) Festejos religiosos:
- e) Lazer:
- f) Artesanato:
- g) Relatos de memórias (história oral):
- h) Outras:

- 15) Você realiza outras atividades que se configuram como cuidado/preservação da natureza? Quais? Porque e como realiza?
- 16) O que você sabe sobre a Unidade de Conservação de Uso Sustentável denominada Área de Proteção Ambiental de Mosqueiro? Você participou de discussões quanto a sua implementação? Como participou?
- 17) Você participou do Projeto “Trilha Ecológica Olhos D’água” ? Como?
- 18) Você consegue identificar os pontos positivos e negativos do Projeto “Olhos D’água”?
- 19) Na atualidade você participa de algum projeto de educação ambiental e uso da natureza promovido pela Prefeitura de Belém ou pela comunidade? Como participa?
- 20) O projeto de uso da natureza no interior da Área de Proteção Ambiental de Mosqueiro garante a sustentabilidade de sua família? Por que?
- 21) Você concorda com a implantação da Unidade de Conservação? Porque?
- 22) Você conhece as orientações impostas pelo Estatuto da Unidade de Conservação Quanto ao manejo da natureza? Você tem ponderações a Fazer?
- 23) Você considera que o Parque Ambiental atua restringindo seu uso da natureza? Por que?
- 24) A implantação da Área de Proteção Ambiental de Mosqueiro promoveu a preservação da natureza? Por que?
- 25) Quais problemas ambientais você observa na comunidade? Por que acontecem?

Obs: O técnico Municipal Paulo Porto preferiu falar sobre a história da formação do Parque Municipal de Mosqueiro e a Gestão do Patrimônio Natural pela Prefeitura/SEMMA sem roteiro de entrevista.